

# O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 104.º



COIMBRA

1944

# INSTITUTO DE COIMBRA

## DIRECÇÃO

FRANCISCO MIRANDA DA COSTA LÔBO .	<i>Presidente</i>
ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO . . .	<i>Vice-Presidente</i>
ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL .	<i>Secretário</i>
GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LÔBO	»
JOSÉ PINTO LOUREIRO . . . . .	»
MAXIMINO DE MORAIS CORREIA . . .	»
AMADEU FERRAZ DE CARVALHO . . .	<i>Tesoureiro</i>
DIOGO PACHECO DE AMORIM . . . .	<i>Presid. da 1.<sup>a</sup> classe</i>
JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS . . . .	» » 2. <sup>a</sup> »
MANUEL LOPES DE ALMEIDA . . . .	» » 3. <sup>a</sup> »

## COMISSÃO DE REDACÇÃO

AMADEU FERRAZ DE CARVALHO (E. I. C. B.) — ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO (U. C. D. I. G.), *Vice-presidente* — ANTÓNIO AUGUSTO MENDES CORREIA (U. P.) — ANTÓNIO BAIÃO (D. A. N. T. T.), ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL (A. U. C.), *Secretário Geral* — Coronel BELISÁRIO PIMENTA — Almirante CARLOS VIEGAS GAGO COUTINHO — DIOGO PACHECO DE AMORIM (U. C.) — DOMINGOS FÉZAS VITAL (U. L.) — ELÍSIO DE MOURA (U. C.) — FRANCISCO MIRANDA DA COSTA LÔBO (U. C., D. H. O. A.), *Presidente* — JOÃO GUALBERTO DE BARROS E CUNHA (U. C.) — JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS (U. C.) — JOSÉ MARIA DE QUEIROZ VELOSO (U. L.) — JOSÉ PINTO LOUREIRO (E. I. C. B., D. B. M. C.) — MANUEL DE SOUSA DA CÂMARA (I. S. A.) — PEDRO JOSÉ DA CUNHA (U. L.).

## DIRECTOR DA BIBLIOTECA

Coronel BELISÁRIO PIMENTA

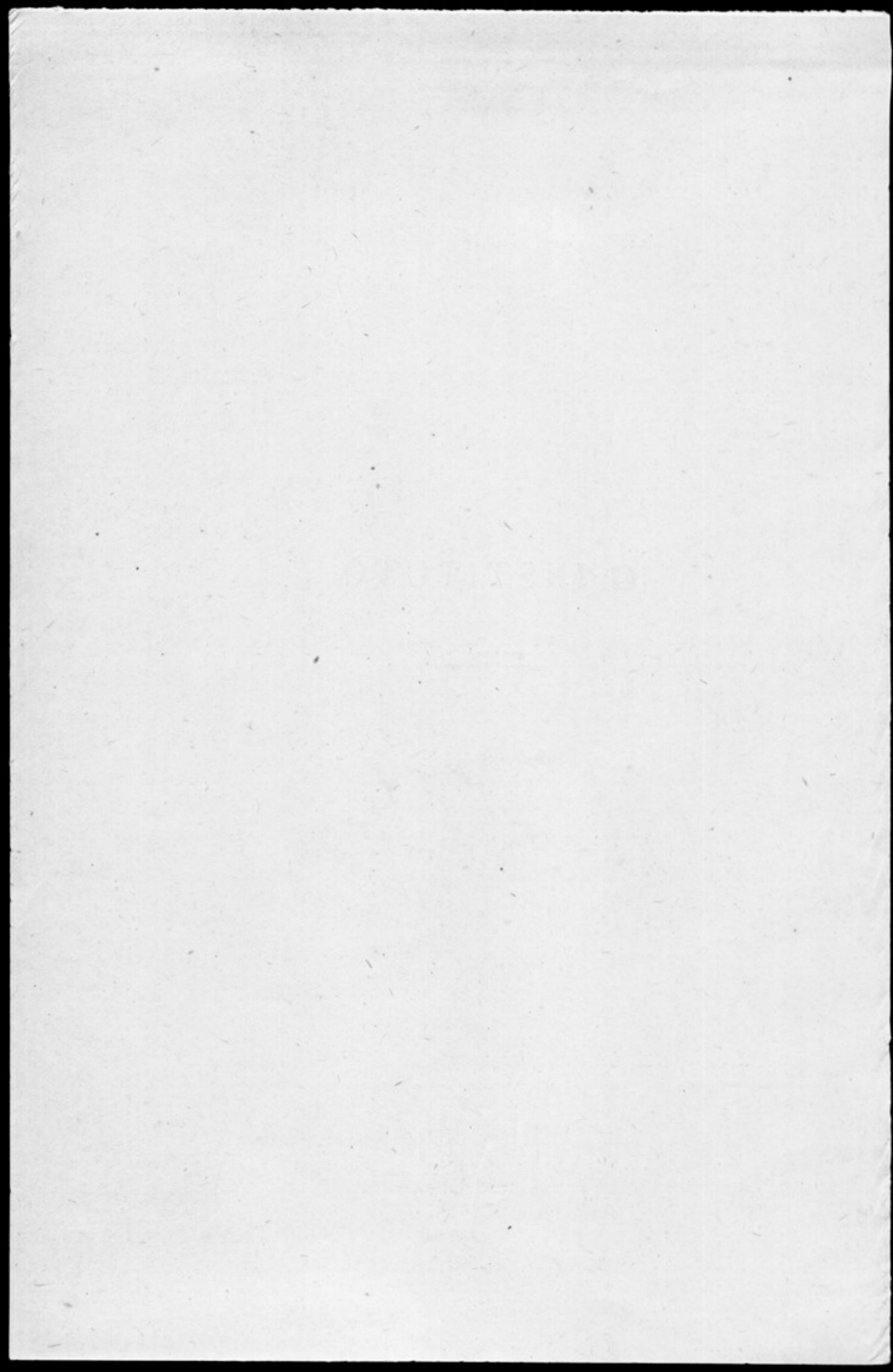
## REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Bairro de Sousa Pinto (Edifício de S. Bento) — Coimbra

**O INSTITUTO**

---

VOLUME 104.<sup>o</sup>



# O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 104.º



COIMBRA

1944



## A VERDADE E A LENDA DE PRESTES JOÃO

*Prestes João* é um assunto de particular importância na história áurea dos portugueses, e é indubitável que esta figura, real e lendária, exerceu grande influência nos acontecimentos em que se encontraram envolvidos os portugueses no Oriente e, especialmente, nos notáveis serviços que Portugal prestou na Abissínia.

É também oportuno observar já quanto êste capítulo da história, embora relativamente recente, se encontra nebuloso, e por isso como ainda hoje é útil esclarecer esta admirável fase da nossa acção.

Para justificar as asserções que ficam feitas iniciarei esta sucinta exposição com algumas citações de textos portugueses referentes a êste assunto, e observarei já que o período a que se refere a lenda é muito posterior àquêle em que se verificaram os factos, como era natural que succedesse, e que foi a lenda que provocou os importantes acontecimentos a que fiz referência.

Ao iniciar êste estudo uma observação prévia se impõe. Refere-se à sua designação. Verifica-se que adoptei a linguagem corrente, consagrada por muitos séculos de escritores, para a figura de que se trata, *Prestes João*. Ora realmente esta designação é descabida, e surpreende que tenha sido divulgada pelos portugueses a quem, de facto, mais cabe a honra de terem pôsto em relêvo a personalidade, e terem mesmo consagrado esta designação para o chefe da nação abissínica.

Demais é sabido que a palavra prestes, aqui empregada, quere significar presbítero, e é evidentemente errada a sua

aplicação porquanto embora por vezes seja prestes um apelido, tem a significação de *rápido*, que nada vem para este caso, e deveria ser aplicada a palavra presbítero, que imediatamente esclarecia o assunto, sendo sabido que em alguns cultos o respectivo chefe, é o chefe do Estado, como ainda hoje tem lugar com cultos cristãos em importantes Estados como a Inglaterra e a Rússia. No entanto, como já observei, esta designação difundiu-se e ainda ultimamente, na valiosa publicação de C. F. Rey, com o título «*The roman of the portuguese in Abyssinia*» ali encontramos a designação *Prester John*, quando mais apropriada seria a palavra *priestis*. É certo que em inglês não existe a palavra *prester*, o que atenua a responsabilidade do uso desta palavra.

Para a exposição dos assuntos a tratar foi adoptada a ordem seguinte:

Textos de histórias de Portugal que demonstram a confusão que persiste sobre *Prestes João*.

Heresias mais importantes espalhadas nos primeiros tempos do Cristianismo, e culto da serpente.

Prova da existência de *Prestes João*.

Factos que demonstram nunca ter existido *Prestes João* na Abissínia. Rainha Sabá.

Lenda sobre *Prestes João* criada pelos portugueses.

Culto de *Prestes João* envolvido com o culto da serpente na África Central.

Importantes conseqüências que teve a lenda sobre *Prestes João*.

Textos de história de Portugal que demonstram o estado de obscurantismo em que se encontra a figura de *Prestes João*.

Para justificar a doutrina deste capítulo aproveitarei os trabalhos dos doutos historiadores Pinheiro Chagas, Oliveira Martins e Fortunato de Almeida. Infelizmente este assunto encontra-se fora das épocas especialmente tratadas por Alexandre Herculano e Rebêlo da Silva.



No terceiro volume da terceira edição da *História de Portugal*, publicada pelo conselheiro Manuel Pinheiro Chagas em 1900, encontra-se a páginas 47 o capítulo VII com o seguinte título: *Expedição de Pero da Covilhã e Affonso de Paiva — o Prestes João*.

Nota o autor que tendo falhado a missão enviada por terra de fr. Antonio de Lisboa e Pedro de Montarroyo com o fim de encontrarem *Prestes João*, foi logo preparada uma outra com elementos conhecedores do arábico, constituída por Pero da Covilhã e Afonso de Paiva. Partiu a 7 de Maio de 1487.

Esta missão dividiu-se em Aden. Afonso de Paiva dirigiu-se para Suakin na Abissínia e Pero da Covilhã embarcou para a Índia e foi desembarcar em Cananor donde passou a Calicut e Gôa, aprasado novo ponto de reunião no Cairo, a qual já não teve lugar em consequência da morte de Afonso de Paiva.

Esta contrariedade não desanimou D. João II, que enviou logo ao encontro de Pero da Covilhã o rabi Abraham com ordem de recomendar a Pedro da Covilhã «que prosseguisse nas suas investigações até encontrar o Prestes João.» No entanto Pero da Covilhã aproveitou o regresso ao reino do companheiro de Abraham para comunicar a El-Rei, entre outras, a seguinte notável informação que é oportuno deixar aqui registada: «Que os navios que navegavam ao longo da costa da Guiné, prosseguindo, podiam ter quasi a certeza de que chegariam ao extremo do continente africano, as que aproassem depois para leste em direcção a Sofala e a Madagascar, estariam no caminho verdadeiro da India».

Nesta ocasião dirigiu-se Pero da Covilhã a Aden donde passou à Abissínia.

Noutra parte daremos conta de que Pero da Covilhã, que foi obrigado a conservar-se na Abissínia até ao fim da vida, é certo cumulado de honras, esclarece que não encontrou ali vestígios de *Prestes João*, e na página 48 encontra-se a seguinte citação, que pode considerar-se perfilhada

por Pinheiro Chagas, de um trecho de uma publicação do antigo cônsul da França na Abissínia, Guilherme Legean, o qual manifesta claramente a incerteza em que o autor se encontrava sôbre êste assunto: «Todos os que leram Marco Polo sabem que o verdadeiro Preste João da idade media é um príncipe da Asia Central; mas os Portugueses, no tempo das suas primeiras relações com a Abyssinia, impressionados por verem na Africa um imperador christão, cujo poder era tanto theocratico como civil, deram ao *negus* um nome cuja primeira significação tinha perdido.»

Adiante acrescenta Pinheiro Chagas:

«Partiram pois Pero da Covilhã e Affonso de Paiva com amplas instrucções, e com uma carta de El-Rei para o Prestes João em que lhe dizia que os seus navios corriam ao longo da Costa da Guiné, e que se por acaso algumas das suas cidades estavam situadas a pouca distância do litoral, muito folgaria se quizesse ligar-se com elle para exaltarem ambos a fé de Cristo.»

\* \* \*

A páginas 208 do tómo primeiro da 11.<sup>a</sup> edição da *História de Portugal*, escreve o Conselheiro Oliveira Martins referindo-se à época em que foi expedida a missão de Pero da Covilhã:

«Já por esta epoca o encantado príncipe que, segundo Marco Poolo, habita a Asia Central, fôra transferido para a Nubia, e a lenda personalisava no obscuro Negus o extravagante monarcha, tão falado e admirado em tempos anteriores. Covilhan de quem não houve outras cartas, por largos annos aprendera no Oriente a verdade; mas não podia transmittil-a para Portugal. Preso, sem ser maltratado, favorecido e rico pelo contrario, viveu por trinta e tres annos na Ethiopia, onde acabou.

«Se a sua viagem não saciava a curiosidade principal do monarcha portuguez, se o *Preste Joham* continuava a ser

um mytho, o facto é que mais valiosos resultados se tinham obtido.»

Depois de dar conta da célebre viagem à Índia dirigida por Vasco Gama, a páginas 218 acrescenta Oliveira Martins:

«A noticia das novas terras encontradas impressionou pouco Lisboa; na côrte ardia o desejo de descobrir o Preste, o encantado Preste-Joham; de fazer com elle um bom tratado, para chamar a Portugal um pouco, ao menos, das tantas cousas boas que Vasco da Gama vira por seus olhos, e contadas, enchiam de cubiça o espirito de toda a gente. Cabral fôra mandado a isso, e não a descobrir terras: já eram de mais as cruses, e os nomes do repertorio escasseavam já para denominar ilhas e cabos, portos e bahias, costas e continentes. Desejava-se outra cousa, ferviam outras esperanças.»

Mas os desejos que existiam não eram satisfeitos e Oliveira Martins não pôde dar uma noticia satisfatória.

\* \* \*

No tómo II da *História de Portugal* do professor Fortunato de Almeida, a páginas 152 e seguintes, encontram-se interessantes informações:

«Contavam os moradores d'aquellas terras (Guiné), que cerca de duzentas e cincoenta leguas a oriente do reino de Benin, havia o mais poderoso Rei daquellas paragens, ao qual chamavam Ogané.

«El-Rei e os cosmografos portuguezes relacionaram este Rei Ogané com o Preste João das Indias, de quem sempre se falava tanto a propósito da India, e que diziam ser cristão.

«Com efeito sabiam que certos relegiosos abexins que vinham à peninsula, e por alguns frades que de cá foram a Jerusalem e aos quaes se encomendára que colhessem informações do Preste João, — que o seu Estado era terra situada ao sul do Egipto, a qual se estendia até ao mar do sul. Comparando todos estes factos com a descripção geral

da Africa feita por Ptolomeu, entenderam que o Ogané das gentes de Benin devia ser o Preste João das Indias, pois de ambos se dizia que andavam metidos em cortinas de seda e traziam o signal da cruz em grande veneração; e porque a distancia de duzentas e cincoentas leguas para leste, a que diziam situado o reino de Ogané, devia coincidir com a posição que lhe attribuiam outras informações, no sul do Egipto.

«Porquanto fica dito entendeu D. João II que, continuando-se a navegar para o sul no descobrimento da costa, se devia atingir o cabo ou promontorio que era o fim daquela terra; e que seria também proveitoso enviar por terra exploradores que colhessem mais certa notícia da terra de Preste João.»

Embora não se encontre uma preferênciã do professor Fortunato de Almeida para qualquer das hipóteses formuladas sôbre as paragens em que teria existido Prestes João, é certo que as suas citações poderiam contribuir para ser considerado um rei africano e especialmente um imperador da Abissínia.

HERESIAS MAIS IMPORTANTES  
ESPALHADAS NOS PRIMEIROS TEMPOS  
DO CRISTIANISMO.  
CULTO DA SERPENTE

Para melhor comprehensão de alguns factos adiante expostos convém registrar aqui sucintas informações sôbre êstes assuntos.

Múltiplas heresias perturbarã desde os primeiros tempos do cristianismo a doutrina pura dos Evangelhos. Notaremos especialmente a dos arianos que teve como inspirador o bispo Ario, e a dos nestorianos que teve origem nas doutrinas do sírio Nestório, que nasceu em Babadrig junto a Gasmemia, cêrca do Eufrates, e foi patriarca de Constantinopla.

Criticando as doutrinas de Nestório, escreveu César Cantu: «Aceitando que a vítima que se oferecera para remir o genero humano fosse um homem, o principio da redempção desapareceria e com elle o cristianismo: seria preciso renunciar ao tipo divino do Cristo, e cair-se-ia na encarnação brahmanica ou na revolução profetica».

Para contradizer Nestório levantou-se Eusébio que sustentou que o verbo eterno nascera verdadeiramente segundo a carne. Houve intrigas e agitações populares. Apareceram então os Theotocos, os Anthropotocos e os Christotocos, termo médio.

Theodorato bispo de Cyrrho na Síria Eufrasiana combatu enèrgicamente Nestório, e o concílio ecuménico reunido na Alexandria, em 431, lançou o anátema contra os sectários de Nestório. Deposto Nestório pelo concílio de Efeso foi proclamada a união hipostática das duas naturezas em uma só pessoa.

A heresia nestoriana, fundada no século v, teve como primeiro patriarca Acácio de Aramago.

Os nestorianos foram a princípio favorecidos pelos árabes (ainda não existia o mahometanismo) e a sua doutrina foi introduzida na China no ano 636 D. C.

No século xi estava o nestorianismo largamente divulgado na Tartaria. O príncipe dos Keraitas, e o seu povo, que habitava junto do lago Baikal, com o título de Owang-Khan, foram convertidos ao nestorianismo e o seu chefe tomou a designação de Prestes João, e alargou a sua autoridade à Arábia, Índia e mesmo à China.

O patriarca nestoriano de Basdad chegou a ter na sua dependência 25 bispos.

A doutrina nestoriana prevaleceu na Mongólia enquanto os soberanos daquela região se conservaram budistas, mas declinou rápidamente desde que êstes se converteram ao mahometanismo e foram muito perseguidos no século xiv, principalmente por Tamertão.

Actualmente ainda existem no Oriente sectários nestorianos, misturados com jacobitas, sob a direcção de dois

patriarcas residentes, um em Kasamid na Mesopotamia, e outro na Pérsia.

Para se apreciar a grande importância que o nestorianismo adquiriu na Ásia temos a seguinte informação:

Fritz Holau, dinamarquês, dirigiu em 1907-8 uma expedição a Sian-fu a qual reproduziu em pedra calcárea, como o original, com duas toneladas de peso e 10 pés de altura, o monumento ali existente de Nestório, do ano 781 D. C., escavado acidentalmente no ano 1625, reprodução que transportou para Nova-York e foi exposta no Museu Metropolitano de Arte de Nova-York desde Junho de 1908 até Junho de 1916. Depois foi instalada definitivamente em Meanville por Mr. George Leany, que a adquiriu, tendo sido feitas muitas reproduções em gesso para a Santa-Sé, Dinamarca, Espanha, Grécia, Venezuela e México.

Sobre este monumento escreveu um notável trabalho o Prof. B. Y. Salki, membro da Universidade Waseda em Tokio, «*The Nestorian Monument in China*», onde se encontra a notícia de que existiam então na China milhões de cristãos nestorianos, e que ainda hoje ali existem bastantes.

#### O CULTO DA SERPENTE

A serpente desde longa data ocupou um lugar importante na história da humanidade e ficou notável a sua intervenção junto de Eva a quem seduziu, dizendo-se que tinha incarnado o demónio para provocar o pecado original.

No livro dos Números (cap. XXI, vol. 4.º) encontra-se a notícia de que quando o povo israelita seguia, conduzido por Moisés, fatigado com a viagem começou a murmurar contra Deus e contra Moisés. Então Deus para o castigar enviou serpentes de que a mordedura queimava, mas satisfazendo aos rogos de Moisés ordenou que fôsse feita uma serpente de bronze, e bastava ser esta vista para que os doentes ficassem curados.

Este acontecimento provocou um culto, e para o combater, diz-nos a Bíblia sagrada nos Reis (cap. XVII, vol. 4.º)

que o rei Ezequias, mandou destruir aquêlê objecto. No entanto é certo que o culto da serpente de bronze subsistiu durante muito tempo no povo milanês.

São Carlos Borromeu viu-se obrigado a condenar êste culto, sem contudo conseguir fazer desaparecer das igrejas a imagem do seu ídolo.

É digno de ser lembrado que no simbolismo cristão a serpente de bronze foi considerada como emblema de Cristo na cruz. Esta alegoria teria como justificação as seguintes palavras do evangelho de S. João (cap. III, vol. 4.<sup>o</sup>): «Da mesma maneira que Moises creou a serpente no deserto é preciso que seja creado o filho do homem.»

Os ophitas tiveram um culto directo da serpente, e os manicheus collocaram a serpente no lugar de Jesus Cristo. É também importante notar que na época em que era perigoso usar a cruz os fiéis usaram pequenas serpentes de metal como representação do redentor crucificado.

\* \* \*

Para esclarecer sucintamente êste curioso assunto aproveitarei a notícia que sôbre êle é dada no dicionário Sparsa.

Fergusson supõe que o culto da serpente teve origem nos povos do Baixo Eufrates. Elliot Smith tem a opinião de que êste culto veio do Egipto, que remonta ao ano 800 A. C., e foi propagado por influência dos fenícios.

A forma do culto varia conforme a intenção de ser adorado o próprio animal, ou a entidade que se supõe ser representada por êle. Por vezes a serpente é um deus, e noutros casos o representante de um deus.

Na África é muito vulgar o culto da serpente. No Dahomé e regiões da África Central existe o culto da serpente celeste, Danhgbi, o arco-iris, e considera-se que êste ídolo influa sôbre a saúde. É representada por um monstro ao qual é attribuída a immortalidade, a omnisciência e a omnipotência. Igual culto existe entre os baganda e selwanga.

No México a serpente foi símbolo religioso, e as serpentes guardadas em templos eram alimentadas com carne humana procedente dos sacrifícios. Heritzilopochthi, nascido de Coatliene, que significa serpente, tinha associadas serpentes ao seu rito. Na China e no Japão existem templos para o seu culto.

No Egípto predominou a adoração da serpente. A cobra era o símbolo do fogo, do disco solar.

Em Roma também existiu o culto da serpente, e as serpentes eram conservadas em grande número nos templos e nas casas particulares. É provável que este culto fôsse oriundo da Grécia.

Mas porque haveria tanta consideração pelo bicho imundo que é a serpente, e não havia pelo menos igual culto por animais representativos da força, como o leão? Ter-se-á receado sempre a humanidade mais da astúcia e do veneno do que da força?

Supunham que o Sol era conduzido numa barca que se movia pacificamente no rio celeste. Mas algumas vezes uma serpente gigantesca, *Apopi*, como ainda hoje existem no Nilo, emergia do fundo das águas e opunha-se ao seguimento de Ra, o deus incarnado no Sol. A equipagem corria às armas e travava-se uma luta, Ra desfalecia e o Sol desaparecia. Pela sua parte o povo que assistia pretendia socorrer o deus, o que fazia provocando um grande ruído com todos os objectos que encontrava, com o fim de assustar o monstro e fazê-lo fugir. De facto ao fim de algum tempo o Sol triunfava e retomava o seu curso, enquanto que a serpente voltava para o fundo do abismo.

#### PROVA DA EXISTÊNCIA DE PRESTES JOÃO

A lenda que tanta importância adquiriu sobre esta personalidade é já por si uma prova da sua existência, contudo é certo que, embora sejam relativamente recentes os respectivos acontecimentos, se exceptuarmos os que tive-



ram lugar na região que rodeia o Mediterrâneo oriental como sejam Roma, Grécia, Ásia Menor, Pérsia e Egipto, tudo o mais ficou obscuro e só muito recentemente meticolosas investigações lançaram sobre elles alguma luz, sendo demais para observar a sua grande importância.

Sobre o assunto em questão estas observações são bem applicáveis, mas felizmente há a fortuna de existir um documento que lança sobre elle intensa luz, e que merece tôda a consideração embora a ignorância que durante muito tempo tem subsistido, e o grande merecimento que realmente tem, atenta a época em que foi produzido, lhe tenham procurado atenuar o valor.

Refiro-me à descrição das viagens que Marco Polo realizou no Oriente, nos fins do século XIII, e não é exagerado dizer que mesmo esta figura se tornou lendária. E, se é certo que não foi posta em dúvida, as suas descrições ficaram em grande parte atenuadas por muito tempo no campo das fantasias.

Contudo um facto em que interveio o nosso país basta para lhe atestar a importância. A consideração que este documento merecia ao Senado de Veneza era tal que mereceu ser oferecido ao infante D. Pedro, quando este homem, que ocupa na nossa história um lugar de excepcional destaque, visitou, em 1420, a república veneziana, então no auge do seu prestígio, na sua viagem de investigação científica.

É sabido que a república de Veneza, que recebeu D. Pedro com extraordinário fausto, julgou especial prova de consideração o oferecimento, de um exemplar obtido com particular cuidado, da notícia que Marco Polo publicou das suas viagens, com a intenção de servir às investigações de que já então se occupava o infante D. Henrique sobre a distribuição das populações e forma dos continentes, empresa brilhantemente levada a cabo.

Pode dizer-se que todos os autores que se têm occupado de Prestes João se referem ao facto de Marco Polo exprimir a opinião de que a sua morada tinha sido na Ásia Central,

mas é certo que aquela opinião merece especial consideração atenta a forma como Marco Polo a expõe, com largo desenvolvimento e preciosas informações sôbre Prestes João e a região em que dominou.

Julgo pois indispensável dar uma larga notícia dêste documento, que é a principal prova que pode ser considerada para a demonstração que temos em vista.

Seria interessante aproveitar para êste efeito o precioso documento que existiu em Portugal e deveria ter sido possuído pelo Infante D. Henrique. Infelizmente foi-me impossível consegui-lo. Mas entre as numerosas publicações que têm sido feitas daquela obra tenho a vantagem de poder aproveitar uma que merece especial confiança, a qual devo à preciosa amizade do meu sábio amigo Dr. Rui de Andrade, a quem Portugal já deve inolvidáveis serviços.

Trata-se da edição que foi publicada em Florença em 1863, por Adolfo Bartoli, com o título «*I Viaggi di Marco Polo*».

Apesar do empenho que tenho de ser consiso na minha exposição, sem prejuízo de dar conta, embora rápida e precisa, dos factos fundamentais, julgo oportuna uma referência ao autor Marco Polo, personalidade em verdade muito mal conhecida e que, por isso, geralmente, não é devidamente apreciada.

Ora é caso e importante observar que Marco Polo não foi um viajante de aventura, e que já foi encaminhado por seu pai que ocupou um lugar importante na sociedade e pertencia à família Polo originária da Dalmácia, mas que no ano 1033 se estabeleceu em Veneza, e que no século XIII era representada por dois ramos. Os seus representantes interessaram-se especialmente pelo Oriente devido às suas relações comerciais que os levaram primeiro a Constantinopla e em seguida à Ásia. Ali, de 1259 a 1261 tomaram íntimas relações com os senhores da Tartária ocidental.

A guerra então surgiu entre a Tartária oriental e a ocidental levou-os para Bukhara onde permaneceram três anos e meio, até fins de 1264. Para atender a um con-

vite que lhe foi feito passaram no ano de 1265 à côrte do supremo imperante que os enviou como seus embaixadores ao Papa.

Depois de 19 anos de ausência regressaram a Veneza, e Nicolau Polo encontrou ali um filho que tinha nascido em 1251 e recebera o nome de Marco. Foi o popular Marco Polo.

Em 1271 voltou Nicolau Polo à Ásia já acompanhado por seu filho Marco que, então, iniciou as suas viagens, e só regressaram a Veneza em 1295 já identificados com as características tártaras, e ao mesmo tempo portadores de grandes riquezas em pedras preciosas que lhes foram oferecidas pelo grande Kaen. Marco Polo adquiriu grande consideração e quando em 1298 teve lugar uma guerra entre Veneza e Génova foi Marco Polo encarregado do comando de uma galera.

Feito prisioneiro pelos genoveses foi na cadeia que Marco Polo ditou a notícia das suas viagens a um seu companheiro *Rusticano*, de Pisa. Ignora-se o ano da sua morte mas deve ter tido lugar pouco depois de 1323 ano em que fêz o seu testamento.

A obra de Marco Polo foi largamente difundida mas não há notícia segura de qual foi a língua em que foi publicada pela primeira vez.

As primeiras publicações foram escritas em francês, toscano, latim e dialeto veneziano.

Em 1863 a Biblioteca de Paris possuía cinco edições publicadas na língua d'Oil; uma a biblioteca de Berne, uma a biblioteca do Vaticano, quatro em Toscana a Magliabechiana, duas a Ricardiana, uma a Prussiana, uma a Palatina de Florença.

As edições em latim existem em grande número e também bastantes em dialeto veneziano, mas é provável que o primeiro texto não tenha sido escrito em veneziano, mas sim em francês, a língua que foi muito usada na Itália nos séculos XII e XIII. Últimamente têm sido feitas traduções da obra de Marco Polo em várias línguas, e na Sociedade

de Geografia de Lisboa existe uma tradução em inglês: «The Book of Sir Marco Polo, the Venatien, concerning the Kingdoms and marvels of the East. — By Colonel sir Henay Yule.

Relacionadas como estão as notícias dadas por Marco Polo sôbre Prestes João com o Estado da Tartária, então governado pelo célebre Gengis-Khan, em quem Marco Polo encontrou um dedicado protector, é oportuno dar aqui uma sucinta notícia sôbre esta região e observar desde já quanto foi ali importante a influência cristã, supondo-se que os primeiros missionários que ali apareceram foram João de Carpi, italiano, discípulo de S. Francisco, Lourenço, português, e Bento, polaco, enviados por Clemente IV.

É considerado como certo que a designação de Tártaros foi dada inicialmente ao conjunto das tribos nômadas que Gengis-Khan reuniu debaixo da sua bandeira, e eram originários da Mandchúria.

Na época de Marco Polo, a Mongólia compreenderia extensos países que circundavam o lago Baical.

Na edição a que me referi, publicada por Adolfo Bartoli, encontra-se a páginas 72 a primeira referência a Prestes João ao ocupar-se da região em que se encontravam os tartaros, nos seguintes termos:

«Egli è vero ch'eglione non aveano signore, ma faceano rendita a un signore, che vale a dire in francesco, Preste Giovanni: e di sua grandezza favellava tutto il mondo.»

É interessante transcrever a nota que a propósito deste assunto publica Bartoli:

«No seculo XII foi espalhada na Europa a vaga noticia da existencia na Asia de um soberano, principe e pontifece, que professava crenças cristãs. Otão de Frisinga publicou no ano de 1145 o seguinte: «existe um certo João, rei e saçardote cristão, da seita nestoriana, para alem dos confins orientais da Persia e da Arenenia. Foi primeiro noticiada a existencia de uma vasta região situada alem do Estado do soberano da Persia, governada pelo saçardote de um Deus incarnado e que desceu á terra para fazer a felecidade dos

homens. Os historiadores d'esse tempo falam em muitos logares do *Prete Gianni*. Rubruk conta que na época da conquista de Antiochia havia um rei de Cara-Catay, e que depois da morte d'este usurpou o trono um preto nestoriano, que foi geralmente chamado *Prete Giovanni* (*malek-Yuhhanna*). Lazaro supõe que o nosso autor identificou com *Prete Gianni* um príncipe nestoriano de Khesaiti, morto em 1203 por Gengis-Khan. Os príncipes da tribu dos Kheraiti usavam o nome de *Vang*, e com o apelativo mongólico *Khan*, chamavam-se *Vang-Khan*.»

Como os tártaros se multiplicassem muito, Preste Giovanni atacou-os, mas sem resultado.

Gengis-Khan terá sido aclamado rei pelos tártaros em 1187.

Gengis-Khan, que adquiriu um grande poder, nasceu em 1155. Foi o fundador da dinastia dos Gengis Kanídios e teve como capital dos seus vastos estados Kanakorum.

Senhor de considerável população Gengis-Khan, mandou mensageiros, no ano 1200, ao *Preste Giovanni* para lhe pedir a filha em casamento. A resposta foi muito áspera e motivou o despeito de Gengis-Khan que resolveu guerreá-lo e marchou para êsse fim com um exército que acampou em Tanduc junto das fronteiras do Estado de *Preste Giovanni*. Pela sua parte Prestes João acercou-se-lhe também com um exército e teve lugar uma batalha. Gengis-Khan venceu, Prestes João foi morto nesta batalha.

Na citada obra de Marco Polo encontra-se ainda a páginas 156 e seguintes uma importante referência a Prestes João. Trata-se da luta que êste teve com o rei Redor. Êste iludido terá sido feito prisioneiro por vassallos de Prestes João, que, afinal, testemunhou grande consideração, àquele rei.

INFORMAÇÕES CONCORDANTES  
COM A NOTÍCIA DADA POR MARCO POLO

No Vocabulário de Bluteau encontra-se:

«*Pres-Tadschani*, padre do mundo. Diversas opiniões sobre a etimologia d'este nome querem uns que venha de Preste-Jonanão, sendo *Preste* o mesmo que *Presbytero* e Jonanão, *Jovana* ou *Juhanna*, derivado de Jonas profeta, mudando os europeus o nome de Jonanão em João, ficando por conseguinte *Presbitero-João* ou *Preste-João*. Foi um imperador christão, mas nestoriano, que reinou no sertão da Azia e parece ter sido aquelle rei christão que habitava em Catayo, reino do Oriente chamado *Reino encuberto*, porem que não é imaginado nem fabuloso, porem sim a parte septentrional da China que comprehende seis provincias do dito imperio.

«A este imperador e aos seus herdeiros deram o nome de Preste, em razão da cruz que levava deante arvorada, como entre nós os arcebispos.

Em consequência de algumas perturbações e levantamentos perdeu êste imperador os seus estados, porém não se perdeu a memória do nome de *Preste-João*.

No «Grand Dictionaire Universel du siècle XIX», de Larousse, encontra-se na palavra Prestes João:

«Personagem fabuloso da idade media. É pouco mais ou menos pelo meado de seculo XII, em 1145 que aparece o nome de *Preste-João*; n'esta epoca o bispo de Gabala, enviado pela egreja da Armenia participou ao papa Eugenio II a existencia de um principe chamado João, cujo imperio era situado por traz da Armenia e da Persia, na extremidade do Oriente, e que accumulando o imperio e a sabedoria, fizera numerosas conquistas; tanto elle como os seus subditos professavam o nestorianismo.

«A tradição moderna que coloca o *Preste-João* na Abysinia é devida sobretudo aos viajantes portuguezes; desde

os princípios do século XVI, deram este nome ao imperador da Abyssinia.

«Esta lenda que tomou proporções tão inesperadas, teve provavelmente origem na conversão de um príncipe da Asia Central, no século XI, talvez o rei de Karait, (Tartaria) junto do qual os nestorianos adquiriram por esta época bastante credito. Os sucessores d'este príncipe convertido professaram igualmente a fé católica, introduzindo-lhe grande numero de erros; porem a sua boa vontade é confirmada pela mensagem que um d'elles dirigiu ao papa Alexandre III, que em resposta enviou-lhe o seu medico Philippe, na qualidade de legado. Na carta do papa, escrita em latim, que foi conservada e devia servir de introdução a Philippe, o rei de Karait é tratado de: *Charissimus in Christo filius, illustris et magnificus Indorum rex, sacerdotum santissimus*. Assim Alexandre concedia a este príncipe a qualidade de padre, porem talvez fosse vitima de alguma mystificação. Esta carta é datada de 1177.

Resta saber porque motivo fizeram d'este Preste-João um predecessor de Theodoro, rei da Abyssinia. Talvez devamos procurar nas indeterminadas designações da India Maior, India oriental, India septentrional, o motivo que levou os portuguezes a indicar a Abyssinia como uma região deste reino phantastico.»

No dicionário Sparsa encontra-se, sob a epígrafe de Prestes João, a seguinte notícia que extractamos.

Desde o século XI existiram ao sul do lago Baical reis de uma tribo de Tártaros ou mongóis, que tinham grande numero de tributários. Um destes réis foi baptizado pelos sacerdotes nestorianos enviados pelo Arcebispo de Marna, no Khonbasan, Eleydeyson. Êste e outros bispos reconheciam como chefe o patriarca nestoriano de Saleucia e Ctzi-fonte.

Tanto mahometanos como cristãos reconheciam a existência de um rei, — *rei João*, que instalou um poderoso império, alargou as suas conquistas até ao Mediterrâneo, e cultivou relações com Manuel Comseno e Frederico Barba

Roxa. Refere-se-lhe o Arcebispo Gabriel, que foi enviado em missão pelos Arménios ao papa Eugénio III em 1145, o qual diz que existia na Ásia, nas regiões da Pérsia e Arménia um príncipe sacerdote chamado João, que mandava sôbre 70 réis, e entrava em batalha precedido por 13 cruces, e seguido por numerosos exércitos, o qual se considerava descendente dos reis magos que adoraram Cristo.

Foi adoptada esta doutrina devido à carta que o papa Alexandre III escreveu ao rei dos Karaitas, da qual foi portador o médico Felipe em resposta a uma outra que pelo rei lhe fôra enviada por êste mesmo Felipe. Consentia em que o Rei tivesse um templo em Roma e um altar na igreja dos apóstolos Pedro e Paulo.

Diz-se que o primeiro rei convertido se chamava David, mas que o seu verdadeiro nome era Ug-Khan ou Wang-Khan, que Marco Polo e outros autores supõe ter sido usado por todos os príncipes daquelas dinastias.

Surgiu então o poderoso império de *Gengis-Khan* que quere dizer *senhor dos poderosos*.

Os dois potentados foram a princípio aliados mas afinal Gengis-Khan destronou Wang-Khan, que foi morto numa batalha, e casou com uma filha dêste.

São várias as explicações sôbre a origem do nome João adoptado por sucessivos herdeiros. Alguns autores supõem que João seria uma sua tradução de Ug-Khan ou Wang-Khan. Recaligeis é de opinião de que aquêle nome resultou das palavras persas, *Preste-Cham*, as quais significam rei cristão. Muller supõe ter sido corrupção de *Prester-Cham* (imperador dos cristãos). Também alguns autores lhe dão origem nas palavras persas *Prestchteb-Cehan* (anjo do mundo).



FACTOS QUE DEMONSTRAM  
NUNCA TER EXISTIDO PRESTES JOÃO  
NA ABISSÍNIA — RAINHA SABA

Para demonstrar a verdade da afirmação feita neste capítulo bastaria citar as informações fornecidas por Pedro de Sousa da Covilhã, o primeiro mensageiro que, enviado à descoberta do Prestes João na Abissínia, foi recebido com tôdas as honras pelos chefes daquele estado e ali gozou durante trinta e três anos que lá viveu, até 1506, ano da sua morte, da maior consideração, que muito aproveitou às relações de Portugal com aquêlê país.

Tôdas as notícias dadas sôbre êste notável português são unânimes em lhe reconhecerem vastos conhecimentos, coragem e distintas qualidades morais. Tendo tido um carinhoso acolhimento do rei Alexandre que então ali governava, mas pouco tempo sobreviveu, foi alvo de profunda simpatia da rainha Helena, viúva de Lebna Dengel, que durante muitos anos governou a Abissínia como regente, na menoridade de seu filho, muito cristã, dotada de elevado merecimento e que foi, como consequência da influência exercida por Pedro da Covilhã, muito dedicada aos portugueses do que é prova a carta que dirigiu ao rei de Portugal, a qual vai publicada noutro lugar.

Infelizmente não deixou Pedro da Covilhã um relato dos seus trabalhos, mas o P.<sup>o</sup> Francisco Álvares publicou a notícia das informações que lhe ouviu.

Ora em carta dirigida ao rei de Portugal, citada por C. F. Rey na sua valiosa publicação que tem o título «*The romance of the Portuguese in Abyssinia*», escreveu Pedro da Covilhã:

«Geralmente supoz-se em Portugal que tinha sido encontrado Prestes João. Mas de facto o verdadeiro príncipe d'aquelle nome devia ter existido na Azia, e nós estávamos na Africa. Prestes João deve ter governado no interior da Asia, no tempo em que lá viajou Marco Polo.»

\* \* \*

Corroborar a opinião de não ter existido Prestes João na Abissínia a explicação que é dada por Guilherme Legean, que em tempos ali foi cônsul da França, sobre a origem desta designação. «Diz que Bruo propõe uma etymologia que tem certa probabilidade: julga que a locução Prestes João deriva do grito de apello dos demandistas abyssinios Rête ó dejan-hoi (escutae ó Magestade) d'onde Prestes João.»

Sem discutir a possibilidade desta origem, fica manifesto que a existência de Prestes João na Abissínia é completamente afastada.

\* \* \*

Uma outra observação demonstra ser absurda a hipótese de ter existido na Abissínia um chefe designado Prestes João.

Refiro-me às informações que são conhecidas sobre a genealogia e designação dos chefes da Abissínia. Remontam à época de Salomão, cerca de 600 anos antes da era de Cristo, e a parte mais importante refere-se às relações e influência que uma rainha, que terá existido nesta região, terá tido sobre o rei Salomão.

São variadas as versões sobre a região exacta em que esta rainha terá governado e sobre a sua designação. Mas não pode ser posta em dúvida a sua existência, e a situação em que se encontrou e que determinou a constituição de um geração descendente de Salomão e terá governado na Abissínia.

Trata-se da figura geralmente conhecida pela rainha Sába ou de Sába, podendo já esclarecer-se que não era este o seu nome próprio. A autenticidade dos factos a que nos

referimos é atestada pelas informações que são dadas na Bíblia e julgo por isso oportuno transcrever já os parágrafos que ali se encontram sobre este assunto.

No capítulo x, página 453 da tradução feita pelo Padre António Pereira de Figueiredo, encontra-se:

«1. E até a rainha de Sabá ouvida a fama de Salomão no nome do Senhor, veio fazer experiencia n'elle por enigmas.

«2. E tendo entrado em Jerusalem com grande comitiva e rica equipagem, com camelos que trazem aromas, e infinita quantidade de ouro, e pedras preciosas, se apresentou diante do rei Salomão, e lhe descobriu tudo quanto trazia no seu peito.

«3. E Salomão a instruiu em tôdas as cousas, que elle tinha proposto: não houve nenhuma, que o rei ignorasse, e sobre a qual elle lhe não respondesse.

«4. Vendo pois a rainha de Sába toda a sabedoria de Salomão, e a casa que elle tinha feito,

«5. e os manjares da sua mesa, e os aposentos dos seus officiaes, e as diversas classes dos que o serviam, e os seus vestidos, e copeiros, e holocaustos, que elle offerencia na casa do Senhor: estava transportada:

«6. e disse ao rei. É verdadeiro o que eu no meu reino ouvi

«7. acerca da tua conversação, e da tua sabedoria: e comtudo eu não acreditava aos que m'o diziam, até que eu mesma vim, e vi com meus olhos, e tenho reconhecido que se me não dizia ametade do que era: é maior a tua sabedoria e as tuas obras, do que a fama que tenho ouvido:

«8. Bem aventurados os teus homens, e bem aventurados os teus servos, que gosam sempre da tua presença e que ouvem a tua sabedoria.

«9. Bemdito seja o senhor teu Deus, a quem agradaste, e que te colocou sobre o throno d'Israel, porque o senhor amou a Israel para sempre, e te constituiu rei, para governares com equidade e justiça.

«10. Deu pois ao rei cento e vinte talentos d'ouro (pág. 47 (1), e infinitos aromas, e pedras preciosas: desde então não se trouxeram a Jerusalem tantos aromas, como os que a rainha de Sabá deu ao rei Salomão.

«13. O rei Salomão porém deu à rainha de Sabá tudo que ella desejou, e lhe pediu: afora os presentes, que elle mesmo lhe fez com real liberalidade. A rainha voltou, e se foi para o seu reino com os seus servos.

«14. E o peso de ouro, que trazia a Salomão cada anno, era de seiscentos e sessenta e seis talentos d'ouro.»

Julgo que deve dizer-se Rainha Sabá como designação do local em que nasceu. Realmente não existiu um estado Sabá, embora haja quem queira vê-lo no Yemen por ali ter havido os Sabaos. Demais a rainha tinha o seu nome que, é certo, não era o que poéticamente foi divulgado e sobre êste assunto é oportuno transcrever as notas que o P.<sup>o</sup> Figueiredo publica na referida página 453.

«a) pg. 453. Commumente se suppõe que Sabá era nome da rainha, sendo que só o era da Região, como com Cassiodoro, de la Reina reconhecem todos os tradutores francezes. A duvida toda é, que região era esta de Sabá. José Hebres escreve, que esta rainha se chamava Nicaule, e reinava no Egipto, e na Ethyopia, tendo por côrte a cidade de Merse, que antes que Cambises conquistasse o Egypto se denominava Sabá. Induzido da autoridade de José, deu Grocio por certo neste lugar, que a rainha de Sabá era rainha da Ethyopia; e fundados na tradição dos povos abexins, ou dos povos do *Preste João*, dão os nossos escriptores isto por certo com João de Barros: acrescentando, que esta rainha depois de se avistar com Salamão na Judea, tivera d'elle um filho, em cuja pessoa, e descendencia se continuou a successão do reino da Ethiopia.

---

(1) Isto é de moeda portuguesa desoito milhões e quinhentos e vinte e três mil cruzados e vinte e três mil e trezentos e sessenta réis (Pereira).

Porem Bochart no livro II do Faleg. capitulo xxvi, mostra que a narração de José está cheia de falsidades, de sorte que descobre n'ella doze erros. E Calmet tem por uma fabula a tradição dos abexins, com que os nossos se enganaram. Convem logo ambos com os melhores commentadores da Escritura, que Sabá era aquella Região da Arabia Feliz, cujos povos se chamavam sabeos, e d'onde vinha grande copia de preciosos aromas, como consta até de escriptores profanos. Nem deve fazer duvida o que Cristo disse, Luc. xi. 31, que esta rainha viera ouvir Salamão dos fins da terra: porque, como nota Duhamel, por fins da terra costuma a Escritura exprimir os logares mui remotos, e principalmente os que terminam pelo mar.

«b) pg. 453. *Duvida a fama de Salamão no nome do Senhor.* Isto é, conforme paraphraseam Saci, e de Carrieres, ouvida a fama que corria, de tudo o que Salamão tinha feito em honra do nome do Senhor. Outros atam aquelle *no nome* do Senhor com o verbo veio, e explicam assim, ouvida a fama de Salamão, veio nome do Senhor; isto é veio inspirada pelo Senhor, ou abrazada em desejos de o conhecer por meio de Salamão. Antes S. Paulino e Theodoro a considerar n'esta vinda já convertida ao verdadeiro Deus, e illustrada com o conhecimento sobrenatural d'ella.»

Também são interessantes os seguintes esclarecimentos:

«Cap. xiv 9 pg. 574. E veio contra Mad (Israel) Zara Ethiope com o seu exercito, composto de um milhão de homens e tresentas carroças (dizem que seriam mil e tresentas) e chegou até Maresa.

«10. Porem Asa marchou ao seu encontrou, e formou o exercito em batalha no valle de Saphata, que está perto de Maresa:

«11. e invocou o senhor Deus e disse: Senhor, não ha differença alguma para contigo, quando tu queres soccorrer, ou com poucos ou com muitos: Soccorre-nos pois, Senhor nosso Deus: porque confiados em ti, e no teu Nome, viemos contra esta multidão. Senhor, tu és o nosso Deus, não prevaleça o homem contra ti.

«12. Aterrou por tanto o Senhor aos Ethiopes, à vista de Asa e de Judá: e os Ethiopes fugiram.»

É em todo o caso oportuno recordar que Sabá foi um nome próprio que entre outros lugares se encontra no capítulo x do Genesis, na descendência de Noé que ali se encontra com a seguinte forma:

«filhos de Noé, — Sem, Cão, Jafeth;  
filhos de Cão, — Cus, Menaim, Fuoh, Canaan;  
filhos de Cus, — Saba, Sabatha, Regna, Sabathara;  
filhos de Regna, — Saba, Dadan.»

Ora assente que os imperadores da Abissínia foram os descendentes do filho de Salomão e da Rainha Sabá, notando que Salomão, segundo informa a Bíblia no número 3 do capítulo xi do livro citado, possuía setecentas mulheres, que eram rainhas e trezentas concubinas, com um interregno também conhecido, deveria encontrar-se entre elles e nos imperadores do interregno de 960 a 1300, um que fôsse possível identificar-se com Prestes João, e tal não sucede.

Segundo o Evangelho de S. Mateus, cap. 12, n.º 42, a rainha Sabá depois do seu regresso de Jerusalem governou 25 anos. Sucedeu-lhe um filho, Manileke, que reinou 29 anos, e em seguida, de pais a filhos o govêrno veio ter ao rei Phaceu, na época em que nasceu Cristo. De então até 327 houve 13 réis, que nessa época foi a Abissínia visitada por muitos religiosos. Em 521 governou Caleb, chamado santo pelo martirologio romano. Desenove descendentes de Salomão reinaram até 960. Desde 960 até 1300 reinaram imperadores de família Zagué, mas em seguida o império voltou para a posse dos descendentes de Salomão.

Em 1437 enviou o imperador Zara Jacob uma embaixada ao papa Eugénio iv.

Fica assim demonstrada a disposição cristã da região da Abissínia e ao mesmo tempo que nunca ali existiu um príncipe com a designação de Prestes João.

## LENDA SÔBRE PRESTES JOÃO CRIADA PELOS PORTUGUESES

O entusiasmo, a capacidade e o sucesso com que os portugueses, num momento em que a humanidade encarava ainda com receio os problemas relativos às condições de existência do planeta em que nos encontramos, a ponto de fazer fé a doutrina de Ptolomeu, de uma zona equatorial inabordável para o homem, ocupada por um meio tumultuoso e escaldante, em que seria impossível a vida, provocou estudos e acções que dão ao nosso povo uma situação de excepcional relêvo na história da humanidade, e tornam única a figura memorável do infante D. Henrique apoiada nas distintas qualidades que enobreceram todos os seus irmãos e foram acentuadas pelos seus descendentes, destacando a notável personalidade de seu sobrinho-neto D. João II.

A propósito da observação que fica sôbre a opinião que existiu relativamente às condições climatéricas em que se terá encontrado a região equatorial da terra, a qual incutiu tal terror que afastou daquelas paragens as investigações humanas, é em todo o caso oportuno esclarecer que possivelmente na tradição existiriam vestígios que justificariam aquelas apreensões. Pode mesmo assegurar-se que realmente terá havido uma época em que as circunstâncias físicas da Terra determinariam os factos que apavoraram a imaginação humana.

Esta doutrina é imposta desde que seja admitida a existência de uma nebulosa primitiva que terá sido a origem de sistema solar, e que, conseqüentemente, a temperatura do Sol terá decrescido consideravelmente desde uma remota época, que deverá encontrar-se afastada da actual por milhões de anos, para chegar à que a ciência marca agora, de cerca de 5.500 graus. É evidente que propondo a ciência que terá sido pelo menos de 13.000 graus, deverá ter havido um período em que as condições metereológicas da

Terra provocariam na sua região equatorial o estado que os antigos admitiram.

É, porém, muito melindroso êste assunto para aqui ser acidentalmente tratado, e por isso exporei já a lenda que com tanto interêsse foi criada pelos portugueses sôbre a existência de um imperador, *Prestes João*, na Abissínia, a qual sem justificação, contribuiu em todo o caso para que afinal se tornasse um facto ser aquêle chefe assim designado.

\* \* \*

É bem sabido que consolidada a nacionalidade portuguesa com o triunfo alcançado por D. João I, o elevado espírito dêste monarca, apoiado numa população laboriosa, activa e enérgica, visou logo um vasto plano de expansão que envolvia a necessidade do conhecimento exacto da configuração da Terra. A surprêsa era por diversos motivos extraordinariamente transcendente e exigia uma direcção sábia e ousada, e uma cooperação enérgica e impregnada de abnegação que a fé cristã pôs em acção.

Para o primeiro acto desta empresa as circunstâncias forneceram immediato palco. A região setentrional da África era bem conhecida e a Europa já tinha experimentado as ambições dos povos últimamente ali instalados e que instigados pelo fanatismo de uma nova religião, a mahometana, tinham pôsto em perigo a soberania europeia e o predomínio da doutrina cristã.

A avalanche árabe fôra sustada, mesmo obrigada a recuar, contudo conservara a ocupação do norte africano. Foi D. João I quem em 1415 lhe vibrou o primeiro golpe com a conquista de Ceuta, nessa época empório do comércio árabe, de valiosa importância.

Mas uma vasta região, a bem dizer todo o continente africano, continuava desconhecida, e o comércio do Oriente na posse dos senhores do mahometanismo, possuidores das ligações com a Europa por intermédio do Egipto e da Ásia Menor.



Se o empenho em expandir a doutrina de Cristo era importante, tornar o comércio europeu com o Oriente independente da influência mussulmana, era também indispensável. Assim o pensou o povo português, e a cabo levou a solução destes dois importantes problemas, apesar-de serem reduzidíssimas as suas condições económicas e de população que pouco excederia um milhão de habitantes!

Estavam é certo dadas provas exuberantes de inteligência e coragem, mas agora tratava-se de problemas mundiais, e um enorme esforço e capacidade eram indispensáveis. Compreende-se pois o empenho que os monarcas portugueses teriam em congregar todos os elementos que pudessem contribuir para alcançarem o triunfo da sua causa, e por isso quanto se empenhassem por adquirir a colaboração de um Estado situado para o Oriente, e que era considerado como um estado cristão, tendo-se mesmo espalhado a notícia de que o seu chefe, poderoso em território e fôrças tinha, em razão da sua orientação cristã, a designação de *Prestes João*, sendo a palavra *Prestes* corrupção da palavra presbítero, aplicada por ser o imperador daquele estado também chefe da igreja cristã ali existente.

E tendo sido averiguado que ao sul do Egipto existia um vasto estado governado por um chefe cristão, é bem natural que despertasse a persuasão de que era exactamente aquêle que tinha provocado nos reis de Portugal o desejo de adquirirem a sua cooperação, que se apresentava com a dupla vantagem de ser utilizada para a propaganda religiosa, e para as relações comerciais.

Para chefe de tão grandioso empreendimento apareceu logo em Portugal um homem de excepcional envergadura, o infante D. Henrique, e o seu merecimento afirmou-se com a dedicada cooperação de todos os elementos do Estado que pressurosamente se puseram ao seu dispor.

O caminho continental e marítimo foram sem demora aproveitados, tendo cabido desbravar o primeiro ao príncipe perfeito, D. João II. As investigações marítimas tiveram já notável sucesso debaixo da direcção de D. Henrique, e a sua

acção foi tão fecunda que prosseguiu com inexcedível zêlo e capacidade após a morte do infante.

Não é aqui ocasião de dar conta das sensacionais descobertas dos portugueses que ainda prosseguiram debaixo do governo de D. João II, e alcançaram a extremidade meridional da África com a passagem do arrojado capitão Bartolomeu Dias, que, primeiro do que ninguém, dobrou o cabo ao qual, com feliz inspiração, D. Manuel deu a designação de Cabo da Boa Esperança. Mas é oportuno recordar que constantemente o infante se ocupou de atingir a costa oriental da África, onde deveria encontrar-se o império do Prestes João, com missões partidas da costa ocidental.

No entanto D. João não descurou a resolução do problema aproveitando as comunicações pelo oriente, e como não tenham podido avançar para o continente africano os exploradores que primeiro enviou, fr. António de Lisboa e Pedro de Montarroio, por desconhecerem as línguas arábicas, imediatamente fêz partir uma nova missão devidamente habilitada, a qual foi composta por Pero da Covilhã e Afonso de Paiva, e se despediu de D. João II, estando presente o sucessor D. Manuel, em Santarém a 7 de Maio de 1497.

Desta vez João Peres da Covilhan conseguiu chegar à região demandada, onde a imaginação portuguesa esperava encontrar a figura portentosa de Prestes João, mas ali, realmente, só lhe apareceu o imperador da Abissínia, Alexandre, que recebeu com particular consideração e carinho o embaixador de Portugal.

Covilhan, homem inteligente e perspicaz, não teve ilusões. Compreendeu que ali era infrutífero o seu empenho de encontrar o célebre Prestes João. Contudo as circunstâncias provocaram que em Portugal se arreigasse a crença de ter sido feita a sua descoberta, com grande contentamento dos príncipes que assim contribuíram para adquirir base sólida a lenda da existência na Abissínia de Prestes João. De facto, tendo morrido pouco tempo o imperador Alexandre, a quem sucedeu seu irmão Naod, ficou

com grande influência a viúva, imperatriz Helena, dotada de apreciáveis qualidades, e que gozava de grande influência, que aproveitou em favor de Covilhã, para ligar com fortes laços a Abissínia a Portugal.

Com êsse fim resolveu enviar um embaixador a Portugal portador de uma carinhosa carta para o nosso rei. O embaixador, de nome Matheus, depois de várias contrariedades, chegou a Lisboa e foi recebido com elevada consideração por El-Rei que, desde êste momento, mais convencido ficou de ter encontrado o almejado Prestes João, e a lenda adquiriu foros de certeza, embora falta de base sólida.

Mas não podemos hoje surpreender-nos com tal persuasão. A existência de Prestes João estava firmada numa larga tradição religiosa. O imperador da Abissínia e o seu povo professavam uma religião derivada da religião prè-gada por Cristo, o povo adoptava-a, eram múltiplos os factos que assim o atestavam com grande número de recolhimentos, e sacerdotes, é certo ligados ao culto copta e tendo por chefe um Abuna delegado pelo bispo de Alexandria.

Para ser apreciada a influência que teria no espírito do rei de Portugal a descoberta feita, bastará tomar conhecimento da seguinte carta que lhe foi então enviada pela imperatriz Helena, transcrita do Livro III, cap. xviii de Castanheda.

«Em nome do padre & do filho & do spirito scto, tres pessoas em hũ só Deus. A salvação & graça de nosso Señor & redẽptor Christo Jesu, filho de N. Señora Maria a Virgẽ, ho qual foi parido na casa de Sete, a graça e benção seja sobre o amado irmão, ho cristianissimo rey Manuel, cavaleyro dos mares e forçador dos infieis e descridos mouros, prospere vos ho Senhor Christo, & vos dê vitoria sobre vossos inimigos & alargue e estẽda vossos reynos; pelos rogos & devoções dos messageiros do redemptor Christo, os quatro evangelistas, Joane, Lucas, Marcos & Matheus, suas santidades & orações vos guardem!

Fazemos saber ao amado hirmão que nos chegarão da vossa grande & alta casa dous messageiros, hũ se chamava

Joane, dizendo que era clerigo, & outro João Gomes, & disseram: Queremos mantimentos & gentes. E para isto enviamos a vos nosso embaixador Mateus... a um vosso porto da India, dizendo que vos dariamos tantos mantimentos como os montes, & assi vos dariamos gentes tantas como as areas do mar!

Foy nos dito que o señor do Cayro fazia armada de navios para mandar contra vossas armadas, & nos vos daremos tantas gentes que façais desterrar estes mouros de sobre a face da terra! Nós por terra & vos hirmão por mar.

«Este he ho tempo achegado da promessa que disse Christo & Sancta Maria sua madre que disserão que no derradeiro tempo se alevantaria ho rey da parte dos frãcos & este daria fim aos mouros. E todo o que Mateus nosso embaixador disser, recebey como nossa pessoa, & crede, porque ele he ho principal que temos, que se outro tiveramos que soubera ou entendera mais que ele, nos volo enviaramos. Quiseramos enviavos nossa embaixada pelos vossos que ca enviastes, & tememos de vos não apresentarem nossas cousas como queremos.

«Com este embaixador Mateus, vos enviamos hũa cruz do lenho em que foy crucificado nosso senhor Jesu Christo em Jerusalem, que me foy de la trazido, de que fiz duas cruces, hũa nos fica & a outra vos enviamos com a nossa embaixada: Ho dito lenho he preto, & leva hũa argola pequena de prata. Quiseramos enviavos muyto ouro, mas com medo dos mouros que ho tomassem nos caminhos por onde avia de passar, ho deixamos de fazer. E se vos ouverdes por bem, do que nos teremos muyto contentamento quererdes nos dar vossas filhas pera nossos filhos, ou tomardes nossos filhos pera vossas filhas, que sera mais razão. Nom mais se não que a salvação & graça de nosso redemptor Christo Jesu, de nossa Señora Sancta Maria Virgem se estenda sobre vossos estados, & sobre vossos filhos e filhas, & sobre toda vossa casa. Amen. Mais vos fazemos saber que se ordenassemos nossas gentes que encheriamos

a todo ho mundo, mas não temos nenhum poder no mar. Christo Jesu vos queira ajudar, que certo as cousas que tendes feyto na India sam milagrosas. E se quiserdes armar mil naos nos as abasteceremos de mantimentos.»

Para se apreciar o prestígio da lenda de Prestes João notarei que esta carta se encontra na crónica de D. Manuel de Damião de Gois com o seguinte título: «Carta das Novas que vieram a el-Rey Nosso Senhor do Descobrimento do Preste Johã» (Lisboa, 1521).

Até que ponto se espalhou entre os portuguezes a lenda da existência de Prestes João na Abissínia, pode apreciar-se pela importância que lhe é atribuída em valiosas cartas escritas pelo famoso Afonso de Albuquerque a D. Manuel.

Referindo-se à importância de Aden escreveu:

«Ha em Adem muitos estantes e mercadores do Cairo: ha grandes fuas dentro em Adem e sam vindos muitos mercadores de Judá viver em Adem, por as naos não podem em seu tempo alcançar o porto de Judá; e por esta causa se ennobreceū mais Adem do que soya a ser; tem fama do mais rico lugar de quá destas partes: toda a força do ouro do preste Joham entra em Adem, e totalas mercadorias da mesma terra do preste Joham.

Apoiando a proposta da construção de uma fortaleza em Maçua observa Afonso de Albuquerque: «Maçua seria boom porto para nossas naos, e por estarmos pegado na terra do Preste Joham, porto principal da sua terra, abastada de mantimentos e gencte de soccorro se nos comprisse».

«Disse me mais (o Xeque de Dalaca) que o preste Johan se trabalhara por muitas vezes por ganhar a ilha de Maçua, e que non tinha com que passsar a ela, e que tentara já tapar ho braço do mar que vay entre a ilha e a terra firme, e nam podera: disse me mais que tinha grandes desejos de nos ver e de nossa conversaçam e trato, e que lhe parecia que se aly chegasse capitam de vos alteza com armada, que viria o preste Joham em pessoa vel-o e ver as naaos e armada de vós alteza.

«Uma fortaleza portuguesa em Maçúá com as costas postas no poder do preste Joham dominaria todo o Mar Vermelho.»

Dando conta do entusiasmo de Afonso de Albuquerque pela convicção que adquiriu de ser uma realidade a lenda que os portugueses tinham fantasiado na existência de Prestes João na Abissínia, no fundo com a base real no que ali se encontrava para os seus vastos projectos, acrescentaremos ainda mais alguns períodos que demonstram a alta capacidade do género daquele poderoso vulto da épica história dos portugueses e que já então tinha tomado conhecimento pessoal do Mar Vermelho.

«Como vos altêza fizer o asemto na terra do preste Joham, então vos poderess melhor determinar o que querês fazer de Zeyla: pela ventura quererá ho preste Joham que ha mandees estruir, e tendo nos fortaleza em Adem, de Zeila e Barbara nos convem provar de mantimentos, porque daly se provê Adem de trigo, manteiga, carneiros, milho, mell, e de todollos outros legumes».

Logo que Maçúá fôr portuguesa Gidá pertencer-lhes-ia «porque nem lhe ham-de vir especiarias, nem mercadorias, nem os mantimentos de fora; e querendo o Soldam hi ter gente de garniçam nom pode bastecer de mantimentos; e vosa alteza póde a suster cos provimentos da terra do Preste Joham que está defronte.»

Nota que se disporia de boas montadas porque, «ha muitos e muy bons cavalos na terra do Prest Joham.» «E quando nos parecesse que se nisso aventurava alguna cousa, pois hy ha tantos cavalos na terra de Prest Joham, ligeira cousa será por mil portugueses a cavalo, boons homens, e mais senhor sendo a travessr tam pequena mayores cousas que estas que digo, me revela o espírito, se fazemos asento e liança cô a terra de preste Joam.»

Aqui fica bem esclarecido como Afonso de Albuquerque compreendia a importância estratégica que havia para Portugal com a aliança com a Abissínia a qual lhe assegurava a segurança das suas viagens para a Índia.

Um mais alto golpe de génio e de audácia é manifestado por Afonso de Albuquerque na seguinte proposta:

«Se el Rei nosso senhor daa maneira d'oficiaes, esses que cortam as agoas pellas serras da Ilha da Madeira, que lancem o crescimento do Nillo por outro cabo, que não vá reguar as terras do Cairo, em dous annos ha desfeito o Cairo, e a terra toda perdida.»

O CULTO DE PRESTES JOÃO  
ENVOLVIDO COM O CULTO DA SERPENTE  
NA ÁFRICA CENTRAL

Que a figura de Prestes João marca um facto histórico e que ao mesmo tempo provocou uma lenda que os portugueses nos séculos xv e xvi envolveram em concepções de larga e impressionante fantasia que determinaram notáveis e fecundos acontecimentos, é uma verdade que fica esclarecida e que nos é posta em clara evidência num interessante relato fornecido por uma curiosa publicação, *Prester John* devida a John Buchan, impressa em Edimburgo pela casa editora Thomas Nelson and Sons Ltd., e que data de 1798.

Trata-se das recordações de viajantes que partiram da Escócia e penetraram no interior da África sul, com o título *Prester John*. Mas êste assunto só é abordado a página 126 com a seguinte estranha pergunta feita por um interlocutor, o capitão Arcoll, ao narrador Mr. Crawford, na presença de um companheiro Mr. Wardlan, — *Did you ever hear of Prester John?* Crawford responde com a seguinte interrogação: «O homem que viveu na Ásia Central» e explica que ela tinha fundamento na reminiscência de um livro de história lido em rapaz. Mas Wardlan atalha com uma importante observação: «Não, não, trata-se de um rei que teria existido na Abissínia no século xv. Li muito sôbre êste assunto. Era um cristão, e os portugueses enviaram sucessivas expedições para o encontrarem, mas nunca o conseguiram. Albuquerque desejou fazer com êle uma aliança, e conquistar o santo sepulcro.»

Verifica-se já o que deixei observado; e atento o interesse das notícias que se encontram nesta passagem e ainda adiante relativas a factos que são relatados como tendo tido lugar na África, julgo oportuno repô-los aqui.

«Arcoll, acrescentou: Pouco se conhece a seu respeito, excepto o que decorre das lendas portuguezas. Terá sido uma espécie de christão, mas eu creio que a sua prática era mais de um pagão. Sem dúvida foi um grande conquistador e os seus successores estenderam o império da Ethiopia até aos grandes lagos.» — «Quanto tempo durou essa influencia?» — «Isso é um mistério que os livros não esclarecem». Por quaisquer razões o centro da autoridade deslocou-se para o Sul e nesse sentido se moveram várias tribos. Nos fins do século xvi encontravam-se Chefes nativos cêrca do Zambese. Os Mazimba e os Macaranja encontravam-se nas vizinhanças do Lago Nyassa, e havia ali um poderoso reino, Manicelana, que os portuguezes designaram Monomotapa.

«O rei deveria ser aquêle de que os reis de todos os pequenos impérios se consideravam descendentes, sendo os seus chefes successores do Prestes João».

«Muito me ocupei dêste assunto e por causa dêle muitos dias gastei nas livrarias da Europa. Falavam de um poderoso rei do norte ao qual davam vinte nomes diferentes. Tinham esquecido que era cristão mas lembravam que tinha sido conquistador.

«Monomotapa desapareceu e as tribos seguiam até ao Natal e Cabo. Primeiro apareceram os Zulus que trouxeram consigo a lembrança do Prestes João, mas este nessa época tinha deixado de ser uma recordação histórica para se tornar num culto religioso. Os Zulus consideravam o seu antepassado e davam-lhe o nome de Umkulunkulu. Para êles representava uma crença. As guerras do século xvi foram principalmente motivadas pelo desejo da posse dos fetiches que se lhe relacionam, os quais eram designados pelos Zulus *Nolhlonolhlo*, que significa grande Serpente.

«Acrescentarei um facto pouco conhecido. Existiu um preto chamado Chaka que foi uma espécie de Napoleão o



qual alcançou para os Zulus um grande poder. Pois bem foi êle o possuidor daquele talisman e acreditava que lhe devia os seus triunfos.

«Enquanto ao Prestes João examinarei agora o assunto debaixo de outro ponto de vista.

«Um dia encontrei-me no encalço de um curioso personagem. Tratava-se de um sacerdote cristão chamado Laputa que exercia o mister de evangelista entre as tribus de Durban ao Zambese. Observei que produzia enorme impressão e que prégava mais do que o Evangelho. Proclamava que a África devia ser para os africanos, e assegurava que os nativos já tinham possuído um grande império nos tempos passados e podiam alcançar de novo um grande Estado. Fundava-se no que tinha sido *Prestes João*, que fôra ao mesmo tempo um cristão e um poderoso potentado.

«Durante anos foi muito conhecido na África do Sul especialmente entre os Cafres cristãos, e supponho ter sido educado entre os negros da América. Encontrei-o primeiro numa reunião em Londres, onde obtinha grande successo. Tinha ido a I. D. B. e ali encontrei o Evangelista. Mais tarde conversámos numa reunião da Sociedade Geográfica de Londres, julgando-me êle um publicista inglês interessado nas missões. Devia ser de sangue Zulu. Mas num dado momento o Reverendo Laputa esqueceu o cristianismo e acreditou ser o Umkulunkulu que encarnava o espírito do Prestes João; prégou a concentração dos africanos para conquistarem um império e dizia possuir a grande serpente, o colar do *Prestes João*.

«Nos seus discursos, que tinham grande influêcia, invocava esta figura de grande prestígio e conseguia importantes efeitos.

«Conhecendo os seus propósitos descobri que êle tinha preparado uma organização desde o Zambese até ao Cabo, e com muito trabalho consegui assistir às suas reuniões. Observei que possuíam grandes riquezas, principalmente em diamantes. Com êstes recursos tinham adquirido armas e munições, e os governos ignoravam êstes manejos, que eu

seguia persistentemente. Mas que poderia êle esperar conseguir sendo inteligente? É certo que os cafres o são um pouco, mas não vão além de um certo limite, e por êsse limite ser reduzido creio que chegou o momento de actuar.

«À minha pergunta sôbre a opinião que tinha sôbre o Rev. Laputa o capitão Arcoll respondeu: «A mais alta personalidade produzida pelos Cafres: é um génio e se fôsse branco teria sido um segundo Napoleão».

«Deu-me notícia dos projectos dos Cafres à vista de um mapa. Conhecedor da reunião que ia ter lugar resolvi tomar parte na assistência de cêrca de 10.000 homens bem armados através de todos os perigos. Vencidas graves dificuldades encontrei-me numa vasta caverna onde se realizou uma cerimónia religiosa muito impressionante, da qual darei notícias de alguns actos mais notáveis que seguiram o rito da serpente, segundo Prestes João, debaixo da presidência do guardião da serpente.

«Principiou por um côro geral de magia acompanhado por uma música bárbara. De repente o guardião proferiu em altos gritos as palavras: «Deus falou. A serpente volta à casa em que nasceu». Em seguida dirige-se a Laputa dizendo: «Sacerdote e rei do povo de Deus. Tu és o herdeiro do Prestes João, que foi rei dos reis, senhor dos povos e dono da Terra. Quando subiu ao ceu deixou ao seu filho a sagrada serpente, a arca da sua influência, para ser a dotação de Deus e penhor junto do povo que Elle escolheu».

«Aberta uma caixa o guardião tirou dela um rico colar que levantou acima da cabeça. Nunca vi uma jóia semelhante, nem suponho que exista. Tinha 50 rubis, os maiores como ovos de pomba, e nas extremidades duas grandes pérolas. A assembleia agitou-se com paixão, e naquele momento compreendi o prestígio do império de Prestes João na África. O guardião continuou dizendo: «Em nome de Deus eu entrego ao herdeiro de João a serpente de João».

«Então Laputa colocou o colar ao pescoço, e o guardião acrescentou: «Herdeiro de João — agora vos venero como sacerdote e rei».

«Seguiram-se cânticos em honra do Deus de Israel. A cerimónia terminou com uma benção. No seu discurso Laputa incorporou os brancos como responsáveis de uma civilização bastarda que tinha aniquilado a natureza humana, e tornado os homens seus escravos.»

Êstes factos não podem surpreender averiguado como se verificou depois de terem voltado ao conhecimento dos povos do norte, devido às descobertas realizadas pelos portugueses, as regiões que no centro da África foram ocupadas por emigrações de povos das regiões asiáticas e mesmo africanas que tinham adoptado as doutrinas de Cristo.

A propósito é útil transcrever aqui duas importantes observações que se encontram a páginas 16 e 18, no valioso trabalho do sábio agrónomo Ruy de Andrade, intitulado «*O Cavallo Andaluz de perfil convexo, publicado em 1941*».

«A Africa occidental (O Senegal, o Volta, o Alto-Nijer, a nossa Guiné inclusive) esta ocupada pelas raças de gentio, os fulas ou felatas, que não são pretos de origem e vieram por varias vezes do Oriente; raça aparentada com os antigos egipcios (folás) e com os tuaregues, raças morenas, mas nos seus tipos puros não pertencentes a qualquer grupo de população negra.

«Ora, ahí pelo v seculo da nossa era ocorreu um facto histórico de uma grandissima importancia para essa parte da Africa; — uma grande migração de povos cristãos de cultura bisantina, desde a bacia do Nilo até à Africa occidental. Estes povos que conquistaram essas regiões, implantaram por tal forma nelas o cristianismo, que as populações, apesar de separadas do mundo cristão pelo enorme espaço desértico, e não obstante invadidas pela superveniente difusão muçulmana, puderam conservar, até ha muito pouco tempo, as tradições e costumes cristãos, deformados sim, mas bem reconheciveis; alem de certos ritos, as espadas ainda hoje têm a empunhadura em forma de cruz como decoração. Afora isso, os povos actuais dessa região africana usam cotas de malha, capacetes, acobertamentos de cavalos contra as setas, arreios, etc., em tudo

semelhantes aos mesmos objectos da época cristã, que se vêem nos mosaicos romanos da decadência, etc.; ha entre eles um tipo extraordinariamente parecido a uma coroa encontrada numa tumba bisantina do Alto-Egito, pertencente ao espolio duma princesa dêsse tempo.»

«Em todo o caso é curiosa a existencia dêsse grupo cabalino naquelas regiões e mais curioso é estar êle ligado a povos de migração do oriente africano, não de tipo negro, mas simplesmente trigueiros e parentes próximos dos antigos egípcios (falás), povos que professaram antigamente a religião cristã, que introduziram na Africa occidental uma cultura progressiva, que se conservaram muitos séculos com os seus caracteres somáticos, com os seus usos e costumes, e que mantem ainda actualmente bastantes vestígios da sua raça original. O movimento migratório inicial teria começado em 641, mas em 1486 havia ainda cristãos em Benim, cuja cultura tinha estreitas afinidades bisantinas através do Mar-Vermelho, quando o Egito já era muçulmano há uns poucos de séculos.»

#### IMPORTANTES CONSEQUÊNCIAS QUE TEVE A LENDA SÔBRE PRESTES JOÃO, CRIADA PELOS PORTUGUESES

Como os acontecimentos que vão ser referidos se passaram na Abissínia, convém dar aqui uma rápida notícia dêsse país, e como convirá que as designações aproveitadas estejam quanto possível de acôrdo com as que existiam na época de que nos ocupamos, aproveitarei as informações que Baltasar Teles fornece na sua importante obra sôbre êste assunto.

Mas em primeiro lugar recordarei a nota que o P.<sup>o</sup> António Pereira de Figueiredo, no primeiro volume da sua edição da *Sagrada Escriptura*, inscreve na página 574:

«b) É muito ambíguo nas Escripturas o nome Etiópia. E aqui são muitos criticos de parecer que por Etiópia se deve entender aquella região da Arábia, que está situada

na extremidade septentrional do Mar Vermelho cujo rei Zara os poderia ter confederado com os Líbios para poder ajuntar um tão prodigioso numero de tropas.

O nome do imperio *Etiópia a alta*, ou *sobre o Egipto* é Abassia e por isso os seus habitantes são chamados abexins. Chamam ao rei *Nugue* e ao imperador *Nuguea Nagasta* que significa *rei dos reis*, designação que originou a actual de Negus.

*Etiópia* é uma designação geral que compreende as regiões de que os habitantes têm côres pretas e por isso são chamados etíopes, as quais vão do mar vermelho, do lado da Arabia, até à Palestina, e também as terras africanas que se encontram partindo do mar vermelho até ao Cabo Guardafui, dêste até ao Cabo da Boa Esperança, e dobrado êste Cabo até Angola e Cabo Verde. Chamam oriental à parte que fica do lado da Arábia e à outra occidental.

No Atlas de 1653 de João Jansónio é dividida a África em seis regiões, — Egipto, Berbéria, Biledulgerid, Sarra (Líbia), Nigritas, Etiópia (dividida em *superior* ou interior, e *inferior* ou exterior). O negus habitaria a Etiópia alta.

Existem os mapas de Ptolomeu, Abrahão Ortélio, Gerardo Mercator, o atlas de 1653 e o publicado por Baltasar Teles, cêrca de 1660, preparado pelo patriarca D. Afonso Mendes e P.<sup>o</sup> Manuel de Almeida.

São-lhe atribuidos 9 graus de Norte a Sul, entre *Focay* ao Norte e *Bargamó* ao Sul, e 140 leguas portuguezas de Oriente a Ocidente.

No tempo do patriarca D. Afonso Mendes existiam os seguintes reinos na Abissínia: — Tigré, Dambéá, Begameder, Gojam, Amahará, Nareá e parte de Xaoá. Era reconhecido pelas pequenas províncias Mazaga, Salemt, Ogará, Abargalé, Holcait, Salgadé, Cemen, Salaoá, Ozecá, Dobá. O principal dos reinos era Tigré.

O Nilo nasce no reino Gozam e estende-se por Dambéá onde existe uma lagoa que é atravessada por êste rio. Depois de um curso de cêrca de quinze léguas tem um

afluente caudaloso Gemá, e mais abaixo juntam-se-lhe os dois rios Kely e Branty e fica proxima a primeira catarata que tem cêrca de doze metros de altura.

Depois atravessa a grande lagoa, Mar de Dambea onde existem cêrca de trinta e cinco ilhas, com variada vegetação de laranjas, limões, etc.

Foi muito célebre o lugar de Acçum, onde são coroados os imperadores.

Os galás que habitam entre Beli e o mar, são brancos, e por isso são chamados galás, porque galá significa leste.

O filho de Salomão e da rainha Sabá foi ungido por Salomão em Jerusalem rei da Etiópia e dali trouxe a arca do testamento.

No reino de Tigré junto de Acçum ainda existia no seculo xvii um pequeno lugar chamado Sabá, no qual, se diz, nasceu a rainha Sabá que ali edificou uma cidade chamada Debra Maquedá e construiu um grandioso templo que a rainha Candace terá consagrado a Cristo e á Virgem Maria. Os abexins ainda em 1660 chamaram *Israeis* aos descendentes dos seus reis por serem descendentes de Salomão, e tinham como armas um leão com a legenda *Vicit Leo da Tribu Juda.*

Quanto às doutrinas religiosas da Abissínia conta o P.<sup>o</sup> Manuel de Almeida:

«Antes que rainha Sabá fosse a Jerusalem ouvir a sabedoria de Salomão, todos os de Etiopia eram gentios, mas quando ella voltou lhes trouxe a historia do genesis e estiveram na lei dos Judeus até á vinda de Cristo.»

«Depois a causa de serem christãos foi a ida de um eunuco da rainha Candace a Jerusalem a adorar na festa da pascoa, porque os gentios que recebiam a lei dos judeus, iam na pascoa a Jerusalem por não lhes ser licito sacrificar em sua terra, senão no lugar em que foi invocado o nome de Deus; e tornando-se o dito eunuco, o anjo do Senhor falou a Felipe e lhe disse:

« — Levanta-te e vae para a parte do meio dia ao caminho que desce de Jerusalem a Gasa, a deserta. Ele

foi lá e achou um etiope, eunuco da rainha Candace, da Etiopia que era tesoureiro de todas suas riquezas, e viera adorar a Jerusalem, e se tornava para a sua terra em coche. Chegado ali Felipe ouvia que lia uma profecia de Isaias, e perguntou-lhe se entendia o que lia. Respondeu que se alguém o não ensinasse como poderia entender; e rogou a Felipe que subisse ao coche, o que elle fez; e tomando ocasião do que perguntou sobre aquella profecia; lhe pregou a Jesus Christo e o converteu, e informou das cousas de Fé, e o batisou; e logo o Espirito levou a Filipe, e não viu mais o eunuco. E continuando seu caminho muito alegre e contente do que lhe tinha succedido chegou a Etiopia, e a casa da sua senhora; e contando esta historia creram no Evangelho da graça de Jesu Christo.»

A página 103, Baltasar Teles emite a seguinte opinião: «Primeiro que alguma outra provincia do mundo, Etiópia vendeu sua cabeça a Cristo».

Quando morreu D. Manuel I, o imperador David dirigiu uma carta a D. João III acompanhada por uma coroa de ouro e prata; foi portador Francisco Álvares. O imperador David, na mesma ocasião, enviou um embaixador com uma carta a Clemente VII. Estas cartas foram traduzidas para latim por Paulo Jovis.

Nos princípios do século XVI a parte principal da Abissínia era composta pela região do Tigre, Amkara, Gozam e Choa; o importante reino de Gala foi mais tarde conquistado pelo imperador Menelik. O governo era absoluto, e até os governadores das províncias eram substituídos logo que assim era determinado pelo imperador que dispunha também discricionariamente das propriedades.

Eram consideráveis os tributos. Num ano Goyam pagou: três mil mulas, três mil cavalos, três mil fardos de *basuto* (valioso pano), trinta mil fardos de pano de algodão ordinário, trinta mil *onquias* de ouro. Outras regiões contribuíam com sêdas e diversos artigos de luxo. As cerimónias religiosas eram realizadas com grande pompa.

Geralmente existia considerável população e importante riqueza proveniente das produções agrícolas. As guerras e lutas internas reduziram consideravelmente aquêles recursos.

Com um regime feudal era então fácil reunir numerosas fôrças militares.

O chefe religioso, o *Abuna*, era nomeado pelo patriarca da Alexandria, com o fim de serem evitadas as listas de uma eleição.

Para apreciação da importância que em tempos remotos adquiriu a Etiópia e das crenças religiosas daquelas regiões referirei ainda algumas informações dadas por Leo Frobennius aproveitadas da tradução inglêsa publicada por Rudolf Blind com o título *The Voice of Africa*. A página 621 do segundo volume encontra-se:

«Os egipcios obtiveram os fornecimentos de escravos negros, marfim, prata, ouro, e outros artigos de Nubia. Este commercio deve ter existido desde remota antiguidade, muitos seculos, mas o seu zenith deve ter sido atingido quando a dinastia etiopica governou no Egipto, cerca do anno 840 A. C.

«Em muitos lugares encontra-se a opinião de que o reino da Etiopia que os antigos chamaram Napata ou Maroë, conforme a designação da sua capital, era ligado ao Egypto primitivo por importantes elementos de cultura. Os nubianos possuíram desde remota epoca uma religião independente. Mais tarde os nubianos adoptaram o cristianismo, cerca do anno 547 D. C., directamente pelo caminho do mar Vermelho.»

Frobenius acredita na influênciã de cultura Bisantina-Nubiana sobre as populações nórdicas da Europa. Sôbre êste assunto afirma: «Não é difficil provar que o mais antigo cristianismo com as pompas existiu no coração de Africa, e que a antiguidade classica existiu inicialmente na Etiopia. A figura do negro e branco rei Feirefi, que tinha sangue misturado corrobora-me esta opinião, e dá-me a impressão de que o filho do rei que dominou sobre a terra muito para leste, foi chamado Prestes João, designação conservada pelos successores.»



Frobenius tem a opinião de que os povos daquelas regiões possuíam os mais puros costumes e que todos êles «estavam convencidos no intimo da sua alma da existencia de um unico Deus supremo, e que a sua vontade governava êste mundo. Foram os herdeiros das antigas religiões que prevaleceram até à época em que o poder egípcio dominou na Nubia, e os seus chefes foram chamados os «Inocentes Ethiopes» pelos escritores da antiguidade classica. Tenho a opinião de que aquellas tribus, pelas suas características, podem ser incluídas na designação de *Ethiopes*. Suponho terem sido os povos mais religiosos devido a que tinham o poder de dedicarem-se sem reservas, sem hesitações, confusões ou instabilidade a uma firme crença nas leis eternas das forças naturais e tinham convicções postas sobre a vida familiar. Nunca descobri n'elles o mais insignificante signal de magia.»

\*

É oportuno observar que as ligações da Abissínia com os portugueses, iniciadas nos fins do século xv, e rapidamente alargadas pelas influências religiosas, produziram grande alarme nas populações muçulmanas que resolveram combinar-se para a conquista da Abissínia, e assim provocaram uma importante intervenção dos portugueses.

Nesta época os muçulmanos encontraram um ousado chefe num imperante da Somália chamado Ahmed Granhe, que nascera em 1506, servia no exército de Emir de Harar e rapidamente adquirira grande prestígio. Tendo somente 31 anos, em 1527, já alcançara várias vitórias na Abissínia e, então, uma importante sobre Degallan irmão do imperador. Era fanaticamente mahometano.

O imperador Lebua Dangel organizou um poderoso exército para o combater, mas afinal os triunfos dos primeiros tempos foram prejudicados por uma formidável derrota sofrida em 1529 em Chantoura Koure na qual os muçulmanos aproveitaram as armas de fogo então introduzidas na Arábia. O imperador viu-se obrigado a refu-

giar-se nas montanhas: um dos filhos foi aprisionado em 1539, e outro morto em combate no mesmo ano. A maior parte do território foi ocupada pelos muçulmanos; a devastação foi geral e especialmente os mosteiros e igrejas foram saqueados e queimados.

No entanto é pena notar que a despeito de tantos desastres o imperador não se submeteu, e negou-se mesmo a aceitar a paz que Granhe lhe oferecia a trôco do casamento com a sua filha.

Mas tendo recorrido ao auxílio dos portugueses, teve em 1541 grande alegria com a notícia de que ia ser socorrido, mas já não gozou êsse prazer, tendo morrido em setembro de 1500.

Então passou-se um acto dos mais gloriosos da nação portuguesa. Na Abissínia a rainha Sabba Vangel já chorava a perda do imperador e de dois filhos, e o mais velho sustentava uma luta desigual. Refugiara-se numa sólida fortaleza numa alta e escarpada rocha ao cimo da qual existia um pequeno planalto.

Em socorro foi destacado D. Cristóvão da Gama, irmão do governador da Índia D. Estevão da Gama, filhos do nosso célebre Vasco da Gama, acompanhado por 400 homens. A missão de que fôra incumbido era espinhosa mas sobrava-lhe coragem, compartilhada pelos seus companheiros. A rainha abandonou o seu refúgio e tôda confiante veio encontrar D. Cristóvão em Debaroa. À sua chegada as tropas fizeram-lhe a guarda de honra e D. Cristóvão adiantou-se para a saüdar.

Foram logo iniciados os preparativos para a guerra, e todos os portugueses activamente se dedicaram ao trabalho. Foram enviados mensageiros a solicitarem ao imperador para ali vir com as suas fôrças, realmente muito reduzidas, mas indispensáveis.

A 15 de Dezembro de 1540 foi levantado o acampamento, e a Rainha com as suas damas aclamaram êste reduzidíssimo, mas esforçado exército, que seguiu ao encontro do inimigo, obrigado a vencer escarpadas rochas. Por

vezes os homens substituíram os bois e foram obrigados a desmontar os carros. Depois de dolorosos dias de marcha depararam como primeiro reduto inimigo, Amba Sanaigat, uma fortaleza natural *inexpugnável*. A rainha procurou, sem resultado, convencer D. Cristóvão da conveniência de contornar esta fortaleza. Êste estudou a situação, atacou e triunfou.

Mas a luta estava somente iniciada; Cristóvão da Gama avançou, e dentro em pouco encontrou um formidável exército comandado pelo rei de Zeida, Ahmad-Ibn-Ibraim-el Ghazi, que ainda propôs a paz a trôco de lhe ser entregue a Rainha.

Um emissário distintamente equipado levou a resposta, escrita em árabe.

«O grande leão do mar tinha enviado os seus subditos para libertarem o seu irmão de armas, o cristianissimo Preste João (sic), que fôra desbaratado e desherdado pelos inimigos da Santa Fé Catolica. O pequeno exercito que o Granhe ali via era perfeitamente suficiente para resistir a tão pessima gente! A justiça da Causa do Imperador era só por si bastante para a defender. Se os mouros haviam triunfado até ali era porque o Senhor queria castigar os pecados dos abexins. D. Cristovão esperava em Deus que chegára o momento de os tirar do cativeiro. No dia seguinte se veria do que os portugueses eram capazes! Não se poriam ao serviço dos mouros, nem queriam reconhecer outro senhor que não fosse o rei de Portugal, a quem todos os reis da India, Arabia e Persia e a maior parte dos da Africa prestavam vassalagem, como a prestaria um dia o próprio Granhe, com a ajuda de Nosso Senhor!»

Granhe contava com um considerável exército composto por quinze mil archeiros, mil e quinhentos cavaleiros e duzentos arcabuzeiros turcos. Como era tática do Granhe esperar, D. Cristóvão, falto de mantimentos, viu-se obrigado a atacar. Os muçulmanos exultaram de alegria quando viram avançar um exército de trezentos e cinquenta portugueses e cêrca de duzentos abexins!

A luta foi encarniçada. D. Cristóvão foi ferido numa perna mas não cessou de combater. Cêrca do meio dia o Granhe arrojou-se ao meio da batalha; um tiro de arcabuz varou-lhe uma perna, e como fôsse retirado do campo os muçulmanos retiraram e os portugueses puseram-os em debandada.

Dentro de alguns dias os mouros tiveram um refôrço de três mil e quinhentos homens, que realmente já não eram precisos para que tivessem um enorme poder. D. Cristóvão viu-se obrigado a atacar novamente, e também desta vez com grande fortuna: os portugueses a meio do combate investiram com tal ímpeto que o inimigo desanimou, e mais uma vez retirou em debandada, levando adiante o seu chefe.

Êste triunfo foi dentro em pouco acrescentado por um audacioso ataque a um importante acampamento na serra de Gimeu, que os mouros abandonaram, deixando um rico despojo e desembaraçada a passagem para o exército do imperador, afinal muito reduzido.

Mas dentro em pouco a fortuna eclipsou-se. Granhe obteve reforços importantes e sobretudo bastante artilharia. O dia 27 de Agôsto de 1524 ficou sendo uma data dolorosa. Os portugueses foram obrigados a bater-se contra um exército cinqüenta vezes mais numeroso e bem armado; a coragem foi máxima, mas quási todos ali pereceram e os homens portugueses que puderam retirar ficaram gravemente feridos.

D. Cristóvão ainda conseguiu sair do arraial mas alcançado pelos mouros foi cruelmente turturado e enfim assassinado pelo próprio Granhe.

D. Cristóvão da Gama, filho do célebre Capitão Vasco da Gama morreu como heroi e mártir, bem como cêrca de quatrocentos valentes portugueses que o acompanhavam, e a sua cabeça foi mandada ao Sultão da Turquia. Contudo o sacrifício feito pelos portugueses teve importantes consequências, porquanto assegurou ao imperador, que só chegou dez dias depois dêstes lamentáveis acontecimentos, a posse de importantes posições.

Então com um reduzido exército, cêrca de oito mil homens, dispostos a vingar a morte de D. Cristóvão, ousou o imperador, intrèpidamente, atacar o exército do Granhe, que dispunha de mais do dôbro e de armamento moderno.

A luta foi muito desigual, no entanto portuguezes e abexins bateram-se denodadamente, e a Providência decidiu a favor do imperador.

O Granhe foi morto no meio da batalha por um portugûes, Pero Leão, e o seu exército dispersou-se, fugindo os seus homens em debandada. Os que foram apanhados foram passados à espada. Os abexins eram unânimes em reconhecer que deviam a vitória aos portuguezes.

As conseqüências dêste triunfo foram de largo alcance. A cabeça do Granhe foi passeada por todo o reino, e a Abissínia readquiriu a tranqüilidade.

A influência dos portuguezes adquiriu grande incremento não cessando o seu empenho de difundir a doutrina cristã pura, e considerável foi a influência que obteve o Padre Pero Pais que em 1622 conseguiu a conversão do imperador Susengos à doutrina evangélica.

Deve-se àquele assinalado missionário a descoberta das fontes do Nilo azul, as quais descreve nos seguintes têrmos:

«A 21 de Abril de 1618, acompanhava o imperador da Etiopia que tinha o grosso do seu exercito no reino de Gojam, e estava acampado no local de Agaus, no distrito de Sakala cerca de uma pequena montanha rodeada de elevadas eminencias. Examinei meticulosamente toda aquella região e descobri duas nascentes de agua que teriam cerca de quatro palmos de diametro. Não posso exprimir a minha alegria ao pensar que Cyro, Cambius, Alexandre e Julio Cesar tinham desejado ardentemente conhecer as fontes do Nilo.»

Foi tambem o P.<sup>o</sup> Paes, que gozou lá grande influência, que então provocou e dirigiu a construção de um grandioso palácio do qual ainda existem as ruinas em Gondar, onde, entre outras divisões, existia um vasto salão com 15 metros de comprimento e 6 de largura.

\*

Reconhecido que ao infante D. Henrique, notável pela sua cultura científica, patriotismo e tenacidade se deve ter sido posta em relêvo a figura de Prestes João, é justo consignar aqui a apreciação, que ainda recentemente, em 1922, foi feita dêste príncipe, pelo sábio astrónomo E. Doublet, na sua valiosa publicação, *Histoire de l'Astronomie*, a página 195, nos seguintes têrmos:

«Pertence a um príncipe português, Henrique, o navegador (1394-1460) a glória de ter havido uma ideia exacta da figura do nosso planeta.

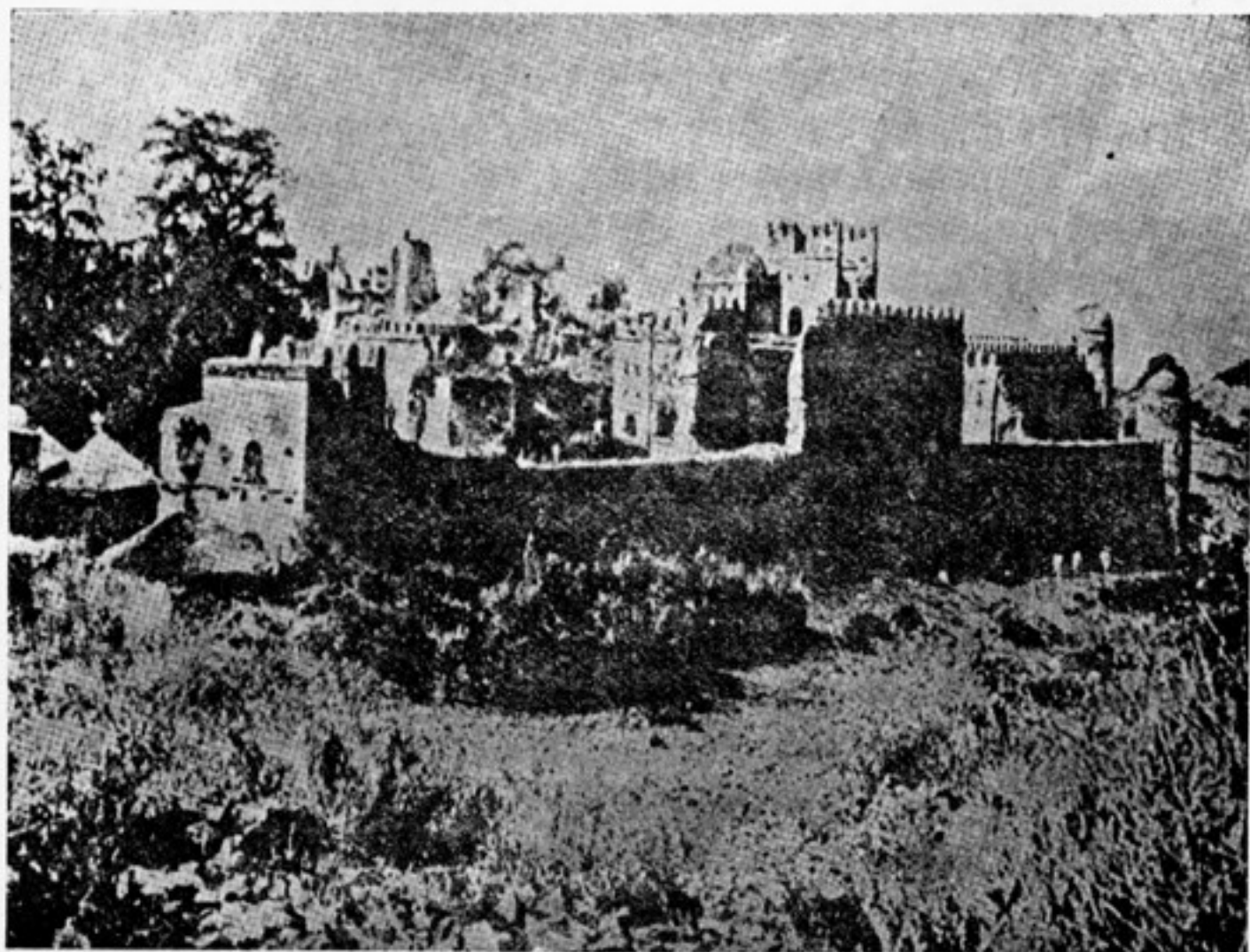
«Êste filho do rei João I tinha, na sua juventude, lutado valentemente contra os mouros e castelhanos, mas possuía qualidades para ser mais do que um heróico soldado. Teria podido, como tantos príncipes, procurar abalar a coroa dos mais velhos; porém, a sua conduta foi muito mais sábia. Desde a idade de 22 anos, em 1416, consagrou-se exclusivamente à ciência e instalou-se em Sagres (cabo sagrado dos antigos), na extremidade meridional de Portugal e mandou construir ali um observatório.

«Rodeou-se de sábios e navegadores, e trabalhou no aperfeiçoamento da arte náutica. — A divisa francesa que adoptou: «Talent de bien faire», caracteriza-o maravilhosamente.»

Para terminar esta secção vem também a propósito registrar que foi Afonso de Albuquerque, sem dúvida uma das personalidades mais notáveis que existiu naquela época, quem resolveu o problema do comércio directo da Europa com a Índia. Para êsse fim apoderou-se de Socotorá e Aden às portas do Mar Vermelho (1513), de Ormuz (1515) à entrada do Golfo pérsico. Conquistou Goa em 1510 e Malaca em 1511; abordou o país das especiarias, ilhas de Sonda, Cantão em 1517; em 1520 enviou uma embaixada à China, a qual foi recebida em Pequim. Ficou assim criado um império sôbre 5.000 léguas de costas, desde o Cabo

Bojador até às Molucas, ao qual acrescia a região hoje ocupada na América do Sul pelo vasto e prestigioso império do Brasil.

Se os vestígios da influência portuguesa foram em grande parte perdidos no domínio espiritual, é contudo importante observar que ainda hoje são afirmados em ruínas



colossais, e para verificar êste facto basta atentar nos grandiosos restos que ainda hoje existem do célebre palácio de Gondar ao qual já foi feita referênciã, e do qual se encontra aqui junto uma fotografia.

Terminarei esta rápida exposição com a publicação do imparcial elogio da heroica e benéfica influência que os portugueses exerceram na Abissínia, transcrito da opinião que C. F. Roy exprime a página 15 da sua já citada obra, *The romance of The portuguese in Abyssinia*:

«That abyssinia is to-day an independent Christian country is due in no small degree to that remarkable

Prince, Henri the Navigator, whose energy and imagination resulted in the maritime exploration of half the world within the limits of a single century; it is gratifying to us to know that this great patron of travellers is as partly of English blood, his father, King John 1 of Portugal, having married Philippa, daughter of John of Gaunt.»

«O facto de ser hoje a Abissínia um estado independente e cristão deve-se em grande parte ao notável principe Henrique o navegador, devido à sua energia e imaginação que durante um século conduziram a exploração marítima de meio mundo. É para nós honroso que êste notável patrono dos navegantes possua sangue inglês, porquanto seu pai o rei D. João 1, de Portugal, casou com a princeza Filipa, filha de João de Gand.»

Prof. F. M. DA COSTA LOBO



GUERRA ANGLO BOER DE 1899-1902  
NA FRONTEIRA DE LOURENÇO  
MARQUES E DE GAZA

ADENDA AO ARTIGO DO VOLUME 102  
DE «O INSTITUTO», RELATIVA AOS FACTOS  
E SERVIÇOS DE VÁRIOS FUNCIONÁRIOS  
DE QUE NÃO TIVE CONHECIMENTO  
ATÉ À SUA CONCLUSÃO, E QUE POR TODOS OS  
MOTIVOS SÃO DIGNOS DE SEREM RELATADOS  
SEGUNDO AS SUAS VERÍDICAS COMUNICAÇÕES  
DEDUZIDAS DAS CARTAS QUE ME ESCREVERAM  
E DE OUTROS FACTOS QUE ME COMUNICARAM  
VERBALMENTE VÁRIAS PESSOAS FIDEDIGNAS  
QUE A ÊLES ASSISTIRAM.  
SÃO OS SEGUINTEs:

(Págs. 5, 11, etc., da separata e 316 e 322 do Vol. 102, de *O Instituto*). Do Sr. Miguel Vitorino Pereira Garcia, ao tempo capitão comandante da polícia de Lourenço Marques, actualmente coronel reformado, soube que:

A polícia de Lourenço Marques que êle comandava, estabeleceu no Alto do Mahé um grande acampamento onde foram recebidos milhares de refugiados que ali foram mantidos pela polícia, de acôrdo com o cônsul inglês, o que tudo se fêz sem maiores atritos, e com elogios.

A êsse respeito se refere o louvor que lhe foi conferido. «Louvado pelo incansável zêlo, altruísmo e dedicação de que deu exuberantes provas durante a chegada e permanência em Lourenço Marques dos refugiados vindos do Transvaal em consequência da guerra, contribuindo para a

boa instalação, manutenção e polícia, evitando e prevenindo os inconvenientes da acumulação, durante mais de dois meses, do elevado número de 63:000 pessoas, na maioria indígenas portuguezes e malgaches, sem que se tivesse produzido qualquer incidente extraordinário».

Foi-lhe por isso dada a condecoração do Oficialato Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Mais tarde e já em Lisboa como capitão de Infantaria n.º 1 foi nomeado para com 200 praças guardar 500 boers instalados na fortaleza de Peniche, vindos de Lourenço Marques.

Pouco depois, já major, foi chefe do Estado Maior em Angola onde com louvor organizou de novo a polícia local, e posteriormente como chefe da 2.ª repartição do Ministério da Guerra, foi louvado em Ordem do Exército pela elaboração da Lei do Recrutamento.

Como comandante da polícia de Lourenço Marques prestou-me relevantes serviços em muitos dos casos a que no livro me refiro, nos postos da fronteira, fornecendo-me cavalos e pessoal para os serviços a que já me referi no meu livro.

A páginas 38 do meu livro e 319 do mesmo artigo em *O Instituto*, de Coimbra, de que o meu livro é uma separata, cito o nome do Sr, então tenente de Artilharia, Alberto de Almeida Teixeira, que fazia parte da Expedição do coronel António Vaz Correia Seabra de Lacerda, o qual de há tempo estava na Ponta Vermelha esperando a ocasião de ir servir na fronteira, o que fêz sob as ordens do chefe de Estado Maior interino do Governo Geral, o capitão Domingos Silvestre Branco. Êste distinto oficial de artilharia, hoje coronel reformado, grande escritor colonial, e autor do magnífico livro *Angola Intangível*, além de outros serviços valiosos, e depois da entrada dos Boers em Ressano Garcia, andou no Sabié comandando um destacamento mixto, composto de uma pequena fôrça de infantaria, de uma outra de artilharia, comandada pelo alferes Alfredo Baldino de Seabra, e uma terceira de cavalaria, comandada

pelo alferes D. José de Serpa Pimentel, destacamento êsse que tinha por fim policiar a fronteira (antes do serviço que eu ali desempenhei) e desarmar um importante comando boer que pela portela do Sabié era esperado. (Págs. 55 da separata e 366 do artigo de *O Instituto*, Vol. 102).

Pouco depois teve de ir em grande galopada ao alto dos Libombos mais próximo de Komatie-Poort, quando em baixo se ouvia prolongado e intenso tiroteio, e se julgava que houvesse combate, mas que afinal era produzido pelo cartuxame empilhado em vagons a que tinham lançado fogo em Komatie-Poort. Soares Branco contou lhe a luta que por êsse tempo o Governador Geral Joaquim Machado tinha tido de sustentar com o cônsul inglês de então, Mr. Balduin, que queria impedir a todo o transe que os sacos de farinha, que se viam espalhados ao longo da linha férrea, seguissem ao seu destino (tinham sido recebidos em Lourenço Marques de uma barca e eram destinados aos boers, por intermédio do seu cônsul Gerard Poot, e o seu transporte estava já pago ao Caminho de Ferro). Argumentava Machado sensatamente, que se não podiam considerar como contrabando de guerra, e que não seria tal farinha que viria transformar o estado actual das coisas, além da antipatia que tal proibição acarretaria para Portugal, condicionalmente neutro.

A êste respeito direi, *só agora*, que tive ordem confidencial e urgente de construir na área do Caminho de Ferro um armazém de madeira e zinco, com 200<sup>m</sup> de comprimento e 12 de largo, para o qual, ainda antes de concluído, mandei armazenar os respectivos sacos, à medida que eram descarregados da citada galera.

O que houve de dificuldades para mim, e meu pessoal com o transporte, não se descreve. Cheios alguns vagons de farinha e atrelados aos combóios que seguiam para a fronteira (transporte já pago) era-me por vezes ordenado deixá-los ficar em várias estações, para não chegarem a Ressano Garcia, e no dia seguinte vinha ordem superior provocada pelo cônsul Poot, para os continuar a enviar, e

acabaram por todos seguir ao seu destino. Finalmente este official a que me refiro, disse-me na sua carta que os seus companheiros ainda vivos eram os Srs. alferes de artilharia Alexandre Herculano Garcia e o alferes de infantaria José Joaquim Canhão, hoje coronéis da reserva.

A páginas 72 do meu livro e páginas 386 do artigo de *O Instituto*, refiro-me ao meu amigo o coronel de cavalaria reformado, Sr. Alberto Stofanger Bívar de Sousa, que ao receber a separata me escreveu uma carta extensa, e entre as muitas coisas a que nela se referiu, me disse que com respeito ao que eu tinha escrito sobre a patrulha inglesa, que matou um boer na fronteira, não se tinham passado as coisas exactamente como eu as tinha escrito por informações; e referiu o caso da seguinte maneira: «As patrulhas que fizeram a incursão e mataram o boer faziam parte das tropas de 2.<sup>a</sup> linha denominadas *Steinaker Horse*, e às quais pertencia a fôrça que atacou o acampamento Boer, dentro do nosso território. Estes officiaes comandantes da patrulha é que não compareceram na fronteira no ponto marcado para os encontrar, que era a portela do rio Sabié a montante da Matiquana, onde nós portuguezes, não obstante as dificuldades opostas pelo mau tempo e o grande volume de água que havia no rio Sabié, conseguimos chegar, sacrificando tudo para sermos pontuais, como foi bem verificado pelos officiaes ingleses *que nos acompanharam* e que apesar de serem officiaes de artilharia, ficaram com os corpos bem castigados, ao testemunhar a nossa marcha e a forma como a cavalaria portuguesa se mexia. Só depois de nós todos termos esperado 24 horas pelos *Steinaker Horse* é que continuámos para norte, a efectuar o reconhecimento local, onde se encontrava o acampamento Boer, e os marcos da fronteira portuguesa (sem terem comparecido os officiaes africanos comandantes da patrulha *que foram declarar que elles tinham comparecido, e nós não!!!*) Lembro-me que a falta de comparência dos officiaes comandantes das patrulhas, ou dos que foram nomeados para esse fim, enojou de tal forma os officiaes ingleses de Kitchner que nos acompanha-

vam, levando-os até a pedir-nos desculpa por êsse facto, tendo mais tarde sabido que os outros tiveram o descaramento de declarar *que lá tinham estado, e nós não*. Isto prova que foram os tais *Seinaker Horse* que não cumpriram o seu serviço.

O meu amigo Bívar de Sousa e eu, somos de opinião que sempre admirámos o cavalheirismo e seriedade dos officiaes ingleses, com os quais fizemos serviço. Nunca encontrámos outros, de diversas nações, que a êles se assemelhassem como *gentlemen*.

Mais adiante me referirei a outros pontos da sua carta, e juntamente a outros factos que se deram comigo, ou de que tive conhecimento por ao tempo não-estar em Lourenço Marques, mas em serviço na cidade de Durban. (Págs. 80 e 136 da separata ou 400 e 447 do artigo de *O Instituto*).

O grande colonial e official de Cavalaria, combatente por várias vezes em África, que foi mais tarde Ministro da Guerra e das Colónias, o hoje general Ernesto Vieira da Rocha, também me comunicou que tinha feito parte dos officiaes que estiveram na fronteira norte, no tempo da Guerra Anglo-Boer. Na sua boa carta a respeito dêste livro (artigo), tal eu desconhecia, porque quando êle para lá foi já eu tinha regressado dêsse serviço e estava ao tempo em Durban convalescendo da biliosa a que já me referi, quando retirei da fronteira, e ao mesmo tempo a estudar as estacas de Carry e Jarra para o projecto da grande Ponte Caes de Lourenço Marques, primeiro que se fêz, e eu tinha apresentado ao general Gorjão, quando retirei para Lisboa depois de ter pedido a exoneração de Director das Obras Públicas da Província. Êste valente official, ao tempo capitão de cavalaria, tinha ido com a expedição do general Venceslau Teles, como seu ajudante, e com êle regressou a Lisboa; e pouco depois voltou commandando um esquadrão de Cavalaria n.º 2, tendo sido alguns meses comandante de alguns postos e entre êles tendo rendido o tenente Côrte Real Machado em Bongabine (págs. 88 da separata e 398 do artigo de *O Instituto*) e mais tarde sendo

transferido para Mássingiri ou Mazizigane, na margem norte do rio Lepalule ou dos Elefantes, em cujo pôsto de fronteira foi render o então alferes de Cavalaria João Casqueiro, onde se conservou algum tempo. Diz na sua carta que em Mássingiri havia muitos leões, o que eu já sabia e que nada me admirou, por ser uma região bastante próxima e quási fronteira da que foi mais tarde no Transvaal o Kruger Nacional Park em que muitos havia e a que me refiro nas págs. 114 da separata e 425 do artigo de *O Instituto*, alguns dos quais êle caçou acompanhado pelos seus pretos, devido à sua boa carabina, e boa pontaria que sempre teve. O rio Lepalule ou dos Elefantes, afluente do grande rio Limpopo, tinha também muitos cavalos marinhos, e quando chegou a primeira vez à margem sul, encontrou uma chata, que fazia muita água, e por isso só pôde passar o rio, quando o alferes João Casqueiro o veio buscar num barco, e lhe fêz entrega do comando do pôsto de fronteira, retirando êste logo no dia seguinte. (Por êsse tempo já pelo carreiro que ali atravessava para o Transvaal pouco movimento de passageiros havia além de pretos fugidos). Nessa chata referida, depois de inchada com a água do rio, pôde dar magníficos passeios, e eu próprio vi quanto eram interessantes, com muitas aves aquáticas, boa prêsa para caçadores.

Quando o mandaram render, vinha cheio de febres, pois já antes tinha tido uma biliosa em Bonganine; e gravemente doente, veio para Lisboa, de tal maneira anémico, que levou tempo a restabelecer-se.

Foram estas as comunicações que me fizeram alguns dos leitores do meu trabalho e que entendi dever mencionar aqui, relativas aos postos da fronteira. Termino referindo-me a alguns factos curiosos a que não assisti, mas que me foram contados pelo meu amigo o coronel de cavalaria Alberto Bívar de Sousa, e por outros companheiros de Lourenço Marques, passados quási todos quando eu estava em Durban. Foram êles os seguintes, que resumo, por bem me convencer da fidedignidade daqueles que mos contaram.

O primeiro e que mais sensação fêz em Lourenço Marques, foi a retirada do Exequatur ao cônsul do Transvaal Gerard Poott, que era também cônsul da Holanda. Tinha ali muitos amigos, que quasi todos assistiram à sua retirada para a Europa. Seguiu-se o rompimento de relações diplomáticas entre Portugal e a Holanda. A renovação official da aliança inglesa. Os episódios dos contrabandos de guerra encontrados na concessão do Tissot no Umbeluzi. Tissot era um engenheiro francês muito conhecido em Lourenço Marques e com o qual eu bastante convivía, pois êle era também concessionário do abastecimento de águas da cidade. O facto de êle ser muito conhecido e cônsul francês ali, deu lugar à entrada da divisão naval francesa de Madagascar, em Lourenço Marques, composta dos cruzados Catinat e Inferness, quasi em tom de guerra, para exigirem uma reparação, o que tudo se transformou, mercê da própria acção do Tissot, numa série de jantares, caçadas e pândegas, que já aborreciam. Houve muitos mais episódios secundários, de contrabandos de guerra, a favor dos boers, e a história de um navio francês, que tinha uma fábrica de cartuchos a bordo. Houve também a questão dos escravos encontrados num pangaio, no canal de Moçambique, que iam para Angoche e para Mascaty &, mas muitos casos eram confidentiais e secretos, o que de resto acontece em tôdas as guerras, e como nos aconteceu com o livro branco da Grande Guerra, que, creio eu, nunca foi publicado.

Aproveito a ocasião de juntar a esta Adenda, como seu términus, algumas fotogravuras de fotografias minhas encontradas já depois do trabalho impresso.

### NAMAHACHA

Três casernas para um esquadrão de Cavalaria, de madeira e zinco, a que me refiro nas págs. 87 da separata e 398 do artigo de *O Instituto*, sendo duas para o pessoal e uma para cavalaria, esta com o chão de pedra calçada.

Quando lá estive em 1929 existiam só dois edifícios, que estavam transformados numa escola para menores de Lourenço Marques sob a direcção de várias irmãs de S. José de Cluny.



#### PIRÂMIDE GEODÉSICA DO ALTO DO IMPONDUINE

Esta pirâmide era de pedra solta e situada nos montes Libombos, e alto do Imponduine a norte de Namahachaa,



a que me refiro nas págs. 92 da separata e 403 do artigo de *O Instituto*.



Vê-se na gravura o autor sentado segurando o seu cão Sky, e em pé em baixo o macua Tassalino segurando a espingarda.

#### NO RIO MAPUTO EM CATUANE

A chata em que o autor desceu o rio Maputo desde Catuane até Macassane estava sendo vasada da muita água



que continha antes da marcha; pags. 105 da separata e 416 de *O Instituto*.

#### CARRO ALENTEJANO PUXADO A 4 JUNTAS DE BOIS

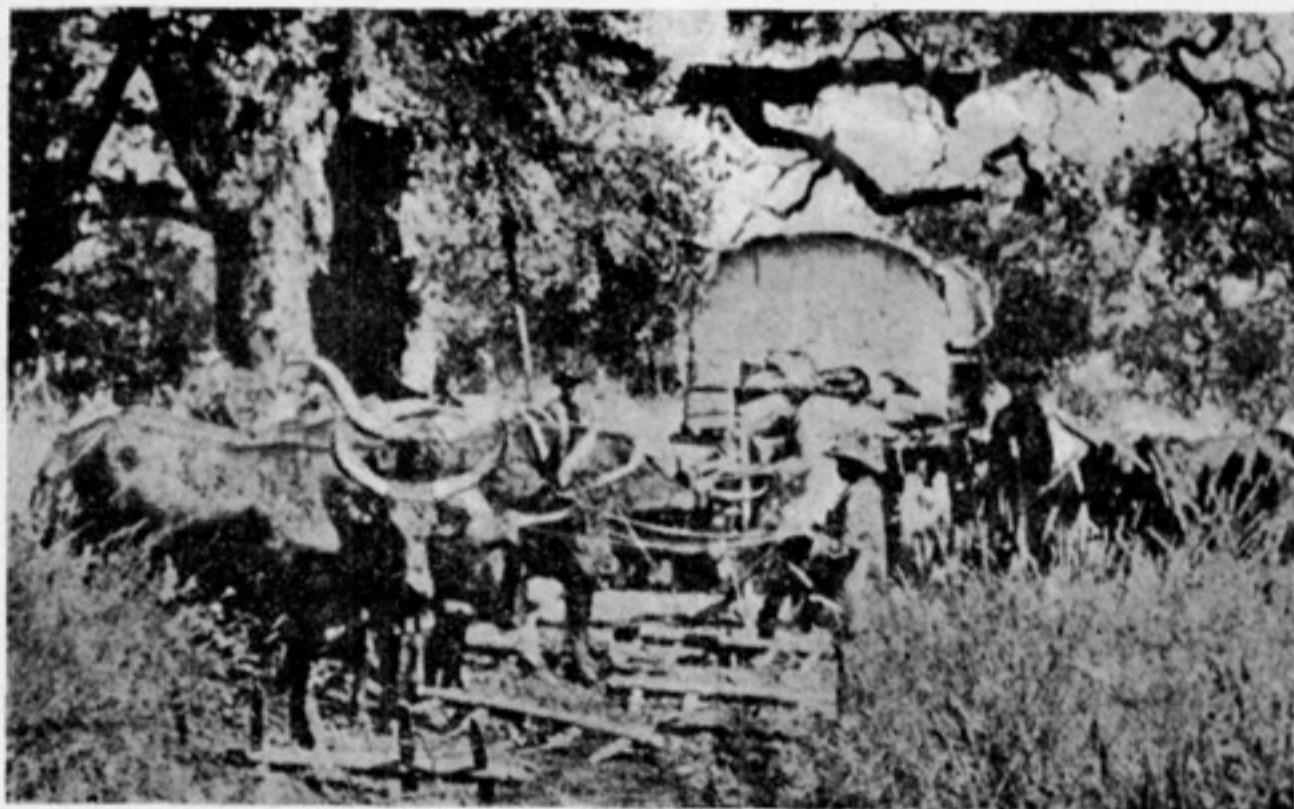


Êste carro serviu-nos na viagem da fronteira desde o Uanetzy até ao rio dos Elefantes, voltou a Stanhana e regressou ao Uanetzy. Foi êste carro que caiu ao rio Cur-

bane, voltando-se dentro dele e molhando-se tôda a carga. (Págs. 120, 122 e 123 da separata e 431, 432 e 433 do artigo de *O Instituto*).

#### O NOSSO CARRO BOER DIRIGIDO PELO BESTER

Foi êste carro que atravessou o rio Manzimechope, em viagem para Magude. Vê-se o Bester atrelando os bois de



tronco e o basuto Cleen Boy segurando os bois. No fim da viagem, já estava muito desmantelado. (Págs. 118 da separata e 429 do artigo de *O Instituto*).

CARLOS ROMA MACHADO

## DOCUMENTOS DO VATICANO

### PREFÁCIO

*Foi o Santo Padre Leão XIII quem abriu aos estudiosos o precioso Arquivo do Vaticano. E desde então quasi todos os paises, dada a importância dêsse aglomerado documental, têm enviado à Cidade dos Papas delegações com carácter permanente ou temporário para o estudo de tão importantes fontes históricas. Assim, a França, que criou para êsse efeito a École Française de Rome, a Bélgica, o Institut Historique Belge de Rome, a Inglaterra, a British School at Rome, a Alemanha, a Deutsches Archaeologisches Institut, a Áustria, o Oesterreichisches Historisches Institut, a Espanha, a Escuela Española de Arqueologia e Historia, a Holanda, a Nederlands Historisch Institut te Rome, os Estados-Unidos da América do Norte, a American School of Classical Studies. Do mesmo modo a Rússia, a Suécia, a Polónia e a Hungria têm por várias vezes mandado a esta cidade delegações intellectuais para o estudo do Arquivo na parte que êle lhes diz respeito.*

*Portugal, que tantas e tão íntimas relações tem mantido com a Cúria Romana através da sua vida já longa de oito séculos, não teve aqui até hoje, oficialmente, quem estudasse com método e persistência êste manancial inesgotável de elementos para o conhecimento da nossa História. E mesmo particularmente, para investigações pessoais, podem-se contar os*

*portugueses que têm frequentado as salas do Arquivo e da Biblioteca do Vaticano.*

*A realização desta necessidade, que se impunha há tanto, ficamos a devê-la ao antigo Ministro da Educação Nacional, Doutor Carneiro Pacheco, hoje Embaixador de Portugal junto da Santa Sé, que ainda há poucos anos restaurou, num alto sentido cultural, a velha e gloriosa Academia de História de D. João V.*

*Ao recebermos o honroso convite de vir para Roma oficialmente iniciar os estudos portugueses nos Arquivos do Vaticano, sabíamos bem que não estávamos à altura de tão importante missão que é subsidiada pelo benemérito Instituto para a Alta Cultura. Mas desejosos de pôr a nossa acção ao serviço de um objectivo como este de tão alto interêsse para a cultura histórica do nosso país, não hesitamos em aceitar com o encargo tão pesado, os sacrifícios de toda a espécie que elle nos pudesse acarretar, esperando confiadamente que as nossas deficiências sejam em parte supridas com a grande boa vontade que temos em servir.*

\*

*Entre os vários projectos que nos surgiram para a realização de uma obra monumental como esta a que neste momento se dá início, escolhemos o que nos pareceu de maior utilidade prática.*

*Dêmos assim a este trabalho o título geral — Documentos do Vaticano — que se vai subdividindo em grupos de volumes que constituirão colecções documentais independentes. E mesmo cada um desses núcleos será composto por volumes também autónomos, pois dado o estado de atraso em que se encontra ainda a catalogação do Arquivo Secreto, poderemos assim a todo o momento acrescentar a essas séries, novos volumes de manuscritos que até aqui ainda não tenham aparecido e estejam deslocados na sua arrumação.*

*Assim, iniciámos esta obra pela Restauração e dentro deste período que vai de 1640 a 1668 começámos por publicar a*

correspondência dos empregados na colectoria de Lisboa, Jeronimo Battaglioni, Vicente Mobili e Famiano Andreucci com a Cúria, de 1641 a 1649.

Para compor este volume utilizámos manuscritos não só do Arquivo como da Biblioteca Apostólica Vaticana. Nesta última, fomos encontrar, no fundo Barberini, precisamente a correspondência de Battaglioni de 1641 a 1644 que faltava na colecção Nunziatura di Portogallo do Arquivo Secreto. E ainda na Nunziatura di Napoli (Códice 39-A) appareceram-nos perdidas, entre muitos outros documentos, as cartas da Secretaria de Estado do Vaticano de 1645 a 1647 para os dois representantes pontifícios, Battaglioni e Mobili. Por aqui se vê a dificuldade da realização de um trabalho como este, o que nos levou a adoptar o processo já exposto, o único que nos permite completar a todo o momento a obra, sem prejuízo da sua publicação que desde já se pode fazer. Se assim não fôsse ter-se ia que esperar pela leitura atenta de todo o Arquivo e da parte manuscrita da Biblioteca do Vaticano, o que levaria muitas vidas, para dar começo ao trabalho que nos propusemos.

Completarão o periodo que vai de 1640 a 1668 alguns volumes com as cartas do Núncio em Madrid e do Colector Castracani e com as memórias apresentadas aqui na Cidade Eterna em defesa e em ataque do reatamento das nossas relações com Roma.

Seguir-se-ão outros problemas que deram motivo a negociações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé desde o século XVII até aos nossos dias e desde a fundação da nacionalidade portuguesa até aos Tempos Modernos.

Pretendemos dêste modo fazer obra para ser continuada e não trabalho puramente pessoal.

Os documentos serão apresentados na íntegra e diplomáticamente por ordem dos códices a que pertencem e todos se aproveitarão, pois não há, como nos parece, manuscritos de pouca importância.

Foi nossa primeira ideia dar primeiro o índice geral dos documentos portugueses do Arquivo Secreto do Vaticano, mas ao visitá-lo desistimos immediatamente dêsse projecto. Não era

*na nossa vida que daríamos êsse trabalho por concluído, ainda que ela fôsse longa e que aqui estivéssemos até ao seu remate. E depois dêsse trabalho realizado ficava-se com a idéia do que aqui havia sôbre Portugal, mas necessitava-se mandar copiar documento por documento para a sua utilização.*

*Deixe-se o estudioso guiar pelo compilador desta obra que lhe irá dando a conhecer o que no Vaticano existe sôbre os vários períodos da história gloriosa de Portugal. Faça como nós, ao confiar cegamente os nossos primeiros passos nesta montanha de preciosidades (treze quilómetros de códices, diz a lápide de Pio XI à entrada do Arquivo!) ao saber de Mons. Angelo Mercati, Prefeito do Arquivo Secreto e uma das mais altas figuras da historiografia romana, a quem tanto já devemos.*

*Vai-se iniciar uma obra que não pode estar isenta de defeitos, mas que é realizada com os olhos postos em Portugal.*

*Cidade do Vaticano, 19 de Abril de 1941.*

*EDUARDO BRAZÃO*

## INTRODUÇÃO

O nosso desejo de entendimento com a Cúria depois da *Restauração*, durante o período iniciado pela missão diplomática do Bispo de Lamego (1641) e continuado com as enviaturas do Dr. Nicolau Monteiro (1644), do Dr. Manuel Álvares Carrilho (1648), de D. Francisco de Sousa Coutinho (1655-1659), de D. Francisco Manuel de Melo (1663-1664) e finalmente concluído com a embaixada do Conde do Prado (1669) que reatou as nossas velhas relações com Roma, ainda não teve o seu estudo definitivo pelo desconhecimento, que até aqui tem havido, dos documentos do Vaticano. Vimos agora trazer êsse elemento que faltava para a conclusão a tirar do nosso esforço no sentido de uma aproximação com a Santa Sé e da atitude desta fugindo sempre ao reconhecimento da nossa independência o que trouxe momentos difíceis ao sentir cristão de Portugal. Nalgumas das cartas de Jerónimo Battaglini, que agora se reproduzem, encontrará até o leitor a idéia que então se chegou a esboçar, de tornar a igreja portuguesa independente da de Roma e chefiada por um Patriarca, o que o verdadeiro sentir católico da maioria dos portugueses e do seu rei tornou impossível. Já a *Anti-Catástrofe* <sup>(1)</sup> relatou o facto, mas nunca tínhamos visto documento fidedigno da época onde tal viesse escrito.

As cartas dos representantes pontifícios e as da Secretaria do Estado da Santa Sé têm um alto interêsse pelos elementos novos que assim são trazidos a essa época tão

---

(1) Págs. 205 e segs.

conturbada. Publicamos tôda a correspondência encontrada dos primeiros anos da Restauração e entendemos por correspondência não só as cartas dos diplomatas do Papa e as dos Cardeais Secretários, como também todos os documentos que acompanharam os escritos dos primeiros.

\*

Pouco antes de nos têmos declarado libertos da Espanha, havia surgido um grave conflito com o Colector Apostólico que estava em Lisboa, Alexandre Castracani, bispo de Nicastro. A questão com os colectores vinha de longe pois as teorias regalistas tinham-se desenvolvido rapidamente em Espanha, criando assim dificuldades às relações com Roma. Cerceados os poderes de que sempre haviam usado os representantes pontifícios nos países católicos, as suas reclamações foram constantes e por vezes violentas. Assim sucedeu entre nós com Accorambono que chegou a impor interdito à cidade de Lisboa, levantado, contudo, pouco depois, a 27 de Junho de 1617, por imposição de Felipe III. O colector reivindicara um direito que alegava e que lhe fôra negado sôbre os espólios dos religiosos. Logo em 1633 um outro colega, Lourenço Tramalli, lançava outra vez o interdito sôbre a mesma cidade. E «em 1636, como escreve Fortunato de Almeida<sup>(1)</sup>, sendo interposto agravo do tribunal do colector para o juízo da coroa, sôbre a denúncia de uma capela, o colector Alexandre Castracani, bispo de Nicastro, publicou, a 16 de Março, um edital em que declarava excomungados os denunciantes das capelas e dos bens doados às igrejas e conventos. Êste facto determinou a opposição da autoridade real e foi o princípio de um conflito que em breve assumiu proporções extraordinárias. O clero acudia em defesa do colector,

---

(1) *História da Igreja em Portugal*, T. III, p. II, pág. 29.



tor, protestando contra a tirânica execução do título XVIII do livro II das *Ordenações*, à sombra do qual o govêrno despojava as igrejas dos bens de raiz doados pelos fiéis ou deixados para sufrágio das almas. Entretanto instaurou-se no juízo da coroa processo contra o colector.

Felipe IV, diz Rebêlo da Silva, vendo agravado o conflito, trepidou. Não anulou o edital, mas insinuou aos juizes que decidissem com a maior brevidade o recurso do procurador; e convidou o colector a retirar o edital publicado em 16 de Março na Igreja de S. Roque, e a restituir a paz religiosa ao reino e a obediência às leis». Nem a carta do rei, nem as reflexões da duquesa de Mantua o demoveram. Foi preciso que a sentença proferida no juízo da coroa a 28 de Março de 1637 negasse tôda a fôrça às censuras, e ordenasse a publicação imediata de outra pastoral em contrário para êle afrouxar, afixando com affectada obediência, em 5 de Abril, um papel, em que se desculpava de qualquer intenção ofensiva dos direitos do soberano, declarando tudo repostado como se o primeiro edicto não houvesse existido. Renasceu a tranqüilidade com esta pouco explícita retractação; mas a trégua dissimulava maior explosão. Estalou um ano depois o raio em Roma. O Papa, abraçando as queixas da igreja lusitana condenou as leis de amortização na bula de 5 de Junho de 1638, fulminando com as penas eclesiásticas os ministros que as applicassem. Defendeu-se o govêrno proibindo a introdução das letras apostólicas. Castacani cumpriu-as porém lançando em 25 de Junho de 1639 um edicto de cessação geral *a divinis*, e renovando contra os magistrados e particulares que denunciassem ou julgassem as capelas as excomunhões retiradas em 1637. O govêrno levantou a luva. Uma ordem régia mandou, que se o colector não emendasse o abuso, se procedesse contra êle e fôsse expulso. Resistiu o núncio, e occuparam-lhe as temporalidades. Obstinou-se, e encerraram-no num aposento sem comer nem beber. O prelado, vendo-se em semelhante extremo e perdidas tôdas as esperanças de remédio, saltou pela janela e foi refugiar-se no convento

de S. Francisco. Seguiram-no as justiças e cercaram-no, devassando o cláustro. Arrancado à fôrça do asilo, levaram-no em uma cadeira de posta para Madrid. Causou geral espanto o golpe e cresceu a murmuração pela violência desnecessária, com que se tinha procedido. Lisboa interdita por mais de um ano via no luto dos templos a ameaça da cólera divina, e o clero, carregando o quadro com as côres mais lúgubres, alimentava e exacerbava a indignação piedosa. O Conde-duque, exagerando sem proveito a forma do castigo infligido ao ministro romano, atenuou em parte as vantagens que o direito lhe assegurava transformando em acto despótico a execução das leis. Informado dos trabalhos do bispo de Nicastro, o Pontífice honrou-os com louvores públicos; mas não passou adiante (1).

Urbano VIII, pelo breve *Pastoralis muneris* de 31 de Outubro de 1639 (2), lembrou ao soberano espanhol as perseguições de que o colector fôra vítima e pediu-lhe para que removesse os obstáculos que lhe tinham pôsto para êle voltar a exercer as suas funções. E depois, a 22 de Dezembro do mesmo ano, pelo breve *Cum nuper* (3), dava poderes a Castracani para que, embora fora do reino, pudesse fulminar as penas que julgasse necessárias em sua defesa e lançar o interdito eclesiástico.

Na impossibilidade do bispo de Nicastro voltar a Portugal foi nomeado Jerónimo Battaglini para substituir nas suas funções o colector impedido.

Eis o breve:

«Urbanus Papa VIII

Ad futuram etc. Cum sicut accepimus Venerabilis frater Alexander Episcopus Neocastrensis, jurium et spo-

(1) Rebêlo da Silva, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, t. III, pág. 475.

(2) *Corpo Diplomático*, t. XII, pág. 273.

(3) *Ib.*, vol. cit., pág. 275.

liorum Camerae apostolicae debitorum in Portugalliae et algarbiorum Regnis cum facultate Nuncij Apostolici Collector generalis occasione indebitae expulsionis e praedictis Regnis de eius persone per ministros regios comminatae deputaverit dilectum filium Hieronimum Bataglinum eius auditorem tam ad concedendum dispensationes et quascumque gratias incolis praedictorum Regnorum, quam ad committendum aliis, ac etiam de partium consensu cognoscendum appellationum et alias causas, quas ipse Collector iuxta facultates ei a nobis tributas concedere, et respective committere potuisset si in eisdem Regnis praesens esset, et alias prout latius in praedicta deputatione dicitur contineri. Nos iustis de causis animum nostrum moventibus motu proprio, certaue scientia, ac matura deliberatione nostris eandem deputationem apostolica auctoritate, tenore praesentium confirmamus et approbamus, supplentes omnes et quoscumque defectus tam formales quam substantiales, ac alios si qui in ea quomodolibet intervenirent. Insuperque volentes etiam pro indemnitate incolarum praedictorum Regnorum eandem deputationem extendere, eidem Hieronimo Battaglino, ut possit praedictas et alias quascumque causas etiam per se ipsum cognoscere, ac omnia alia et singula decernere, facere, suspendere, prorogare, limitare ac revocare et exequi, quae ipse Collector ex quibuscumque facultatibus per nos illi concessis, facere, decernere suspendere, prorogare, limitare ac revocare et exequi posset, si in praedictis Regnis praesens esset eisdem auctoritate et tenore concedimus. Non obstantibus praemissis ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis, caeterisque contrariis quibuscumque. Quibus omnibus et singulis illorum tenores hic pro plene etc. expressis ac de verbo ad verbum insertis pariter ad praemissorum effectum specialiter et expresse derogamus. Datum Rommae apud S. Petrum etc. die 15. Novembris 1640. anno 18.

Collector Portugalliae occasione suae expulsionis e Portugalliae et Algarbiorum Regnis, deputavit suum auditorem tam ad concedendum dispensationes et quascumque

gratias incolis Regnorum huiusmodi, quam ad committendum aliis, ac etiam de parte et consensu cognoscendum omnes appellationum et alias causas, quas ipse collector iuxta suas facultates concedere et respective committere potuisset; si illic praesens esset. S. V. deputationem huiusmodi confirmat, illemque extendens concedit eidem auditori, ut possit praedictas et quascumque alias causas etiam per se ipsum cognoscere, ac omnia alia et singula decernere, facere, suspendere, prorrogare, limitare, revocare, et exequi, quae dictus collector ex suis facultatibus posset si in Regnis praedictis praesens esset — Est motu proprio

*Placet m.*

*M. A. Moraldis» (1)*

No entanto Biaudet (2) que lhe chama Battaglia, dá-o como Colector de 15 de Novembro de 1640 a 1646, ou mesmo até 1647. Mais tarde, Battaglioni foi substituído por Vicente Mobili, a que o citado autor chama Nobili (3), que em Lisboa foi agente diplomático com funções de colector.

As cartas que damos a conhecer destes representantes pontifícios são dirigidas: as de Battaglioni, aos Cardeais Francisco Barberini, e Pamfili, e algumas de Mobili ao Cardeal Panciroli.

O primeiro destes purpurados foi Vice-Chanceler da Santa Igreja Romana e superintendente do Estado eclesiástico, o que hoje corresponde à categoria de Secretário de Estado, no Pontificado de Urbano VIII, seu tio (4).

Moroni (5) diz que êle nasceu em 1597 e foi «giovane

(1) *Ex Arch. Vatic.*, arm. 43, vol. 7, fol. 305.

(2) *Les Nonciatures Apostoliques Permanentes jusqu'en 1648*, págs. 253 e 238.

(3) *Ob. cit.*, págs. 276 e 238.

(4) Biaudet, *ob. cit.*, pág. 201 e Gauchet, *Hierarchia catholica medii et recentiora aevi sive Summorum Pontificum, S. R. E. Cardinalium ecclesiarum antistitum series*, vol. 4.º, pág. 18.

(5) *Dizionario di erudizione storico ecclesiastico*, vol. III, pág. 107.

di vivace spirito, consumato negli affari e ni maneggi, ed erudito delle lettere sacre, risplendette singolarmente pella illibatezza dei costumi.» Elevado a cardeal por seu tio, a 2 de Outubro de 1623, foi Protector dos reinos de Aragão, Portugal, Escócia e Inglaterra.

Possuía Barberini uma biblioteca magnífica, hoje incorporada na do Vaticano, onde, na sua parte documental, se encontram algumas peças de alto valor para a história do nosso movimento restauracionista, como se irá ver.

Camilo Pamfili era napolitano de nascimento tendo sido primeiramente nomeado general por seu tio Inocêncio x e pelo mesmo Pontífice elevada ao Cardinalato, no consistório secreto de 14 de Novembro de 1644, recebendo a púrpura a 14 de Dezembro do mesmo ano (1).

Como escreve Moroni (2), a Espanha conferiu-lhe «il pingue arcidiaconato di Toledo, che poi rinunzió a d. Giovanni d'Austria; la Francia gli assegnó la famosa abbazia di Corbia; e la republica veneta lo agregó alla sua nobiltá coi discendenti».

Em Janeiro de 1647, Pamfili, como era o único varão da sua nobre família renunciou à púrpura, casando-se com Olímpia Aldobrandini, o que não foi bem visto por Inocêncio x que o mandou então para Caparola.

Veio a morrer Camilo Pamfili a 26 de Julho de 1666:

Ainda é Moroni que escreve sôbre êle: «In diversi emergenti di negozi ardui e spinosi, si disimpegnó con somma lode, e benché giovane d'età procedette con prudenza come un vecchio» (3).

O cardeal João Tiago Panciroli, a quem são dirigidas também algumas destas cartas, recebeu a púrpura das mãos de Urbano VIII, a 28 de Novembro de 1644 (4).

---

(1) Gauchet, *ob. cit.*, vol. 4.º, pág. 27.

(2) *Ob. cit.*, vol. LI, págs. 88 e segs.

(3) *Ob. cit.*, vol. cit., pág. 89.

(4) Gauchet, *ob. e vol. cit.*, pág. 25.

Era de uma família muito modesta de Roma, sendo seu pai alfaiate. Dedicou-se desde muito novo à jurisprudência, tendo sido depois Núncio em Nápoles e Espanha e Patriarca de Constantinopla.

Inocência x que lhe deveu a eleição para o sólio pontifício, nomeou-o por gratidão Secretário de Estado.

«Lascio fama di cauto, diz Moroni (1), giusto, prudente, nemico dell'avarizia e dei regali, sebbene fu nel numero di quei che in effetto non sono buoni giovane nè a sè, nè agli altri, quantunque costituiti in potere, o per mancanza di attitudine o per estrema delicatezza».

Outros documentos são do punho do Cardeal Barberini. Completam esta importante massa documental os papéis que instruíam as cartas dos representantes diplomáticos em Portugal e ainda mais alguns assinados conjuntamente por Mobili e Famiano Andreucci que também exerceu funções na *colectoria de Lisboa*.

Os assuntos versados são vários, insistindo-se contudo em meia dúzia de casos de maior importância: a acidentada enviatura do Bispo de Lamêgo a Roma, a prisão dos clérigos implicados na célebre conjura que levou ao cadafalso, em Lisboa, algumas das figuras mais representativas da nobreza de Portugal, as questões à volta da expulsão de Castracani etc., vindo-nos êstes documentos elucidar sobre tantos pontos ainda obscuros e que são do mais alto interesse histórico.

---

(1) *Ob. cit.*, vol. cit., pág. 93.

BIBLIOTECA APOSTÓLICA VATICANA

Barb. lat. 8564

CORRESPONDÊNCIA  
DE VICENTE MOBILI E FAMIANO ANDREUCCI  
PARA A CÚRIA.  
DE JANEIRO DE 1641 A JANEIRO DE 1644

I

1641 — Janeiro — 5  
fol. 8 e 9  
(2 vias) orig.

Em.<sup>mo</sup> e Reu.<sup>mo</sup> Sig.<sup>r</sup> mio prõn. Col.<sup>mo</sup>

Quando Mons.<sup>r</sup> di Nicastro mio prõne, e Coll.<sup>r</sup> di questo Regno fu transportato fuori d'esso dalli Ministri sec.<sup>ri</sup>, mi incaricó com'à suo sec.<sup>rio</sup>, che gl'auuisassi, ch'andasse succedendo, p poter dar á V. Em.<sup>za</sup> i debbiti ragguagli et hauend'io esseguito l'ord.<sup>e</sup> fino al tempo, in che sono seguite le nouita, et alterat.<sup>ni</sup>, che V. Em.<sup>za</sup> si degnará ueder dall'altra aggiunta, mi resta hora con le rotture del commercio preclusa ogni uia, e modo di poter far penetrar auuiso alc.<sup>o</sup> a Mons.<sup>r</sup> med.<sup>o</sup>, almeno in tempo, che V. Em.<sup>za</sup> possa esser consapeuole al certo al certo di ciò che passa; ond'io mentre nõ traslaceró industria, e dilig.<sup>a</sup> p trouar maniera secura di far giunger le lire. alle mani di Mons.<sup>r</sup> Coll.<sup>re</sup>, hó stimato esser mio debito di dar trattanto riuerentem.<sup>te</sup> conto à V. Em.<sup>za</sup> del succeduto, e p poterlo fare cõ la mag.<sup>r</sup> certezza, che sia

possibile, hó richiesto all'Abbreuiator famiano Andreucci, acció come Ser.<sup>re</sup>, e dipend.<sup>te</sup> di V. Em.<sup>za</sup> e confid.<sup>te</sup> di Mons.<sup>r</sup> Coll.<sup>re</sup>, uolesse unirsi meco in q.<sup>to</sup> pañre. tanto concernente al seruitio di Nr. S.<sup>r</sup>, e di V. Em.<sup>za</sup> com' há fatto col solito zelo uerso il seru.<sup>io</sup> med.<sup>o</sup>, e nõ mi restando con q.<sup>ta</sup> senõ di rimettermi alle accluse, e di supplicar V. Em.<sup>za</sup> cõ ogni riu.<sup>te</sup> sommiss.<sup>e</sup> à degnarsi di perdonarmi, il pñte ardire cõ la considerat.<sup>no</sup> dell' intento, c'ho hauuto d'adempir il mio debito, à V. Em.<sup>za</sup> p fine riut.<sup>te</sup> m'inchino.

Lisbona à 5. Gen.<sup>o</sup> 1641.

De V. Em.<sup>za</sup> Reu.<sup>ma</sup>

Hum.<sup>mo</sup> Deu.<sup>mo</sup> et Obligat.<sup>mo</sup> Ser.<sup>re</sup>

Vicenzo Mobili

F. Card.<sup>l</sup> Prone, Roma (1).

II

1641 — Janeiro — 8

fol. 10 e 13

(2 vias) orig.

Em.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> sig.<sup>r</sup> pron. Col.<sup>mo</sup>

Venerdi ultimo di Nou.<sup>re</sup> uerso la notte fú notato, che alcuni fidalghi congregauano amici, e parente armati con pretesto di prouedersi per una notabil disfida, che il giorno uenente haueua da seguir trà fidalghi nel Palazzo reale.

Venuta la matt.<sup>a</sup> del sabb.<sup>o</sup> primo del pñte à buon hora si empirono di cocchi, e caualli ambe le entrate del palazzo, et alla sfilata andorno entrando alcuni fidalghi accompagnati dá gente armata, che arriuati alla sala della guardia de Tedeschi, diedero che sospettare; e uedendo che la guardia daua già di mano all'armi, Don Antonio Mascaregnas, il giouane Conte dell'Atoghia, Don Rodrigo de Meneses, Aires, e Antonio di Saldagna con altri fino al numero di 25. fidalghi con molti armati diedero di piglio alle alabarde della med.<sup>a</sup> guardia, et andorno alla uolta delle stanze del Sec.<sup>rio</sup> Michele di Vasconcellos, e non ostante qualche resistenza fatta da poche



persone, ch'erano seco e ch'egli procurasse di nascondersi in un grande armario di scritture, dategli molte ferite, il gettò ancor uiuo dá un alta fenestra di quella parte del palazzo che si chiama il forte, nella piazza, doue spiró; e spogliato dal popolo, rimase iui esposto alle ingiurie del med.<sup>o</sup> dá quest'hora ch'era la 2.<sup>a</sup> dopo il leuar del sole che qui contano le noue della matt.<sup>a</sup>, fino alla Dom.<sup>ca</sup> al mezzo giorno, che per pietá de med.<sup>i</sup>uccisori fu leuato di lá in un cataletto, con che si seppelliscono i negri schiaui, inuolto in una coperta di cauallo, gridando il popolo che non doueua seppellirsi in sagrado come scom.<sup>to</sup> Tuttoció che si trouó nelle sue stanze, trattone le scritture, fú gettato dalle fenestre in preda al popolo, etiandio l'argenteria; benche sia certo esser stato posto à sacco il ualsente di sopra  $\frac{m}{40}$  S.<sup>di</sup> in gioie, danari, e cose d'India, ch'egli conseruaua in un stanzino suo partic.<sup>re</sup>

Morto il Vasconcellos, i, med.<sup>i</sup> congiurati entrorno nelle stanze della S.<sup>ra</sup> Pñpessa Marg.<sup>ta</sup> che con gran costanza d'animo staua piu presto ammirata che spauentata di si gran commott.<sup>e</sup>, e trattandola cortesem.<sup>te</sup> gli dissero, che desse subito ord.<sup>e</sup> con sua cedola alla redditione del Castello della Cittá, e uolendo ella riprender p.<sup>a</sup> una tal attione, e poi offerendosi d'interceder loro il perdono dal Ré Cath.<sup>co</sup>, gli fú risposto, che non ui era bisogno di perdono, perche già haueuano altro Ré, ch'era il Duca di Braganza; et in questo med.<sup>o</sup> tempo uscirno diuersi squadroni di popolo armato guidati dá fidalghi, per la Cittá gridando viva il Ré Don Gio: 4.<sup>o</sup> Ré di Portogalo, rimanando la S.<sup>ra</sup> Pñpessa con il Marchese della Puebla sotto buona, má discreta custodie.

I capi della solleuat.<sup>ne</sup> andorno sub.<sup>o</sup> da Mons.<sup>r</sup> Arciu.<sup>o</sup> di Lisbona e benche egli si fusse chiuso nel suo palazzo conuenne, che aprisse, e condescendesse alle istanze, che con parole alterate gli fecero di andar'al palazzo, e incariarsi del gouerno fino alla uenuta del nuouo Re, come andó con quella parte del Clero, che si trouó presente; E successe, non si sá se è acaso, ó per prodigio, che al Crucifisso della sua Croce pontificale si schiodó la mano, e braccio dritto,

e per tutto il camino fino al palazzo andó mouendosi come in atto di benedire, il che accrebbe le acclamat.<sup>ni</sup> come che il fatto approuato dal Cielo.

Mons.<sup>re</sup> Arciu.<sup>o</sup> de Braga pieno di spauento trattó di nasconderci, et in effetto si nascose, má cercato, et assicurato comparue e fú ammesso al Gouerno insieme con Mons.<sup>r</sup> Arciu.<sup>o</sup> di Lisbona, e Mons.<sup>r</sup> Inquisitor Geñle; credesi piú presto per autorizar il neg.<sup>o</sup> con la pñza del Primate, che per uolontá di dargli parte in esso; oltreche é opinione ch'essendo egli deditiss.<sup>o</sup> alle parti del morto Vasconcellos, e del Soares, e però altrettanto sospetto habbiano uoluto ritenerlo come in una rispetteuole custodia con il titolo specioso di Gou.<sup>re</sup>, acció non si passi á Castiglia con danno notabile delle cose di Portogallo per esser la Diocese di Braga confinante con Galizia; opinione, che uien uerificata con l'essersi egli doluto con persona sua confidente, che si troua come prigione.

Un'altra parte de fidalghi solleuati andò al senato della Cittá, che era congregato a porte chiuse per timor di si gran moto, et apertole, richiesero lo stendardo della cittá, con il quale si sogliono acclamar i Ré nuoui, e perche il Conte di Cantagnede Presid.<sup>to</sup> dell istesso Senato riprese due suoi figli giouani, ch'erano dé Capi di questo squadrone, perche si fossero ingeriti in si graue neg.<sup>o</sup> senza comunicarglielo p.<sup>a</sup> risposero ch'erano piú obligati all'osseruanza del secreto confidato loro congiuram.<sup>to</sup> che al rispetto, che doueuanó á lui come padre, e riceuuto lo stendardo andorno con esso acclamando il nuouo Rè per la Cittá.

Fino á questo punto la parte del popolo ancor sincero stimó il caso piu presto per una seditione di pochi, che per una solleuat.<sup>o</sup> geñle ma uisto poi Don Michele d'Almeida con co stendardo della Cittá, seguito dá Don Alvaro d'Abranches, e dá Alvaro di Sosa fidalghi uecchi, e di autoritá, si fece giud.<sup>o</sup> che tutta la nobiltá della Cittá, e Regno correua nella med.<sup>a</sup> congiura, come poi si é manifestato con gran stupore per che constando di piu di 25. persone, non fú penetrata; tanto piú che per la lunga negociat.<sup>ne</sup> e renitenza del Ré di accettare sono stati piú uolte á punto di

essere scoperti, finche il giorno di S. Gregório Taumaturgo 17. de Nou.<sup>re</sup> il Re si risolué di accettare à persuasione di Mons.<sup>r</sup> Emmanuel di Acugna Vesc.<sup>o</sup> d'Eluas, il quale per la uicinanza e sotto color di uisita si era transferito à negotiar con il Duca, e Duchessa in nome de fidalghi congiurati, di questa acclamt.<sup>ne</sup>

Si staua Dom.<sup>ca</sup> matt.<sup>a</sup> in gran sospensione di ciò che farebbe il presidio del Castello, che se ben poco, era nond.<sup>o</sup> ben prouisto di armi, e munitioni, e mediocrem.<sup>te</sup> di uiueri; má perche un Mastro di Campo che n'hauueua la cura si trouaua in quell'hora nella Città, e gia pregione dé Congiurati, dopó alc.<sup>a</sup> negociat.<sup>ne</sup>, si rese in uirtú di una cedola della s.<sup>ra</sup> Pñpessa Margherita uersole 22. hore uscendo il presidio con armi, bataglie, micci accesi, e bandiere spregate; essendo seguite questa gran nouità con morte solo di quattro persone, cioè del Sec.<sup>rio</sup> Vasconcellos, di un corregidor ciuile che il uolle difendere con l'autorità del suo carico, di un Tedesco della guardia, che tentó di far il suo officio, e di un portiero del Marchese della Puebla, che imaginó di poter uietar' il corso a si gran furia; essendosi, astenendosi, dall' uccisione dell'Arciu.<sup>o</sup> di Braga, e del Decano della med.<sup>a</sup> chiesa fratello. del Vasconcellos per non contaminar attion si grande con sangue ecclico, come hanno poi detto; contenti del permetter solo al popolo il sacco della casa di esso Decano, e del morto Vasconcellos, e chiudendo gli occhi alla fuga del Decano, e del Vesc.<sup>o</sup> de Leria suo fréllo.

Verso la s.<sup>ra</sup> Pñpessa, e Min.<sup>ri</sup> Castigliani hanno fin hora usato ogni rispetto, e buon term.<sup>o</sup>, credesi in riguardo di tanti SS.<sup>ri</sup> Portoghesi, che si trouano in Madrid; e per non porre in disperat.<sup>o</sup> i presidij delle fortezze che sono giú per il fiume fino al mare, le qali fino à hoggi 5. del pñte si tengone per il Ré Cath.<sup>co</sup>, má come mal prouedute, si giudica, che presto caderanno.

Nell' istesso giorno de 5. il Pre. Nunno d'Acugna, et il Pre. Luigi Brandano della Comp.<sup>a</sup> di Giesù cominciorno à trattar con l'Auditor Battaglini in nome de nuoui Gou.<sup>ri</sup> di

sospender l'Interd.<sup>o</sup> ad reincidentiam per sei mesi à effetto di ricorrere à N. S.<sup>re</sup>, ó a Mons.<sup>r</sup> Coll.<sup>re</sup>, como il med.<sup>mo</sup> Auditore auuiserà à V. E. con tutto il seguito intorno à ciò.

La matt.<sup>a</sup> de 6 comparue d'improuiso il nuouo Ré con solo sette persone in sua compagnia, e trá esse il Marchese di ferrera frelo. della S.<sup>ra</sup> Marchesa di Castel Rodrigo, et il Conte di Vimioso cognato del Marchese di Castel Rodrigo, ambidue parenti del med.<sup>o</sup> Rè, riceuuto con ammirabile applauso, et declamat.<sup>ni</sup>, e per le sagge risposte date finhora, há fondato in tutti gran speranza di ottima riuscita.

Antonio di Mendozza Com.<sup>rio</sup> della Cruciata, che per le cause à V. E. note fú scom.<sup>to</sup> dá Mons.<sup>r</sup> Coll.<sup>re</sup> mandó un fidalgo suo parente ad incontrar' il Ré nel uiaggio per dolersi che l'Aud.<sup>re</sup> gli negaua l'assolut.<sup>e</sup> ad reincidentiam, ch'egli richiedeua soto pretesto di qublicar la Bolla et hauendolo il Ré udito, rispose Alla Chiesa bisogna ubidire, e riubidire, e uolendo il fidalgo replicare, il Re l'interrupe dicendo, Ho detto; il che díuulgatosi, tutti li scom.<sup>ti</sup>, che inanzi si lasciauano intendere di non uoler dimandar l'assolut.<sup>e</sup>, hora la richiedono à gara, e con le conditioni, con che si uorrá loro concedere.

Essendosi tratatto con il Gou.<sup>re</sup> della fortezza di S. Giuliano, una di quelle che sono giú per il fiume, lontano tre leghe dá Lisbona, che uolesse renderla con buona condit.<sup>ni</sup> rispose uoler difendere la fortezza consignatali dal suo Ré, ne giouando offerte o partiti proposti, l'istesso giorno de 6. ui fú posto l'assedio con circa  $\frac{m}{3}$  huõi. comandati di Don Gaston Cotigno fidalgo illustre, e di ualore, e alli 8 l'hanno cominciata à battere, mà con poco effetto. Dentro si troua un Cap.<sup>no</sup> Biscaglino, huomo di gran risolut.<sup>e</sup>, et esperienza con 250. huõi. di guerra buona, e grossa artiglieria con munit.<sup>ni</sup> e uiueri per tre mesi; et, é q.<sup>ta</sup> fortezza di tanta importanza, che se sará sostenuta, e soccorsa terrá Lisbona assediata per mare, poiche tuttoció che há da entrarui, ó uscire passa sotto il suo cannone.

Si sta in consulta di spedir Ambasciatori à N. S.<sup>re</sup>, al Ré Christ.<sup>mo</sup> all'Inglese, et à Olandesi, má per ancora non

si sanno dicerto le partic.<sup>ri</sup> persone, che anderanno; benche quanto à quello che dourá uenir à Roma si tenga per fermo habbia da esser Mons.<sup>r</sup> Vesc.<sup>o</sup> di Lamego della Casa di Portogallo, e frèllo. del sod.<sup>o</sup> Conte di Vimioso.

Il Gou.<sup>ro</sup> della fortezza di S. Giuliano, dopo hauer aspettati alc.<sup>i</sup> tiri di artigleria, si rese alli 12, con honeste, et utili conditioni, et nell'istesso tempo della redditione comparuero alla bocca del fiume due nauigli, che si giudicó esser di Cadiz con soccorso, li quali dopo hauer uolteggiato un pezzo si allargorno uerso il mare.

L'acquisto di questa fortezza ha spento affatto qualche residuo di speranza che restaua in alc.<sup>i</sup> di animo dubbioso, onde uedendosi la Città in gran quiete, e tutti, i Titolati e nobili ridotti alla diu.<sup>no</sup> del nuouo Ré, determinorno di prestargli il giuram.<sup>to</sup> di fedeltá, come segui à 15 dell'istesso mese in un alto Teatro eretto à quest'effecto contiguo al palazzo nella piazza di esso con l'assistenza di Mons.<sup>r</sup> Arciu.<sup>o</sup> di Braga, di questo de Lisbona, e di Mons.<sup>r</sup> Inquisitor gēnle; e non ostante che dal princ.<sup>o</sup> al fine di questa cerem.<sup>a</sup>, che fu assai lunga, piouesse sempre, et il teatro fosse scoperto, e tutti gli assistenti à testa nuda et esposti alla continoua pioggia, non puó esprimersi l'allegrezza con che stauano dicendo che per hauer un Re portoghese tutto si doueua soffrire, finito l'atte del giuram.<sup>to</sup> il Ré in habbito reale, má senza corona, di che non usó, e sotto baldachino caualcó al Duomo accompagnato dá tutta la nobiltá à piedi con pioggia continua, e a testa scoperta; e cantatosi il Te Deum ritorno per diuerso camino al Palazzo, sempre circondato dá un Squadrone di fanteria, oltre alla guardia di alabardieri; non hauendo il Ré uoluto che in tutta questa attione sparasse l'artigleria del Castello, ne dé nauigli del porto per euitar altro disastro simile à quello, che segui il giorno della sua uenuta, che un bombardiere d'una naue inglese sparó un pezzo con palla, e nella piazza del palazzo uccise tre huõi. et alc.<sup>e</sup> caualcature.

Finita questa cerem.<sup>a</sup> il Marchese di ferrera, et il Conte di Vimioso partirono alla uolta di Villauiziosa per condur

quá la Regina, la quale à 26. giorno di S. Stefano giunse a Lisb.<sup>a</sup> con tre figliuolini due femine, et un maschio, e q.<sup>to</sup> di sette in otto anni, riceuti con infinito applauso, et acclamat.<sup>ni</sup>, essendo in questo mentre uenuta nuoua, che il presidio Castigliano della fortezza di Viana, porto di mare di quá intorno à 80. leghe si fosse reso à patti, dopò qualche resistenza non rimanendo hora luogo nel Regno, che non sia all'ubidienza del nuouo Ré, il quale in meno di 25. giorni non con altre armi che della beniuolenza de popoli, e spauento entrato né Castigliani, há ridotto sotto il suo dominio tutto il Regno, senza sangue, ne perdita de popoli, et in questo stato si troua hoggi il Regno di Portogallo dopo 62. anni di soggettione castigliana, attendendosi hora a guarnir le frontiere di gente di guerra, essendo cosa certa che in quelle di Castiglia, Galizia, estremadura e Andaluzia si troua molta soldatescha rauolta da SS.<sup>ri</sup> partic.<sup>ri</sup>, má senza far mouim.<sup>to</sup> alc.<sup>o</sup>

Il nuouo Rè, è, in età di 35 anni, di giusta e ben formata statura, biondo di faccia piena, bianca e colorada, segnato di morbiglioni, naso ben fatto, e profilato, fronte spatiosa con occhi assai uiuaci; non di superfluo parlare, má qualche dice é concertato, e pronto; nel uestir, é assai ord.<sup>rio</sup> e semplice, e si sodisfá di cibi anzi grossi, che delicati; et ordinariam.<sup>te</sup> beue acqua; é gran cacciatore, e però laborioso, e di robusta compless.<sup>o</sup>; digiuna tutti i mercordi, e sabbati; affabile e facile in dar aud.<sup>za</sup> e se si ha da far giuditio dalle p.<sup>e</sup> attioni nel principio del regno egli, é pio, perche in ogni occ.<sup>ne</sup> si dichiara, che alla Sede Ap.<sup>ca</sup> uol dare ogni sodisfatt.<sup>e</sup> possibile; e che le cose eccliche. siano trattate con ogni rispetto. Há mostrato zelo di giust.<sup>a</sup>, perche baciandogli la mano un Cap.<sup>no</sup> Antonio di Araugio con offerta di  $\frac{m}{50}$  \$di di contanti, il Ré non rispose, má uoltandosi entró in un' altra stanza e dimandó chi era, et inteso esser huomo facinoroso, che si trouaua prigionie per inditij di hauer ucciso il suocero, ma ch'era stato liberato con gli altri prigionie la matt.<sup>a</sup> dell'acclamat.<sup>e</sup> di S. M.<sup>ta</sup> ordinó che subb.<sup>o</sup> fusse ridotto alla carcere, come segui. Et à V. E. acciamo Hum.<sup>ma</sup>

riu.<sup>za</sup> Di Lisbona à 29 di Decembre, e tenuta fino à 8: di Gennaro 1641.

D. V. Em.<sup>za</sup>

Hum.<sup>mi</sup> diu.<sup>mi</sup> et obli.<sup>mi</sup> ser.<sup>ri</sup>  
famiano Andreucci. Vincenzo Mobili (2).

### III

1641 — Janeiro — 8  
fol. 17 orig.

Em.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> sigr.<sup>r</sup> pron. Col.<sup>mo</sup>

É finalmente uscita la dichiarat.<sup>o</sup> dell'Ambasciator destinato alla S.<sup>ta</sup> di N. S.<sup>re</sup>, che é Mons.<sup>r</sup> Don Michele di Portogallo Vesc.<sup>o</sup> di Lamego della Casa di Portogallo, e come in una delle aggiunte accenniamo, frello. del Conte di Vimioso, Prelato per essemplio di uita, e lettere uguale alla sua m.<sup>ta</sup> nobiltá, che é illustriss.<sup>a</sup> Questa Casa di Portogallo, é stata fin al pñte assai depressa, perche fú partialiss.<sup>a</sup> di Don Antonio di Portogallo, che con l'appoggio de francesi, e Inglesi fú competitor del Ré filippo secondo nella pretens.<sup>o</sup> di questo Regno; per la qual causa il Conte di Vimioso pñe di questi ss.<sup>ri</sup> uedendosi in manifesta pericolo entró nella Relig.<sup>o</sup> de Predicatori, nella qale é uissuto fin alla decrepitá essemplarm.<sup>to</sup> sotto nome di fre Dom.<sup>co</sup> nẽ sono piú che circa due anni, che mori; e la Contessa madre degli stessi ss.<sup>ri</sup> uiue tuttauia monaca professa nel Monast.<sup>o</sup> del Sacram.<sup>to</sup> di questa Cittá dell' istesso ord.<sup>o</sup> de Predicatori Mons.<sup>r</sup> Vesc.<sup>o</sup> sod.<sup>o</sup> é di spettabil pñza, e però amabile di costumi grauissimi, e zelante del seru.<sup>o</sup> di Dio, che il moueua à riseder continuamente nella dua Chiesa di Lamego; é stimato per molto dotto in Theologia, e Canoni, ét, é dotato di una piaceuolezza naturale, et hereditaria della sua famiglia. Conduce

seco un'aggiuto con titolo di Amb.<sup>re</sup> anch'egli chiamato il Doctor Pantaleone Rodriguez, Inquisitore della mensa grande di questo S.<sup>to</sup> Ufficio, huomo dotto, e di buone qualità: má perche egli, é molto indisposto, e si dubbita, che non potrà esporsi à si lungo uiaggio, in tal caso, dicesi, anderá in suo luogo il Dottor Simon Torresano di discendenza genouese, Inquisitor dell'istesso s.<sup>to</sup> Ufficio, e Can.<sup>co</sup> di questa Metro-poli, et in tempo dé Coll.<sup>ri</sup> passati, uno dé Giudice della legatia, huomo riputato di bastanti l're. I discorsi, che fá il popolo circa questa Imbasciata sono molti, má tutti si riducono à due opinioni; quella delle persona piú ordinarie, é, che N. S.<sup>re</sup> sia per riceuerla benignamente, e con animo in tutto fauoreuole in riguardo di esser inuiata dá un Ré nuouo, e discendente dá una Casa diuot.<sup>ma</sup> della Sede Ap.<sup>ca</sup>, e che uol dar fine alle controuersie, che há trouate in piedi, à gusto di S. B.<sup>ne</sup> Altri, che professano d'eleuarsi piú con l'intelletto, dicono, che N. S.<sup>re</sup> non si risoluerá si presto in riceuere, ó, nó l'imbasciata per rispetto di non offender il Ré Cath.<sup>co</sup>, li cui Min.<sup>ri</sup> non lasceranno di far in ciò le loro istanze; e che però S. S.<sup>ta</sup> sia per commetter' il neg.<sup>o</sup> à qualche, numero di Card.<sup>li</sup>; per la qual cagione l'Amb.<sup>re</sup> uien ben prouisto di scritture, e consulte di Dottori graui per prouar in cotesta Corte le ragioni della Casa di Braganza sop.<sup>a</sup> questo Regno.

Sono parimenti stati dichiarati altri tre Amb.<sup>ri</sup> cioè il S.<sup>r</sup> Giorgio (<sup>3</sup>) di Mello Cacciator maggiore del Ré, con il Dottor Antonio Coeglio di Carvaglio al Ré Christ.<sup>mo</sup> il S.<sup>r</sup> Don Antonio d'Almada con il Dottor francesco d'Andrada Leitan al Ré d'Inghilterra, et il s.<sup>r</sup> Tristano di Mendozza con il Dottor Luigi Pereira di Castro à Olandesi. I tre Amb.<sup>ri</sup> principali sono nobiliss.<sup>mi</sup> fidalghi, má lé Dottori aggiunti, seben uanno con titolo di Amb.<sup>ri</sup>, e sono persone graui, e Desimbargadori della Relat.<sup>e</sup>, ó casa di supplicatione, come qui dicono, non sono però fidalghi nè si aspetta altro che il tempo propitio alla nauigat<sup>e</sup> per partir ciaschuno al suo uiaggio. Tuttoció ci é parso di douer riferire hum.<sup>te</sup> à V. E. per non esser certi sè ui sia altri che si prenda



questo assunto in assenza di Mons.<sup>r</sup> Coll.<sup>re</sup> et à V. E. facciamo hum.<sup>ma</sup> riu.<sup>za</sup> Di Lisbona à 8. di Gen.<sup>o</sup> 1641.

D. V. Em.<sup>za</sup>

Hum.<sup>mi</sup> deu.<sup>mi</sup> et oblig.<sup>mi</sup> ser.<sup>ri</sup>  
*famiano Andreucci. Vienzo Mobili (4)*

IV

1641 — Janeiro — 8

fol. 19 e 20

orig. (2 vias)

Emin.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> Sig.<sup>r</sup> pron. col.<sup>mo</sup>

Ancorche il S.<sup>r</sup> Auditor Battaglini sia per dar conto à VE. della suspens.<sup>o</sup> dell'Interd.<sup>o</sup> ad reincidentiam, et assoluzioni nell'istesso modo concesse à scom.<sup>ti</sup> per causa della ritent.<sup>o</sup> et expulzione di Mons.<sup>r</sup> Coll.<sup>re</sup>, habbiamo stimato non hauer dá esser discaro à V. E. per il fine che la sua somma prudenza considerará di esser' informata del senso, et opinione con che ambe due queste attioni sono state riceute in q.<sup>ta</sup> Città, e Popolo.

E quanto alla suspens.<sup>o</sup> dell'Interd.<sup>o</sup> attesa l'occ.<sup>ne</sup> della uenuta, del nuouo Ré, e corem.<sup>o</sup> annesse, e le offerte fatte da SS.<sup>ri</sup> Gouer.<sup>ri</sup> in suo nome di receuer la persona di Mons.<sup>r</sup> Coll.<sup>re</sup> ó di ricorrere allr S.<sup>ta</sup> di N. S.<sup>re</sup> o se si potesse p.<sup>a</sup> á Mons.<sup>r</sup> sod.<sup>o</sup> e di receuere, et ubidire ogni ord.<sup>o</sup> che sopra le materie controuerse fosse dato; e che tutti buoni Teologi di Lisbona sottoscriuessero in fauor della sospensione ad reincidentiam, con esserui stati molti che dicessero, che stanti le offerte sod.<sup>o</sup>, l'Interdetto restaua ipso iure sospeso, non ui fu alc.<sup>o</sup> che si sappia, che non l'approuasse; Contuttució non mancorno, né mancano persone cosi secolari, come Eccliche, che liberam.<sup>te</sup> dicono, che atteso la contumacia de Pre. di S. Dom.<sup>co</sup> in non uoler osseruar, né far osseruar da Monasteri di Monache à essi soggetti l'Interd.<sup>o</sup> che tutte le altre Relig.<sup>ni</sup> hanno essatamt.<sup>te</sup>

osservato, e lo scandalo grande, ch'è risultato in questo popolo così dall' inosservanza del medesimo Interdittum come dalle malsonanti conclusioni publicamente fatte sostenere dal P. Prou, e prediche fatte fare al popolo douendo eccettuarsi dalla sospensione sodale la Chiesa di S. Domenico; Aggiungendo, che per esser ultimamente uenuto ordine di costà à pri di questo Conuento di osservare l'Interdittum rimaneua il negletto affecto à cotesta Sede et riuersità della medesima conueniua astenersi dall'innouar in esso; tanto più che uedendo il popolo che non ostante quello, che i pri, di S. Domenico affermauano in pulpito, e fuori, era loro stato ordinato, che osservassero l'Interdittum, gran numero di gente dell'uno, e l'altro sesso andaua dá Confessore à dimandar rimedio per l'anime loro piene di scrupoli per hauer udite le messe, et officii e riceuti sacramenti in S. Domenico dolendosi fin al cielo di esser stati ingannati dalle assertioni di quei Religiosi.

E circa le assoluti concesse come di sopra à censurati per causa dell'assedio posto al palazzo di Mons. Colla, sua ritenzione, et espulsione, il s. Auditore hà fondata la sua risolutio nel tenore della subdelegatio di Mons. sodale della quale egli inuiarà copia à V. E., et atteso l'atto dá loro sottoscritto, e giurato di ubidire ad ogni ordine, e sentenza di N. S. e la sommissio, con che hanno si instantemente richiesta l'assolutio et esser si grande il numero de scomunicati che probabilmente non era possibile prohibirsi à tutti l'ingresso nelle chiese, e molti de minori inferiori non darsi per scomunicati conforme alla dottrina de Pre. Areda della Compagnia di Giesu, è stata comunemente ben riceuuta. Má perche il miglior del popolo, come inclinatisimo alla chiesa, haurebbe uoluto ueder qualche rigorosa ó almeno esemplar dimostratio, et altri Teologi di più seuera disciplina che il P. Areda affermano, che tutti quegli ch'erano interuenuti ad alcune delle sodali attioni di assedio, ritenzione ó espulsione, ancorche con distintione di più ó meno colpa erano nondimeno tutti indeferentemente incorsi nella Bolla in coena Dni. et cap. si quis; eche poiche si riduceua à poco il numero di quegli che furono capi, e guida degli altri, e

che andorno à quell'essecrabil essecut.<sup>ne</sup> di loro uolontá, e non indotti da timore, doueuano questi esser esclusi dall'assolut.<sup>e</sup>, e solam.<sup>te</sup> assoluti quei, che facessero constare di esser andati astretti, e per forza, che seben questa non li liberaua dall'incorzo delle censure in questo caso, nond.<sup>o</sup> minniua la colpa; et aggiungono, ch'essendo pochi i d.<sup>i</sup> capi, il Rè poteua far di meno del seru.<sup>o</sup> di tali ministri, né gli mancauano molti da porre in suo luogo; con il che essi ueniuanò à receuer parte del meritato castigo, et il popolo scandalizatiss.<sup>o</sup> di loro, e delle barbarie usate contra la persona di Mons.<sup>r</sup> Coll.<sup>re</sup> haurebbe riceunto l'esempio che aspettaua. Questi sono i discorsi, che fanno, et opinioni che si hanno della suspens.<sup>e</sup> dell Interd.<sup>o</sup>, et absolut.<sup>e</sup> de censurati, in questa Città; non lasciando di aggiôger riuertem.<sup>te</sup> che il Ré moltospesso dimanda, e fá dimandare, che nuoue si habbiano di Mons.<sup>r</sup> Coll.<sup>re</sup> à persone, che crede poterlo saper. Et a VE. facciamo humiliss.<sup>a</sup> riuert.<sup>za</sup>  
Di Lisbona á 8. di Gennaro 1641

Di V. Em.<sup>za</sup>

Hu.<sup>mi</sup> deu.<sup>mi</sup> et oblig.<sup>mi</sup> ser.<sup>ri</sup>  
famiano Andreucci, Vincenzo Mobili

V

1641 — Fevereço — 3

fol. 21 e 23

(2 vias) orig.

Emin.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> Sig.<sup>r</sup> proñ Col.<sup>mo</sup>

Dopò di hauer scritto à VE. tre lře sotto un plico per una naue genouese che parti à quella uolta circa li 11 del passato, e che doueua porre in Barcellona il Pře Inatio Mascaregnas della Comp.<sup>a</sup> di Giesú, che in nome del nuouo Ré dourá trattar Confederat.<sup>e</sup> trá Catalani, e questo Regno, è giunto à Lisbona Monr.<sup>r</sup> Vesc.<sup>o</sup> di Lamego destinato Amb.<sup>re</sup> a N. S.<sup>re</sup>, e per mancam.<sup>to</sup> di modi d'incaminar le lettere

à cotesta uolta l'habbiamo pregato à uoler consegnar al S.<sup>r</sup> Amb.<sup>r</sup> di francia un dupp.<sup>to</sup> delle sod.<sup>e</sup> per hauerlo à dare à Mons.<sup>r</sup> Nun.<sup>o</sup>, arriuato che sia alla corte Christ.<sup>na</sup>, et egli cortesem.<sup>to</sup> si è offerto di farlo. Quello poi che dopó la partenza della naue anted.<sup>a</sup> è seguito è che.

A 28 del decorso si diede principio alle Corti gēnle., che durorno quattro giorni, nel primo de quali fu giurato il Pñpe per futuro Ré di Portogallo, e uolendo il Ré corrispondere all'amor grande, che i popoli gli mostrano, gli há liberati dá tutti i tributo imposti nel tempo che hanno regnato i Ré di Castiglia ch'erano molti e particolarm.<sup>to</sup> dá quello della mezza annata, che importaua un gran tesoro; essendo restati solo certi picuoli tributi, finche la Città di Lisbona paghi, che haueua riceuuto anticipatam.<sup>to</sup> dá partic.<sup>ri</sup> à quali haueua assegnato il pagamento sopra il ritratto di tali tributi. Nelle med.<sup>e</sup> Corti, dicono siano state decretate alcune pragmatiche, et leggi, che ancora non sono state pubblicate.

Si tengono continoui Consiglio di Stato, e di guerra, nè quali assiste il Rè, trattandosi di stabilire il Regno con tutti i mezzi; essendo stati prigioni alcuni, che haueuano intelligenza con il Sec.<sup>rio</sup> Diego Soares, e contra essi si procede con gran moderat.<sup>e</sup>, e senza sangue, non ostante che siano persone di poca considerat.<sup>e</sup>

Sono stati spediti molti Capitani alle frontiere, et auisano che i Popoli si mostrano prontissimi in defendersi, et offendere, e che essendoui molta, e buona gente, non haueuano bisogno d'altro che di armi, e munitioni.

Gli inditij, che fin hora si uedono danno ad intendere che i Castigliani uogliono entrar da piú parti in Portogallo: má l'assalto principale si teme dalla parte di Badagios, doue hanno fatto piazza d'armi et all'incontro i Portoghesi fanno la loro in Villauizosa, e fortificano la Città di Eluas che e la p.<sup>a</sup> piazza di Portogallo dá quella parte di Estremadura et i Castigliani per porgli il freno fabricano un forte reale lungi da essa non piú che una lega, e mezza, di quá dal fiume guadiana, e se i Portoghesi non lo demoliscono, ó non

cuoprono Elvas con altri forti, puó temersi alcun danno dá quella parte, doue é Generale delle armi il s.<sup>r</sup> Conte di Vimioso fratello di Mons.<sup>r</sup> Vesc.<sup>o</sup> di Lamego.

S'intende, che il S.<sup>r</sup> Don Duarte fratello di S. M.<sup>ta</sup> si troui in paese sicuro, di ritorno dá Germ.<sup>a</sup> doue militaua, e chi si aspetti in breue in questa Città con nauigli et alc.<sup>a</sup> gente di commando, che sarà di molto rilieuo.

É stato consultato molto sop.<sup>a</sup> il mandarsi quest'anno nõ le solite nauì all' India orientale, e finalm.<sup>te</sup> é stato risoluto, che se ne spedisca una con un pataccio, e si uanno ponendo a ord.<sup>e</sup> per partir à Marzo.

Li giorni passati fu spedita una carauella, che portó due huoi. che si offersero di sorprendere con stratagemma l'inespugnabil fortezza dell' Isola Terzera guardata da presidio Castigliano, et hauendo hauuto ord.<sup>e</sup> di porli in terra, e tornar sub.<sup>o</sup> in dietro è giunta di questa sett.<sup>na</sup> à Lisbona, et há riferito che in quell'Isola non si haueua notizia di ciò che passaua in Portogallo; onde si stá aspettando d'hora in hora d'intender, che quella fortezza sia stata ridotta alla diu.<sup>ne</sup> del Re Don Giouanni, e non sarà senza gran nota della trascuraggine dé Min.<sup>ri</sup> Castigliani per non hauerui spediti subito auuisi, essendo quella piazza di grandiss.<sup>a</sup> importanza per impedir ó assicurar la nauigat.<sup>ni</sup> delle Indie occidentali, e Brasil.

Sua M.<sup>ta</sup>, che in tutto uol mostrar l'amore, che porta à suoi Portoghesi, fá uenir da Villavizosa una gran quantità di argenterie uecchie. che si conseruauano nella casa di Braganza, forse per un'occ.<sup>ne</sup> simile alla pñte, per farne batter moneta, che dicono ascenderá a grossa somma, e che con altre che sono in pronto trà poche settimane si hauranno efectiui due milioni per cominciar la guerra, et, i, Popoli si mostrano si uolontorosi di uerdersi alle mani con Castigliani, che questi douranno usar gran prudenza in maneggiarla, perche i Portoghesi per non tornar nella loro sogett.<sup>e</sup> hanno da rinouar le antiche mem.<sup>e</sup> de Saguntini.

Gli Amb.<sup>ri</sup> di francia, Inghilterra, et Olanda partiranno nel princ.<sup>o</sup> della settimane, che uiene, mà Mons.<sup>r</sup> Vesc.<sup>o</sup> di

Lamego si traterrà ancora alc.<sup>o</sup> settimane, finche si proueda alla sicurezza del suo uiaggio, come più pericoloso, e lungo.

È stato dichiarato per Amb.<sup>re</sup> à Venesia il Prè. frè Dionigi di Alencastro dell'ord.<sup>e</sup> de Predicatori; elett.<sup>e</sup> dà molti, che intendono, stimata impropria, non quanto alla persona considerata fuori dell'habito per esser nobiliss.<sup>a</sup> e sufficiente, má quanto alla professione; egli essendo secolare fu soldato di gran ualore, e Capitan general in alc.<sup>o</sup> occ.<sup>ni</sup>

È uscito fuori un manifesto in stampa del quale inuiamo l'aggiunto transunto et à VE. fauiamo hum.<sup>ma</sup> riu.<sup>za</sup> Di Lisbona a 3 di febraro 1640.

D. V. Emin.<sup>za</sup>

Hum.<sup>mi</sup> diu.<sup>mi</sup> et oblig.<sup>mi</sup> ser.<sup>ri</sup>  
famiano Andreucci. Vincenzo Mobili.

## VI

1641 — Abril — 3

fol. 25 (orig.)

Emin.<sup>mo</sup> e R.<sup>ma</sup> Sig.<sup>r</sup> Pron. Col.<sup>mo</sup>

Continouiamo nell'assunto di auuisar à V. E. del seguito in qesto Regno dopo l'ultima n<sup>ra</sup>. de 3. di febraro passato, e della quale inuiamo l'aggiunto dupp.<sup>to</sup>; e continouaremo finche V.E. ci faccia commandar il contrario, cosi perche non sappiamo, che altri adempisca questo officio, come perche non essendo facile di hauer qui il netto delle cose, ancorche publiche, per la natural garrulità di questo Popolo, siamo certi, che si scriueranno costà molte cose, ò aliene dalla uerita ó confuse e contaminate dalla passione, che noi non habbiamo.

Si è hauuto auiso dell'arriuo à Parigi dell'Imbasciator, che andó à francia e che quel Ré non solo il receué con dimost.<sup>ni</sup> di allegrezza mà con promessa di ogni suo auiso in fauor della causa di questo Regno; e che all'Imbasciator, che si manda alla S.<sup>ta</sup> di N. S.<sup>re</sup> non solo dará sicuro pas-

sagio per la francia mà che con suoi uascelli il farà porre sicuram.<sup>te</sup> da Marsilia in Ciuita uecchia.

Con questo auiso Mons.<sup>r</sup> Vesc.<sup>o</sup> di Lamego parte hoggi tre del pñte sopra un uascello Inglese, alla uolta della Roccella ó di Bordeos, doue fà conto di trouar li dispaeci, et ord.<sup>i</sup> necessarij del Re eñmo. per l'effetto anted.<sup>o</sup> Và assai espedito e con poca famiglia, per far il uiaggio con maggior prestezza, per non esser sopraggiunto dal tempo estiuo. In sua mano habbiamo consignata la pñte acciò nel modo piú sicuro la faccia capitar à V. E. Della persona e qualità del med.<sup>o</sup> s.<sup>re</sup> gia habbiamo dato conto à V. E. per due uie e però non replicaremo qui altro intorno à ciò.

Mentre si staua qui con gran confidenza che li tre stati fossero cosi uniti, che non si somministrasse à Castiglia speranza alc.<sup>a</sup> di negociatione per riacquistar questo Regno, alli otto di febraro passato mancorno improuisam.<sup>te</sup> sette fidalghi, cioè il Conte di Tarouca, e Don Gio: Soares che con le loro famiglie erano già imbarcati, uno per andar per Gou.<sup>re</sup> della fortezza di Setta, e l'altro di quella di Tangere in Africa; Lopo d'Acugna con un suo figlio; Luis di Silua giouanetto, à cui il Rè haueua fatto grã. del gran Carico di Regedor della giust.<sup>a</sup> per quando fosse in età habile, Don Pietro e Don Geronimo Mascaregnas felli figli di Don Giorgio Mascaregnas, Marchese di Montalbano hora Vicere del Brasil. Don Pietro era M.<sup>ro</sup> di Casa del Re, e Maresciallo del Regno; Don Geronimo era della mensa di Conscienza; i due p.<sup>i</sup> andorno con li lor uascelli à surger, in Gibilterra, e smontati in terra gridorno Viua il Re filipo; il che ueduto dà gli offli, dé nauigli, lasciate le ancore, se ne uennero à Lisbona con tutte le robbe mobili, et argenti. e scritture, trà quali, dicesi, ue ne fussero delle pregiudiciali alla quiete del Regno. Gli altri cinque presero una fregata castigliana, che casualm.<sup>te</sup> si trouaua in questo porto, et andorno à sbarcar in Aiamonte, luogo confinante con Portogallo nell'Algarbe. La causa della loro fuga non è dá confidarsi à lřa piana.

Il Popolo udita la fuga di tanti, e si qualificati fidalghi, si alteró grandem.<sup>te</sup> e gli artisti dalle loro botteghe, perduto ogni rispetto, chiamauano i fidalghi, che passauano per le strade con nome di traditori, et inimici della patria, e uenuta la Dom.<sup>ca</sup>, ch'era di carneuale, si uide la gran piazza del Palazzo ch'è maggiore di cotesta di S. Pietro, piena di huõì popolari con le spade nude in mano, che tumultuando, esclamauano ad alte uoci, Uia il Popolo, e muriano i traditori; minacciando uerso il Palazzo, doue si trouauano in quell'ora quasi tutti i fidalghi; e se il Rè non si mostraua, e con la mano non indeceua la quiete, e per mezzo di Tomé di Sosa, fidalgo di conosciuta fedeltà, come antico ser.<sup>re</sup> della Casa di Braganza, non si temperaua tanto furore, erano per assaltar il Palazzo e far in pezzi tutta la fidalghia, che stette alcuni giorni ritirata et assai confusa per esser i fuggiti parenti di quasi tutta: Mà publicatosi un'editto pieno di prudenza, e senza pene, il Popolo si quieto.

A pena era sedato questo tumulto quando s'intese che un'altro fidalgo chiamato Don fran.<sup>co</sup> di Meneses, soprannominato il Barrabas, che come mal contento, si era uscito dalla Corte, era passato à Castiglia. Hora si stá procedendo giudicialm.<sup>te</sup> contra tutti per punirli conforme alla dispos.<sup>ne</sup> delle leggi il Proc.<sup>r</sup> della Corona (che tuttauia è il tanto conosciuto Dottor Thomé Pingnero da Vega) negli editti affissi ad ualuas, li chiama disleali, pergiuri, et inimici della patria, traslaciato il nome di traditori, forse per non offender tanti parenti illustri, e leali.

Mons.<sup>r</sup> Arciu<sup>o</sup> di Lisbona, che si chiama Don Rodrigo di Acugna há lasciato il cognome in detestat.<sup>ne</sup> della fuga di lopo di Acugna il med.<sup>o</sup> há fatto don Giouanni Mascaregnas fidalgo assai parente del Rè, lasciando il cognome paterno, e pigliando il materno è di Alencastro.

La Marchesa mē di Don Pietro, e di Don Ger.<sup>o</sup> Mascaregnas, e consapeuola della fuga de figli, si lasciò uscir di bocca diuerse libertá proprie di Donna altiera e dopo di esser stati presi et essam.<sup>ti</sup> alcuni suoi ser.<sup>ri</sup>, e serue, fú



risoluto di allontanarla dà Lisbona, relegandola con due ser.<sup>ri</sup> e tre serue nel Castello di Arraioilos nella Prou.<sup>a</sup> di Alentegio e dell'antica jurisd.<sup>o</sup> de Duchì di Braganza. Il med.<sup>o</sup> si è esseguito della giouane Duchesa di Auero mē del picciol Duca per esser Castigliana, e sorella del Duca di Macheda, questa é uedoua.

Il Marchese della Puebla che si pretende esser stato l'architetto di questa fuga, e di altre machine pregiudiciali co'l ministero di un suo fauorito, e che staua in assai larga custodia, fú transferito il martedì S.<sup>to</sup> alla Villa di Alancher, sette leghe da Lisbona, et iui uien guardato con strettezza. gli altri Min.<sup>ri</sup> Castigliani sono ancor loro stati mandati à diuersi luoghi remoti dal mare, por interdìr loro il comunicare, et esser comunicati.

La s.<sup>ra</sup> Pñpessa Margarita di Sauoia, uien guardata dà una squadra di fanti con poche persone di seruigio nel Monast.<sup>o</sup> di Santos, con molta strettezza e piaccia à Dio fargli grã. che entri in considerat.<sup>o</sup> che questa aduersità gli possa esser uenuta in castigo del peccato fatto e scandalo dato alla Christianità co' mali trattam.<sup>ti</sup> fatti usar contro la persona di Mon.<sup>r</sup> Coll.<sup>r</sup> e Jurisditt.<sup>o</sup> Ecclica, et in odio di essa contro l'Abbreuiator famiano Andreucci con la stretiss.<sup>a</sup> prigionia di tredici mesi.

Mons.<sup>r</sup> Arciu.<sup>o</sup> di Braga se ne stá basso et abietto in un'appartam.<sup>to</sup> di questo Arciuescouato; non custodito ó guardato má attentam.<sup>te</sup> osseruato, e come instrum.<sup>to</sup> tanto principale della tirannide del Vasconcellos, mal uisto, et abhorrito dà tutti.

Il Pñe. M.<sup>ro</sup> fr. Emanuele di Macedo Domenicano é anch'egli stato hauuto per complice, e forse autore di trattati pregiud.<sup>ti</sup> e però fu carcerato per mezzo di suoi superiori, e poco à poco é stato ridotto sotto stretiss.<sup>a</sup> custodia, e si dice, che per detto di un laico che lo seruua, si siano prouate contro di lui colpe graui in questo genere cosa che há accresciuto lo scandalo, e male opinione, che questo Popolo haueua di lui per la uita licenziosa, e rilasciata, che uiueua.

Per materie si fatte fú carcerato le sett.<sup>ne</sup> passate francesco Brandano, detto il Romano, frèllo de Brandani di costi, insieme con il Dottor Clemente felis, auocato pñle. questo fú posto nel Castello della Cittá, e quello nella carcere pub.<sup>ca</sup> con uilipendio, e poi migliorato alla larga, et ultimam.<sup>te</sup> ristretto sotto chiaue. La causa non si sà mà la comm.<sup>e</sup> opinione è ch'habbia essercitato il natural talento di parlar molto, con men cautela di quel che un tèmpo di uetro richiede. Altre persone si trouano nelle carceri per somigliante causa, e con tutti si procede con tanta moderat.<sup>e</sup>, che admira; né lascia di far pensar che sia cosa che in se contenga gran misterio.

Del mese passato uennero due nauigli, un dopo l'altro dalla Bahia nel Brasil con buone nuoue di quelle parti. Ciascuno di essi portó grossa somma di danaro, e di casse di zucchero, rimesse dà quel Viceré (pñe. de fuggiti Mascaregnas) al gia Michel di Vasconcellos, estorte dá quei Popoli có nuoui tributi imposti dà lui; il che tutto è stato applicato alla cam.<sup>a</sup> Regia. E nel princ.<sup>o</sup> dell'altra sett.<sup>na</sup> giunse una carauella del Brasil uenuta in 40. giorni, et há portato altri danari, e zuccheri per l'effetto di sopra, e nuoue, che gli Olandesi di Pernambuco, uedutisi à mal partito pler perdite, e rotte riciute per il ualor del Capitan Barbaglio, hauessero dimandato triegua per sei mesi, e che il Viceré l'haueua concesso loro, e che stauano per capitolar di andarsene salue le uite, e le robbe, all'Indie occidentali piaccia al S.<sup>re</sup> che sia cosi piu tosto che effetto di speranza uguale al desid.<sup>o</sup>, seben con la buona fortuna del nuouo Re tutti i beni si possono sperare. Questa carauela parti dalla Bahia la Domic.<sup>ca</sup> di carneuale, ne ancora si sapeua colá l'acclamat.<sup>ne</sup> del Ré.

Nel giorno dell'anniuersario del furto del S.<sup>mo</sup> Sacram.<sup>to</sup> dalla Chiesa di S.<sup>ta</sup> Engratia, si fá in essa una festa, e process.<sup>e</sup> solenniss.<sup>a</sup> con l'esposit.<sup>ne</sup> del med.<sup>o</sup> sacrt.<sup>to</sup>; Andó il Ré per assisterui, e uisto un baldachino con trono alla parte dritta dell altar maggiore, dimandó à che haueua da seruire, e rispostosegli che per S. M.<sup>ta</sup>, ella replicò, e con parole gra-

uiss.<sup>o</sup> riprese chi l'haueua fatto porre, concludendo, che auanti alla Maestá Diu.<sup>na</sup>, la humana non era altro che terra e sterco, né uolle usar di cuscino ó di altra prehemina.<sup>a</sup>; e nella process.<sup>o</sup> portando la p.<sup>a</sup> hasta della parte dritta del baldachino, andó sempre con il lato uoltato uerso il S.<sup>mo</sup> sair per non mostrargli le spalle. A partir della chiesa era gia notte, e quando giunse al palazzo assai tardi; et essendo già ritirato, gli fú detto che il Tribuno della Plebe (che qui chiamano il Giudice del Popolo et é sempre un'artigiano attempato) faceua istanza di parlar à S. M.<sup>ta</sup>, e fattolo entrare egli disse, che il Popolo non haueua sentito bene, che in tal tempo e quando non si conosceuano i buoni da cattiuu vassalli, S. M.<sup>ta</sup> andasse di notte, che egli in nome del med.<sup>mo</sup> Popolo la supplicaua ad astenersene. Il Ré, ringraziatolo, soggiuse, che cosi farebbe in auenire.

In questa sett.<sup>na</sup> s.<sup>ta</sup> si sono celebrati nella cappella reale gli uffici diuini con gran solennità, e con l'assistenza continoua del Ré, e Regina; i, quali con ugal pietá edificat.<sup>ne</sup> assisterono personalm.<sup>te</sup> alla guardia del sepolcro tutta la notte del giouedi S.<sup>to</sup>, e la matt.<sup>a</sup> à buon hora il Ré uscì à piedi, à uisitar li sepolcri con poco accompagnam.<sup>to</sup>, hauendo partic.<sup>te</sup> uoluto uider quello della Mad.<sup>a</sup> di Loreto, chiesa della Natione Italiana, assai artificioso, poiche senza lumi risplendeua in modo, che chiaram.<sup>te</sup> si uedeua il tutto.

Si attende con gran sollicitud.<sup>ne</sup> alla fabrica di ogni sorte d'armi et ad allistar soldati, dicendosi, che nel Regno si troui infinita gente dá portar armi perche come già non erano remunerati quei che attendeuan alla militia, non ui era chi uolesse andar alle Conquiste, e però il Regno é pieno di gente.

Il Ré fá fortificar con nuoue maniere di defese il Castello e porto di Cascais alla bocca di questo fiume, et il simile in altri luoghi doue puó sbarcar l'inimico, e particolar.<sup>te</sup> in quella parte doue sbarcò il Duca d'Alua quando fillipo 2.<sup>o</sup> s'impadroni di questo Regno.

Si pensa anche di fortificar un passo forte per natura, poco più di un miglio lontano da Lisbona chiamato il ponte

di alcantara, et anche di dar trinciere, che cuoprano tutta quella parte della Città che é bagnata dal fiume per impedir lo sbarco à nemeci, uengono per mare, ó per terra.

E uenuta un Cau.<sup>re</sup> Inglese à offerirsi al Rè di seruirlo contre uascelli da guerra.

Per uia di Vascelli uenuti dà francia, Inghilterra, et Olanda, si é inteso che gli Amb.<sup>ri</sup> fossero stati riceuti con grandi allegrezze; e che nell'Asia hauessero gli Olandesi per Decreto pub.<sup>co</sup> acclamato il Rè di Portogallo, e che si offeriuano di guardar' il mare di questo Regno con armata propria.

Si dice, che le due fortezze di Setta, e Tangere in Africa seguitino le uoce Castigliana, e quella di Mazagan si conserui nella diu.<sup>ne</sup> di Portogallo.

E uenuto auiso, che il presidio della Città di Tui in Galizia di lá dal fiume Minio, hauendo sparato un tiro di cannone contra la Terra di Valenza, giurisd.<sup>ne</sup> di Portogallo di quá dal Minio et ucciso una donna di qualità, il presidio di Valenza, per uendicar l'offesa, hauesse sparato contra Tui, e multiplicandosi dà una parte, e l'altra le hostilitá, fosse la d.<sup>a</sup> Citta rimasta dannificata in una parte della Chiesa Cathed.<sup>le</sup> et in altri luoghi, con morte di un M.<sup>ro</sup> di Campo, di un Cap.<sup>no</sup> Aragonese, e di alc.<sup>e</sup> altre persone; da che forze era risultato, che non ostante, che le frontiere di Castiglia fossero restate sguirnite di gente per rifar l'essercito di Catalogna, hora si uedeua nelle med.<sup>e</sup> frontiere numero di gente à piedi et à cauallo; il che si crede, che darà occ.<sup>ne</sup> di cominciarci tanto piu presto la guerra.

Si trouano in questo Porto tre uascelli Olandesi sotto nome di partic.<sup>ri</sup> due carichi di ogni sorte d'armi, e l'altro di munitione, per uenderle; e si dice, che il Re habbia dichiarato di uoler comprar il tutto per fornir le sue piazze d'arme.

La naue, e patauio d'India partirono à 29. del passato con buon tempo, acompagnate dà molti altri nauigli, che poi nella distanza di 30. leghe dà questo Porto ciasc.<sup>o</sup> anderá al suo uiaggio.

Si uà riscuttendo in questa Città un sussidio uolontario, e si fà con tanta suauità, e lungi dà ogni rigore, che non ui è che ricusi di dar con grande animo quello che puó, e molti molto piú.

Terminorno le Corti, mà non ancora si publicano li Decreti di esse; e si dice, che trá le altre cose ui sia stato risoluto che i tre stati contribuscano pro rata per tre anni dà manteder  $\frac{m}{20}$  fanti e  $\frac{m}{4}$  caualli.

L'Imbasciator destinato à Venetia non parte con questo di Roma, mà lo farà pochi giorni dopoi. Egli, come con altre scriuemmo à V. E. é frate di S. Dom.<sup>co</sup> di nobiliss.<sup>a</sup> famiglia, e parente del Ré, e p.<sup>a</sup> de farsi religioso fu grande e ualoroso Cap.<sup>no</sup> La sua missione non pare à proposito, non meno per la profess.<sup>o</sup> che per la qualità del suo naturale, men flegmatico di qualche bisogno per l'Amb.<sup>ria</sup> di Venetia. Puó esser, che per sicurezza del camino, e per altro egli giunga à Roma, e poi faccia il uiaggio per lo stato Ecclico à Ven.<sup>a</sup> Anderá seco il Pře. Magaglianes, gia conosciuto dà V. E. nell'habito della Comp.<sup>a</sup> di Gesu, et hora frate di S. Dom.<sup>co</sup> chi há notitia delle massime di quella Rep.<sup>ca</sup>, non lascia di dubbitare, che il Pře. Magaglianes non habbia dá esser in Ven.<sup>a</sup> nè ben uisto, ne grato, per esser stato della Compagnia.

Il Rè nominato Don Aluaro d'Acosta suo Cappell.<sup>o</sup> maggiore al Vesc.<sup>to</sup> di Viseu, e Don Emanuele d'Acugna Vesc.<sup>o</sup> d'Eluas succede nel luogo di Capp.<sup>no</sup> maggiore.

Si nota che dopo l'acclamat.<sup>no</sup> di questo Rè tutto il necess.<sup>o</sup> al uiuere humano e calato grandem.<sup>te</sup> dà suoi alti prezzi; il che é attribuito alla sua buona fortuna; essendo degno di ponderatione, che in una si grande, e repentina mutat.<sup>o</sup> di stato, ruuina cosa aduersa é seguita fin hora à questo Regno; e fino alla degli otto fidalghi si há per buona uentura, perche oltre al non esser'alcun di essi de segnalata qualità in ualor militare, ó ciuile, poteuano aspettar di far qualche hanno fatto hora, in tempo, e congiuntura, che potessero... (?) molto al Regno et al Ré.

Ancorche li giorni passati il Re dicesse in pub.<sup>co</sup>, che haueua buone nuoue del S.<sup>r</sup> Don Duarte suo fñello., e che presto uerrebbe, non si sà però doue si troui, nè quando sia per uenire.

Altre cose ui sarebbono dà auisare, mà non é bene esplicarle in lña. piana et à V. E. facciamo hum.<sup>ma</sup> riu.<sup>za</sup>  
Di Lisbona à 3. di Aprile 1641

Hum.<sup>mi</sup> Diu.<sup>mi</sup> et Oblig.<sup>mi</sup> ser.<sup>ri</sup>  
*famiano Andreucci. Vincenzo Mobili*

EDUARDO BRAZÃO

*(Continua)*

# A TERRA DE BESTEIROS E O ACTUAL CONCELHO DE TONDELA

(ESBÔÇO HISTÓRICO E TOPONÍMICO)

## I PARTE

### ESBÔÇO HISTÓRICO

#### I



actual concelho de Tondela, distrito de Viseu, província da Beira Alta, compreende as freguesias que constituíam o antigo concelho de Besteiros, ao qual vieram a anexar-se, com o andar dos tempos e depois de múltiplas reformas administrativas, os antigos *coutos*, depois concelhos da serra do Caramulo — S. João do Monte e Guardão e, na terra chã, os de Mouraz, Sabugosa, Santa Maria de Canas, S. Miguel de Outeiro e algumas freguesias que pertenciam ao termo de Viseu e a outros pequenos concelhos, Barreiro (Vil-de-Moinhos) e Treixedo. De uma maneira geral, porém, pode dizer se que toda a área do actual concelho se denominava *terra de Besteiros*, com exclusão das terras serranas da vertente ocidental do Caramulo, que, no comêço da nacionalidade, vieram a formar o couto de S. João do Monte, pertencente ao Mosteiro de Santa-Cruz.

Há outras terras no país assim denominadas; donde viria para esta o nome de Besteiros?

O douto e probo Santa Rosa de Viterbo confessa a sua ignorância: — « Nos séculos x, xi e xii temos documentos

originais em que se lê: *Terra de Balistariis*. A causa dêste nome, e que Balistas fossem as de que êles usavam, só adivinhando se poderá dizer com acôrto».

Da origem e significação da *balista* e *besta* dá-nos o mesmo A. larga notícia e sôbre o seu uso na idade-média não há dúvidas. O Doutor L. de Vasconcelos, na sua *Etnografia* (1) em *anotação filológica* diz que a máquina de guerra usada pelos *beesteiros* ou *bésteiros* era a *beesta* ou *beêsta*, a que corresponde em esp. *ballesta*: aquela forma ascende ao latim *balista*, e esta ao lat. *ballista*, do que se patenteiam diferenças regionais no latim vulgar da Ibéria.

Na passagem do século VI para o seguinte, Santo Isidoro, o célebre arcebispo de Sevilha, que nas suas *Etimologias* (2) com tão portentosa erudição, liga ao seu tempo todo o sabor antigo, define *Ballista* — *genus tormenti ad emittenda jacula dicta. Βαλλειν enim Græce dicitur. Torquetur enim verbere nervorum, & magna vi jacet aut hastas aut saxa.*

Que era usada pelos Visigodos e diferia do *arco* (*Genus machinæ, que sagittæ plus arcu jaciuntur — Ducange*) deduz-se, entre outras, da seguinte passagem da *Lex Wisigoth.*: *Siquis... laqueas vel arcus prætenderit seu Balistas*. Vulgarizou-se depois do século X o seu uso nos exércitos europeus — um cronista menciona-as na batalha de Hastings em 1066 — com a forma em que elas nos aparecem nos besteiros da preciosa iluminura do *Livro das Aves* de Lorvão (3) «com seu per-ponto amarelo e a sua terrível besta tendida — a balestra que o concilio de Latrão proibiu em 1139, armada de viro-tão barbelado e prestes a despedir o tiro» (4).

A questão tôda é saber quando e por que motivo veio para os naturais desta região a preferência dada a uma arma que entre êles tanto se devia ter vulgarizado e em

(1) *Etnografia*, v. III, pág. 266.

(2) Santo Isidoro, *Etymol.*, Lib. XVIII, Cap. X.

(3) Nos besteiros da letra inicial dêste estudo vê-se uma adaptação dessa iluminura.

(4) J. Dantas in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, 1920.



cujo manejo tão destros se revelaram, pois só assim se justifica o nome com que a sua terra viria a ser conhecida.

Referindo-se ao que sôbre o assunto se lê no *Elucidário*, diz o Dr. L. de Vasconcelos: «Conquanto o P.<sup>o</sup> Viterbo nos informe de que compulsou documentos originaes dos séculos X a XII em que se lia *terra de Balistariis* concernentes ao Val de Besteiros, no território de Viseu, não passou desta concisão; e parece difícil dar hoje com êles todos. Em verdade, nos *Diplomata et Chartæ* encontram-se dois documentos, um de 985 e o outro de 1033, em cada um dos quais se menciona uma *villa* (rural) de *Ballestarios*; mas, além de faltar ainda representação do século XII contar-se-ão aqueles dois documentos entre os de que fala o nosso autor?»?

As vilas mencionadas nesses dois documentos não são do Vale de Besteiros — a de 985 — *balestarios* ficava sob o monte de Vandoma, junto do rio Sousa; e a outra, num documento do cartório do mosteiro de S. Bento de Ave-Maria — *villa Balestarios* era situada também ao norte, em S. Cosmado.

Do século XII, como adiante se verá, é que há documentos em que êste território é assim designado sob formas várias: *balasteiro*, *baesteiros*, *balistarios*, *balesteiros*.

Por mera curiosidade referirei a lenda do rei Briceu e de seus besteiros, do *Viriato Trágico*, que o P.<sup>o</sup> Luís Cardoso reproduziu no *Dicionário Geográfico* (1):

«Segundo as Histórias da antiga Lusitania e uma confusa tradição que se conserva no Concelho de Besteiros, se diz que a êste Vale se recolheu Briceu, Rei Lusitano, e nele assistiu três anos, esperando ocasião oportuna para tomar vingança dos Romanos, seus inimigos. E vendo êste que o famoso e invencível Viriato os ia destroçando, juntou um batalhão de dois mil homens, com os quais se ofereceu a Viriato, que já neste tempo era capitão, o qual as levou

---

(1) Vol. II, 175.

consigo a todos os emprêgos militares em que se houveram tão destramente no atirar da besta que por antonomásia eram chamadas os Besteiros, cujo nome se foi estendendo daqui a todas as terras do concelho, chamado por esta causa de Besteiros.»

Destas ou doutras tradições locais se encontra eco nas relações paroquais para êste *Dicionário*.

Mas apenas em duas delas se alude à origem do nome de Besteiros e de modo tal que pouco nos elucidam.

O pároco do Barreiró declara que «esta freguesia tem seu princípio em um lugar chamado Vale que dá nome ao vale de Besteiros, assim chamado pelas Bestas de que usavam e com elas se defendiam dos Romanos, Godos e Mourisco e ainda muitos curiosos as guardam para memória».

Claro é que tais bestas guardadas para memória não eram dêsses tempos antigos; deviam ter sido pertença dalguns *besteiros de conto* da região.

O pároco de Vilar, na sua informação é mais explícito:

—«A razão desta terra se chamar Besteiros tenho tradição que foi porque um Conde ou ascendente dos Condes da Feira lançou fora deste país aos Mouros, que o ocupavam em grande parte, com cinquenta bestas e com cinquenta lanças e que desta facção se ficaram chamando Besteiros os habitantes deste distrito.»

Sabe-se que os muçulmanos, pela sua perícia no emprêgo desta arma, levavam grande vantagem aos cristãos da Península. Ao pensar nisto, acode-me à lembrança o que sôbre a valentia e destreza dos fortíssimos besteiros de Viseu, nas lutas da reconquista, nos narra um cronista coevo, o Monge de Silos, em duas passagens transcritas por Gonzaga de Azevedo ao ocupar-se da morte do rei de Leão, Afonso v em Viseu, em 1028.

Depois de ter contado que êste monarca certo dia em que cavalgava em tórno dos muros da praça, só com vestido leve e sem couraça, fôra mortalmente ferido por uma seta que um besteiro lhe arremessou do adarve, o Monge de

Silos, mais adiante, ao referir as conquistas de Fernando Magno em Portugal, enaltece com palavras de encarecimento, a valentia e destreza dos besteiros muçulmanos de Viseu, à penetração de cujos tiros não resistiam escudos ordinários, nem couraças ainda dobradas e tresdobradas, quando os combatentes, descuidados ou mais audazes, se aproximavam das muralhas e se deixavam alvejar de perto<sup>(1)</sup>.

Em 1058, expugnada a cidade de Viseu depois de duros combates, Fernando I vingou a morte do sogro, mandando cortar as mãos ao besteiro mouro, que, trinta anos antes, tão certamente o alvejara com a sua seta<sup>(2)</sup>.

Mas seria esta a sorte de todos os besteiros? A guarnição desta praça, ficaria totalmente aniquilada?

O que dizem os cronistas monásticos sôbre guarnições inteiras passadas a fio de espada ou feitas prisioneiras, tem de aceitar-se com restrições, tanto mais que a tomada nesta campanha de povoações e castelos importantes como Seia,

---

(1) L. Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, Vol. II, pág. 122. Eis as passagens do *Chronicon del Silense* (Esp. Sag. XVII) em que o A. se baseia: Aldefonsus V... quum... apud Castrum Vesense fertur, quosdam Mauros ferro fameque inclusos tenuisset, in qua expeditione præ nimia æstate sola linea interula indutus, dum prope mænia Civitatis spatiando, super equum resideret, a quodam barbaro insigni Balearia de turre sagitta percussus est; ex quo vulnere ad extrema perductus, spiritum (ut credimus) Deo redidit. (73).

*Fernandus I Castellæ* — (86) Triumphato ergo oppido Sena, ad debellandam Visensem urbem accelerat; ea scilicet intentione ut factorum suorum reddita vice, pro Aldefonso socero suo interfecto, Civitatis illius Barbari solveret debitas poenas. Erat namque in eadem Civitate sagittariorum manus fortissima. Cujus impetum, si aciquando muros dimicandi causa properavissent, nisi clypeis tabulas superponerent, vel aliqua fortiora obstacula, ferre non valebant quin sagitta singularem clypeum et triplicem lorica pertransiret.

(2) «...atque invento inibi sagittario, qui Aldefonsum regem interfecerat, cum ab utraque manu privare jussit.» Monge de Silos, na *Espana Sagrada*, T. XVII, pág. 312.

Lamego e Viseu não trouxe consigo o domínio completo da região, cuja reconquista demorou ainda largos anos. «Os muçulmanos defendiam-se com ardorosa valentia, noutros castelos mais pequenos com que se agarravam com desespero àquela terra em que as montanhas se cercam de penhascos e se abroquelam com alcantis e estão oferecendo, a curtas distâncias, ao valor perseguido de seus habitantes, guarida e defesa contra tôdas as invasões» (1).

É crível portanto que besteiros muçulmanos tão destros e valentes, como os de Viseu de que fala o cronista, nas pequenas tôrres fronteiriças que de Lafões, a curta distância umas das outras, vão até ao Dão, continuassem a resistir com aquelas mortíferas armas às hostes da reconquista.

E seriam só muçulmanos os que delas se serviam?

De levar consigo o guerreiro hispânico, à volta das conquistas, os habitantes que podia surpreender, mouros e cristãos, prêsas de guerra todos êles, provinha (nota Lúcio de Azevedo) (2) pelejarem às vezes os cristãos contra os da sua fé, ao lado dos sarracenos, defendendo assim a posse de seus bens e a liberdade.

Mas mesmo que assim não fôsse, era muito natural que a fama e o manejo de tal arma se espalhasse pelos naturais da região e êstes, daí em diante, a usassem largamente na guerra contra o inimigo comum, em porfias uns com os outros ou até na caça ao javali, ao cervo e aos outros animais que povoavam aquelas brenhas.

Entenda-se que o que fica dito não sai do domínio puramente conjectural; afigura-se-me todavia sugestão admissível enquanto não surgir outra explicação mais verosímil.

Seja como fôr, o nome de Besteiros, que indissolúvelmente se vinculou à terra e ainda hoje se mantém, pode considerar-se tão antigo como o nome, de origem igualmente

---

(1) Gônzaga de Azevedo, *História de Portugal*, V. III, pág. 3.

(2) V. *História de Portugal*, Barcelos, Vol. II, pág. 395.

obscura, da província tão portuguesa de lei — a Beira (1), de que faz parte e da qual, pelas suas particularidades fisiográficas, é uma das zonas mais características.

## II

Esta secção da parte central do País, em que o concelho de Tondela está situado — a Beira Alta, é, na sua maior extensão, um planalto que se inclina para sudoeste e que, sendo principalmente tributário do Mondego, também lança as suas águas para o Vouga e para o Douro.

Cortada por numerosos cursos de água, muitos dos quais convergem entre si em ângulos agudos, a província conserva o aspecto geral de planalto pela concordância das alturas que separam os vales desses rios dentro de tão aproximados limites de altitude, que um mesmo plano a tôdas abrange. É a impressão que se recebe observando a região dos pontos elevados da Estrêla ou do Caramulo.

O planalto da Beira Alta fica comprimido entre dois imponentes alinhamentos montanhosos: à cordilheira da Estrêla que o limita a sueste, contrapõe-se, a poente e ao norte, um conjunto notável de serranias, constituído pelas

---

(1) O Dr. Ruy de Azevedo (*História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, pág. 15), começando por declarar que sobre a origem e significação do nome e região da Beira muito se tem escrito com mais imaginação do que verdade, diz-nos que Beira, expressão e unidade regional, deve ter surgido no final do século XII, depois da fundação dos castelos e concelhos da Guarda, Covilhã e limítrofes. As póvoas, aldeias e vilas que aí se foram fundando, designar-se-iam, quanto à situação, *lugares da beira da serra*, e por elipse, *lugares da beira*.

O Sr. Cunha Saraiva em *O conceito histórico da palavra Beira*, depois de citar a carta régia dirigida ao pretor e concelho da Covilhã em 1214, onde se fala dos *moratur in Beyra*, acrescenta em nota que o documento mais antigo onde aparece este nome é no foral de Arego dado por Pedro Afonso, irmão do rei D. Sancho I em 1201 — *Isti sunt termini de ista villa, in primis quomode partitur per caput de boras... et revertitur per viam publicam ad caput de boras...*

serras do Caramulo e de S. Macário, e depois pelo extremo oriental da serra do Montemuro.

Em todo êste conjunto se observa o mesmo erguer brusco em frente do planalto; e, acentuando ainda a separação, vales profundos ou bacias lacustres dissecadas acompanham pela base o alinhamento montanhoso.

Assim, uma extensa bacia, com depósitos quaternários a indicarem pequenos lagos extintos, ladeia a Serra do Caramulo — é o Vale de Besteiros. E, para o extremo norte da serra, um profundo vale de fractura, rectilíneo, o Vale de Ribamá, corre no sopé e vai cair sôbre o Vale do Vouga.

O concelho de Tondela alarga-se sôbre o planalto, abrange grande parte da vertente oriental do Caramulo e, ultrapassando a serra, ainda se estende pelas terras altas de S. João do Monte, sôbre a vertente lenta do contôrno superior da bacia de Águeda.

E dêste modo as secções naturais da sua área são: a parte do planalto, cortada pelo Dão e seus afluentes Pavia e Dinha; a região deprimida entre o planalto e a serra do Caramulo, drenada pelo Cris e seus afluentes; a parte caramulana, com a vertente oriental e a região ocidental elevada no contôrno da bacia do Águeda.

A secção planáltica atinge o Dão: pelo plano ocidental do seu largo e profundo vale se estendem as freguesias de Ferreirós e Lageosa. Em ângulo pouco aberto converge para o vale de Dão o vale do Pavia e entre êles se alongam as terras altas que se dilatam no planalto de Loureiro e de Silgueiros, já no concelho de Viseu.

Parte importante da freguesia de Lobão é fôrmada pela vertente oeste do vale inferior do Pavia e, dentro dêle, mais a montante, fica Parada de Gonta.

A jusante de Tondela, encaixa-se mais profundamente no planalto o vale do Dinha para se dilatar depois na vasta área da freguesia de Tondela. Mas, a montante de Tondela, por Nandufe, Mosteiro de Fráguas, e para além, o Dinha vem descendo lentamente sem rasgar um sulco profundo na terra do planalto.

São atenuadas as formas de relêvo nas proximidades de Tondela, entre as bacias do Dinha e do Cris. Mas ao sul de Tondela a separação entre elas acentua-se no desenvolvimento da lomba por onde segue a ampla estrada de Tondela a Santa Comba Dão.

Na região deprimida entre o planalto e a serra do Caramulo desenvolve-se grande parte da bacia do Cris, rio a que concorrem pequenos afluentes por cujo trabalho erosivo se esgotaram os pequenos lagos quaternários, do que são testemunhas os depósitos de saibros e barros tão explorados nas indústrias rudimentares de olaria e de telha, como entre o Botulho e Mollinhos, ou a leste de Santiago e do Campo de Besteiros.

À bacia do Cris pertence o vale de Besteiros, restringindo esta designação à parte dela que ladeia imediatamente a serra, com os laranjais de Barrô, Vila do Rei, Castelões. Mais para baixo na bacia do Cris, ficam as freguesias do Barreiro e Dardavaz, com tão característicos aspectos do seu relêvo, talhado por vales fundos, separados pelos arredondados lombos das formações xistosas precâmbricas.

A parte caramulana do concelho compreende quasi tôda a vertente oriental da serra, e nela se distinguem bem as zonas xistosas dos extremos a envolverem o núcleo granítico que abrange as alturas das Paredes do Guardão, do Carvalhinho e do Cadraço e culmina no ponto mais elevado do Caramulinho.

Esta zona granítica é a mais pitoresca, mais intensamente cultivada e mais densamente povoada. Por ela sobe a bela estrada que liga Tondela a Águeda servindo a importante estância climatérica do Caramulo. Os laranjais sobem a Litrela, os vinhedos quasi alcançam o Guardão e os vales cuidadosamente cultivados são envolvidos por arborização densa em que aos pinheiros se juntam os carvalhos e outrora os castanheiros.

Com a zona central granítica oferecem contraste as laterais, xistosas, como as lombas acima de Muna e de Santiago ou as das alturas acima do Barreiro e da Corveira.

Nestas regiões xistosas há menos água, a fertilidade é menor e assim escasseia a população.

Para trás da serra, a descida é menos rápida quando se passa de Almofala e da Bezerreira para a sede do antigo concelho de S. João do Monte, para o Mosteirinho e para as outras localidades que por êste lado limitam o concelho e se aproximam de Águeda, de Mortágua, e mais para norte avizinham com Lafões.

### III

Disseminados por tôda esta zona, há vestígios de ela ter sido povoada desde os tempos mais remotos.

Infelizmente, a carência quási absoluta de explorações arqueológicas, sistemáticamente feitas com devido rigor por pessoas competentes, restringem-me neste campo a um ligeiro enunciado, baseado na maior parte em reconhecimentos superficiais, vagas tradições locais, indicações toponímicas e numa ou noutra passagem de antigos escritores em que se vislumbram imprecisas referências a antiguidade pre-ou proto-históricas.

Se pesquisas feitas com rigor científico nos fornecem já hoje abundante documentação sôbre a existência de tribos paleolíticas no ocidente da Península desde as margens do Minho ao litoral algarvio, em relação a esta limitada zona do território beirão de que nos ocupamos, nada, absolutamente nada poderei dizer.

Das épocas subseqüentes, poucas regiões haverá no país mais ricas em momentos neolíticos do que a Beira Alta, mas na área do concelho de Tondela não existe presentemente nenhum *dolmen* no estado em que ainda hoje vemos a célebre Pedra de Arca na freguesia limítrofe de Espírito Santo-de-Arca. A exploração agrícola, o aproveitamento para construções dos grandes monolitos que os constituíam, a crença em tesouros ocultos, tudo isto nos deixou apenas fragmentos dispersos dêsses tão notáveis testemunhos da vida de homem pre-histórico.



Por todo o concelho, mas sobretudo nas zonas de altitude e nos planaltos entre os rios da região é que se assinala a existência de mamoaas e de alguns grandes pedregulhos que à primeira vista se reconhece terem ali sido intencionalmente colocados pela acção do esforço humano. Numa eminência fronteira as castro de Nandufe, na margem oposta do Dinha, ainda hoje é possível reconhecer, pela forma e pela sua disposição, nos grandes monolitos lá existentes fragmentos dispersos de um dolmen. No descampado do Tojal Mau, freguesia de Molelos, há uma *mamoaa* de notáveis dimensões, de seis a sete metros de altura — o *Cabeço da Mina*, do interior da qual foram retiradas grandes pedras pelos proprietários vizinhos. Nas proximidades desta, na freguesia de Vilar, no lugar da Freixeda, vê-se também uma grande mamoa.

Na freguesia de S. Miguel do Outeiro há uma vasta zona planáltica denominada as *Ferraduras*, ao norte da qual se estende a perder de vista a Gândara do Fial, zona de considerável interêsse arqueológico que mereceu a devida atenção ao sr. Dr. Amorim Girão <sup>(1)</sup>.

A seguir de S. Miguel para o Fial vê-se um montículo, onde já não existem pedras, a que o povo dá o sugestivo nome *Cabecinho da Moura*, ao lado da qual se encontram restos doutra mamoa, ainda com três grandes pedras. Relatando as suas observações diz-nos o mesmo A.: «Do outro lado do caminho, no sítio denominado Carvalha do Fial fica em relativo estado de conservação, uma anta já sem *chapéu*, mas com vestígios bem evidentes da galeria. As lajes graníticas que a formam são de dimensões não muito grandes e muito tôscas e irregulares, o que se explica pela dificuldade que havia em obtê-los na localidade e nas imediações».

Das *antas* de Caparrosa e de S. João do Monte só existem vestígios no onomástico local.

---

(1) Vide *Arte Rupestre em Portugal*, 1928, pág. 111.

E como na toponímia se reflecte a tendência do nosso povo de atribuir aos moiros a que se perde na noite dos tempos, poderemos talvez incluir nos vestígios pre-históricos da região a Cova da Moura em Castelões e a Pedra da Moura de Tondela. Pela referida falta de pesquisas, escusado será dizer que é nulo o espólio de tôdas estas estações — nem armas, nem utensílios, nem restos de corpos humanos ou de animais, nada enfim que se relacione com a vida dos primitivos habitantes da região.

Estreitamente relacionados com a cultura dolménico, merecem especial menção os interessantes vestígios da arte rupestre da região.

Foram pela primeira vez estudados pelo sr. Dr. Amorim Girão no prosseguimento das investigações a que, no mesmo intuito, procedera em Lafões, investigações de que nos dá conta no estudo acima citado. Foi no já referido planalto das Ferraduras, nome indubitavelmente sugerido pela forma de numerosos petroglifos lá existentes que o distinto professor observou tanto nas lajes da anta da Carvalho do Fial como em vários blocos de granito, quasi todos enterrados ou em ligação visível com a rocha viva, sinais gravados de formas muito variadas, a maior parte de carácter religioso, representações da figura humana estilizada; outras, asteriformes; outras ainda que poderão explicar-se como alfabetiformes, constituindo no conjunto uma importantíssima e inédita estação pre-histórica.

Em 1932 o sr. Dr. Almiro do Vale revelou a existência nas proximidades de Molelinhos doutro notável monumento de arte rupestre. Numa rocha de xisto, com exposição a nascente e numa inclinação de 45°, vêem-se petroglifos numa extensão de sete metros de comprimento por dois metros de largura. Predominam os desenhos de fôlhas, algumas com as nervuras secundárias. Notam-se outros de instrumentos agrícolas muito primitivos e os xadrezinhos e círculos concêntricos que se encontram sempre em monumentos desta natureza.

Em 1917, o diligente e incansável arqueólogo visiense, sr. dr. José Coelho soube que no sítio de Paranho, imediações de Molelos, dois resineiros haviam descoberto numas escavações uma talha antiga contendo ossos.

Dirigindo-se ao local, pôs a descoberto, num recinto circular, seis *cistas*, duas das quais tinham sido violadas. No interior das intactas descobriu dois vasos de barro com alguns ossos e restos de objectos de bronze, informes, comidos de verdete, mas, numa delas, um bracelete de bronze aberto de um lado, em regular estado de conservação, não denunciando nenhuma espécie de labores e pedaços de um outro objecto de bronze, certamente um vaso, com estrias circulares paralelas (1).

Alguns dos párocos que no século XVIII mandaram informações para o *Dicionário Geográfico*, referindo-se às antiguidades das respectivas freguesias, ministram indicações que, devidamente aproveitadas, podem ser base de frutuozas pesquisas.

O padre cura do Barreiro (2), Caetano Ferreira de Almeida, diz-nos que «ter sido a sua freguesia habitada de mouros, o mostram as aparências de huns círculos que se acham sobre o logar da Tojosa em tres outeiros, o primeiro a *Cabeça*; outro a *Fervença*, junto ao porto do *Crasto*; outro a *Panasqueira*; todos têm indícios de terem sido murados, ou fôsse dos mouros ou dos cristãos, que para se defenderem, subiam a êstes sítios e neles habitavam».

Percorri há pouco todos êstes sítios: nos três outeiros todos arborizados, não encontrei superficialmente nenhum dos indícios a que o informador se refere; é possível que com escavações feitas com cuidado alguma coisa se descubra.

Antes disso, referindo-se à ermida da *Senhora do Verde* «que uns querem que ficasse dos Mouros, muitos afirmam

---

(1) *A Necropole de Paranho*, Viseu, 1925.

(2) *Dic.<sup>o</sup>*, T. VI, pág. 34.

que dos Godos » mostra-se, diz êle, ter havido neste sítio povoações pelas *pedras, telhas e tejos* que ali se acham.

Conheço a ermida; uma inscrição lá existente ao tempo do informador e sôbre a qual fêz algumas conjecturas P.<sup>o</sup> de Azevedo no *Archeologo Português* <sup>(1)</sup> desapareceu com a sua reconstrução no meado do século passado e actualmente nas suas cercanias, terreno todo aproveitado com vinhas e culturas hortícolas, não encontram nenhuns vestígios de antiguidades.

Fala-nos a seguir da fonte do lugar das Ladeiras <sup>(2)</sup>, sôbre cuja fábrica há várias opiniões — « uns dizem-na dos Romanos, outros dos Mouros, que assistiram muito nestas terras e aqui tiraram muitos metais, especialmente *ouro, prata e estanho*, de que deixaram grandes tesouros de que muitos se aproveitam e o mostram os *fossos* e muitos indícios que nesta freguesia se admiram, abrindo-se brechas em pedras mármores que êles sem dúvida por artes diabólicas faziam ».

(1) V. II, pág. 263.

(2) Tudo quanto sôbre esta fonte se pode ler em autores antigos, nomeadamente na *Corografia* do P.<sup>o</sup> Carvalho e no *Santuário Mariano* tem de reduzir-se a justas proporções. Em primeiro lugar não se trata de nenhuma larga e profunda gruta. Dois grandes blocos de granito vieram a ficar encostados na parte superior e na inferior dão passagem, por um estreito correjo a um dos numerosos regatos que, precipitando-se do alto da serra, vão dar ao Cris. Os dois buracos sôbre a « lagem de marmore no interior da lapa, tão rotundos e perfeitos como se fôssem abertos com muita arte e perfeição de que brota água a temperaturas diferentes », não passam de vulgares marmitas formadas pelo remoínhar da água e, quanto à tradição tão vulgarizada e aceita na região de lá se ter refugiado o prior do Crato, pode receber na verdade certa confirmação na data lá fundamente gravada e que pela forma dos algarismos denota ser da época.

Versão diferente porém se encontra sôbre tal lenda nesta informação. — « O mais certo sôbre a dita fonte he que certa pessoa nobre dos confins da Serra da Estrêla por fugir ao rigoroso castigo que seus crimes mereciam veio para êste deserto e serra e, como fazia habitação junto daquela fonte, quis eternizar sua memória com a fábrica dela e com caracteres e letreiros que nela deixou ».

Tirado tudo o que de fantasioso é narrado pelo informador no estilo da época, encontram-se de facto nesta região numerosos e interessantíssimos vestígios de uma intensa exploração de minérios do tempo dos romanos. Sobretudo na freguesia de S. João do Monte, onde actualmente é muito activo a exploração de minérios de estanho e de volfrâmio, têm-se descoberto profundos fossos e extensas gale-



Gruta das Laceiras

rias que bem revelam a audácia, o esforço, a pertinácia que era necessário empregar para extrair da terra o ouro e o estanho com os limitados recursos técnicos da época.

Ainda hoje nalguns desses sítios é para admirar o engenhoso processo, de que restam vestígios, com que simplesmente por meio de fogo e da água conseguiam vencer a resistência dos duríssimos veios de quartzo — «as brechas em pedras mármoreas, que êles sem dúvida por artes diabólicas faziam», como informa o padre cura do Barreiro.

O Reitor de Tondela, Silvério Ferreira Teles (1732), a propósito de uma ermida de Santa Maria Madalena em Santa Ovaia, alude à tradição segundo a qual aquêlo território foi habitação de mouros. Ainda hoje se acham debaixo da terra, em certos sítios muitas pedras de cantaria e com tanta abundância e grandeza que delas se fazem várias obras.

Já no *Santuário Mariano* nos diz o seu autor que perto dessa capela em 1691 ou 92 se descobriram sepulturas de pedra com alguns ossos que mostravam ser de corpos agigantados pela demasiada grandeza que nêles se via.

Numa visita que fiz ao local em 1942, interrogando os mais velhos moradores do sítio, vi que tal tradição estava completamente obliterada e que era muito difícil encontrar nas terras, cultivadas há longos anos em tórno da capela, quaisquer vestígios que a confirmassem.

Já não sucede o mesmo com uma declaração análoga que se encontra na relação do cura de Nandufe, António João de Bastos (1758). Diz êle: «Há um sítio perto desta Igreja chamado o Castro que bem mostra antigamente ser cidade ou povoação de Mouros, porque nêle havia alicerces de casas e dela trouxeram para fabricar casas muitos do Pôvo pedras bem quadradas e com vários feitios cujo sítio está de monte, pinhais, oliveiras outras mais árvores».

Sucessivas descobertas e sobretudo o achado de moedas mantiveram sempre viva entre o povo esta tradição. Há uns vinte e tantos anos, o sr. Dr. António Almiro, de lá natural, resolveu proceder a escavações no local, no decurso das quais encontrou várias pedras afeiçoadas, numerosos fragmentos cerâmicos, restos de vasos, tegulas e ímbrices, pêsos de tear, três moinhos completos e outros três incompletos. Juntamente com êste espólio, parte do qual foi depositado no Museu Machado de Castro, já anteriormente tinham sido encontradas alguma dezenas de moedas romanas imperiais.

Aqui trata-se evidentemente de um castro luso romano, mas por explorações feitas posteriormente, chegou o mesmo sr. Dr. Almiro à conclusão de que povos pre-históricos haviam habitado o local antes dos romanos (1).

---

(1) *Vestiges pré-historiques de la station archeologique de Nandufe*, comunicação apresentada no xv Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia pre-histórica em Paris, 1931. Das moedas lá encontradas pode ver-se na gravura a anv. e rv. de seis guar-

Já atrás aludi aos numerosos vestígios de exploração de minérios do tempo dos romanos nas zonas de contacto

dadas pelo sr. Dr. Almiro. Outras dezóito encontradas no mesmo sítio, quando se fazia um arroteamento, foram adquiridas pelo dis-



tinto magistrado sr. Dr. Raúl Soares Duque e incluídas na sua valiosa colecção. O mesmo senhor fêz a sua identificação e teve a amabilidade de fornecer a seguinte lista:

1

*Germánico e Agripino — (AR)*

an — CCAESAR. AVG. GERM: P. M. TR. POT;  
busto do imperador à direita.

dos granitos com os xistos, mormente na serra do Caramulo. Não admira portanto que nestes sítios, tão freqüentados

---

rv — AGRIPPINAMAT. C. CAESA VCCERM;  
busto de Agripino à direita.

2

*Nero — (AR)*

an — NERO CAESAR AVGVSTVS;  
busto do imperador à direita com coroa de louro.

rv — IVPSLLLOCVSTOS;  
mulher sentada à esquerda.

3

an — NERO CAESAR AVGVSTVS; *(AR)*  
busto do imperador com coroa de louro.

rv — No campo um templo e em cima a palavra VESTA.

4

*Vitêlio — (AR)*

an — A VITELLIVS.....AVGTRP;  
cabeça do imperador, laureada à direita.

rv — CONCOR----DIAPR;  
figura sentada voltada à esquerda.

5

an — A VITTELLIVS GERMIM. AGTRP; *(AR)*  
cabeça do imperador laureada à esquerda.

rv — LIBERTAS RESTITVTA;  
figura da liberdade em pé a cabeça voltada à direita.



pelos romanos, além de tais vestígios, outros se encontrem reveladores da influência do seu domínio. É o que natural-

6

*Vespasiano — (AR)*

- an — DIVVS AGVSTVS VESPASIANVS;  
cabeça laureada do imperador à direita.
- rv — Duplo capricórnio (SC)  
(Esta moeda foi cunhada depois da morte de Vespasiano).

7

- an — IMPCAES VESP---AVCPM;  
cabeça laureada do imperador à direita,
- rv — No corpo insígnias pontifciais, em cima, AVGVS, e em baixo, TRIPOT.

8

- an — IMPCAESAR VESPASIANVS AVG; (AR)  
cabeça laureada do imperador à direita.
- rv — PONMAX TRPCOSV;  
figura sentada voltada à direita tendo na mão esquerda uma palma e na direita uma lança em que se apoia.

9

- an — CAESAR---VESPASIANVS AVG; (AR)  
cabeça laureada do imperador à direita.
- rv — figura de César em pé voltada a cabeça para a esquerda tendo na mão esquerda uma lança e a direita estendida.

10

*Tito Vespasiano — (AR)*

- an — TCAESAR---VESPASCANNS  
cabeça laureada do imperador à direita.

mente explica ver-se em plena serra na capelinha de S. Bartolomeu uma inscrição romana, único documento epigrá-

---

rv — No campo uma porca com 3 leitões em baixo IMPXIII:

11

an — IMPTITVSCAESAR VESPASIA NAVGPM; (AR)  
cabeça do imperador laureada à direita.

rv — IRPVIII IMPXVCCSVIIP;  
uma quadriga.

12

DOMICIANO — (AR)

an — CAESAR AVG-DOMITIANVS;  
cabeça do imperador à direita.

rv — Uma loba amamentando duas crianças; em baixo um barco e em cima COSV.  
(Recorda a lenda de Rómulo e Remo).

13

an — CAESAR AVGP DOMITIANUS; (AR)  
cabeça do imperador laureada à direita.

rv — No campo um guerreiro montando só um cavalo a galope; em baixo COSV.

14

an — Como o da anterior.

rv — No campo um Pégaso COSIII.

15

an — IMPCAES DOMITAVG-GER MPMTRPVIII; (AR)  
cabeça laureada do imperador à direita.

rv — IMPXXICOSXVGENSPPP;  
guerreiro em pé à direita em atitude de lançar um dardo.

fico dessa época até hoje descoberto na região. Fica esta ermida num alto monte sobranceiro ao vale do ribeiro de Castelões, «monte tão forte por natureza, diz o P.<sup>o</sup> Carvalho na sua *Corografia*, que só por uma parte tem serventia» e continua: «aonde estão os vestígios dos mouros, e parte deles de boa pedra de cantaria lavrada, e sôbre êste muro está fundada a ermida, que é muito grande, com dois altares colaterais e em um deles está uma pedra que serve de mesa do Altar, *toda escrita de letras arabigas*». A forte

16

*Nerva — (AR)*

an — IMPNERVA CAESARAVG PMTRPCCOSIIPP;  
cabeça do imperador.

rv — LIBERTAS PUBLICA;  
figura da Liberdade à direita.

17

*Nerva e Trajano — (AR)*

an — IMPCAES NERVATRAIANA VGGEM;  
cabeça do imperador à direita.

rv — PONT MAXTRPOTCOSII;  
figura à esquerda.

18

*Trajano Adriano — (AU)*

an — IMPCAESARTRAIANN ADRIANVS AVG;  
busto do imperador à direita.

rv — PMTRPCOSIII;  
figura de guerreiro voltado à direita, tendo o pé esquerdo sôbre um tamborete, na mão direita um tridente e na mão esquerda uma ave.

silharia da subestrutura da capela é de molde a confirmar a tradição referida pelo P.<sup>o</sup> Carvalho e pelo autor do *Santuário Mariano* de ali se ter erguido um dos numerosos pequenos castelos que desde Alafões até às margens do Dão marcam uma zona fronteiriça do tempo das lutas entre mouros e cristãos (1). No meado do século passado foi

(1) Era desta capela que partia, e creio que ainda hoje parte, no dia da Ascensão, a multissecular procissão das Cruzes, de tanta devoção naqueles sítios.



Igreja Matriz do Guardão

Refere fr. Agostinho de S.<sup>ta</sup> Maria (*Santuário Mariano*, T. V., pág. 374) ser tradição antiga e constante que em um dia da Ascensão do Senhor os moradores das quatro freguesias, Guardão, Santiago, Santa Eulália e Castelões, tomaram aos mouros uma fortaleza que tinham onde hoje se vê a ermida e em acção de graças se deu princípio àquelas procissões. Juntavam-se as freguesias das três igrejas do vale no adro da capela donde se descobre a Igreja de

reconstruída a capela, hoje de dimensões exíguas e muito pobrezinha, só com um pequeno altar. A tal pedra *tôda*

---

Castelões dedicada ao Salvador e, depois de repetirem três vezes: *Salvator mundi miserere nobis*, iam caminhando as procissões para a igreja de Guardão cada uma segundo a sua antiguidade e, chegando a um pequeno ribeiro que demarca o adro, saía a Cruz da Paróquia a receber cada uma das procissões e a cada uma das cruzes fazia uma saudação e como que se abraçavam. Feita esta cerimónia iam-se tôdas recolhendo para a Igreja. Neste dia tôda a gente daquelas quatro freguesias fazia grande festa com salvas de tiros, e com muitos instrumentos, músicas e cantares.

Como se pode ajuizar pela gravura, reformas posteriores alteraram a primitiva traça da igreja, onde ainda na frontaria se vislumbram elementos architectónicos que permitem remontar a sua construção ao século XIII.

Tanto o P.<sup>o</sup> Carvalho na sua *Corografia*, como o autor de *Santuário Mariano* se ocupam largamente desta *grande e formosa* igreja e da sua antiguidade. Ambos êles dizem que no tempo dos mouros eram seus sufragâneos os moradores de todo o vale e concelho de Besteiros, os da vila de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro, assim como os moradores de Águeda e do lugar da Arrancada.

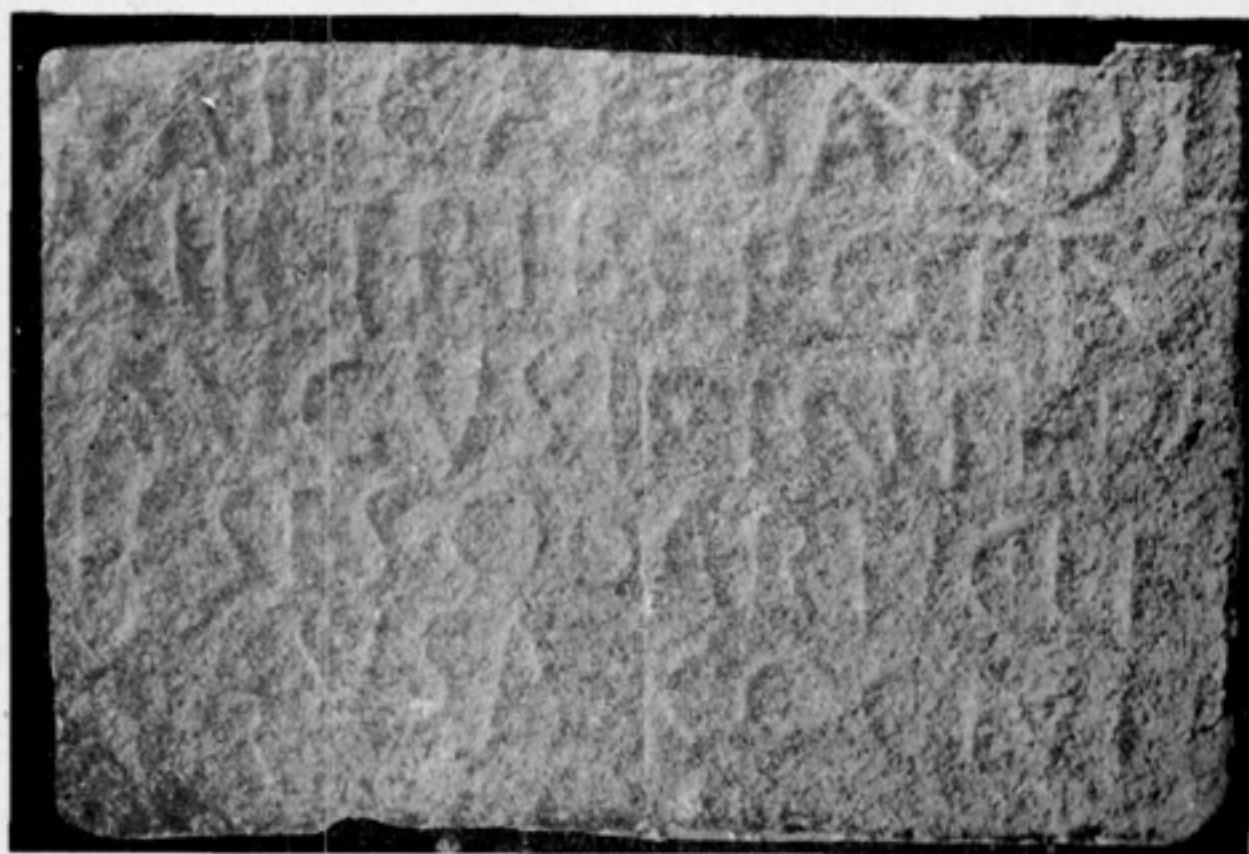
«Consta isto, diz o P.<sup>o</sup> Carvalho, de uma pedra, que está na porta travessa da igreja, cujo letreiro já se não pode ler, porém o traslado dela tirado autênticamente continha o referido.» Não há hoje notícia dêsse traslado nem se vêem na parede vestígios de tal inscrição lapidar.

No interior da igreja, segundo os mesmos A. A., via-se *do tempo dos mouros*, pintada a fresco (?) uma devota imagem da Mãe de Deus, a qual posteriormente foi encoberta por «outra Imagem (da sua gloriosa Assunção) que...» afirmava ser obra das mãos do *insigne Vasco...* Vê-se esta sagrada Imagem enlevada e com os braços abertos e algum tanto caídos e acompanhada de seis anjos, quatro que ficam mais inferiores e os dois superiores oferecem à Senhora uma coroa imperial... Sendo Bispo D. João de Melo intentou levá-la para Viseu para emprêgo da sua devoção, dando uma cópia e uma boa quantidade de dinheiro para as obras e ornatos daquela Igreja ao Abade, o qual com generoso zêlo e maior valor não quis aceitar o dinheiro nem consentiu que se despojasse a sua Igreja de tão preciosa joia.» (*Santuária Mariano*, T. v, pág. 376).

Tudo isto desapareceu: hoje na igreja só se vêem medíocres e modestíssimas imagens de vulto e por informações do respectivo pároco já não há memória da existência de tal retábulo.

*escrita de letras arábicas*, de que fala o P.<sup>o</sup> Carvalho, o qual curou, é de crer, só por informações locais, presentemente engastada na parede do lado do Evangelho a um metro de altura, tem uma inscrição romana, como se pode ver pela gravura. A inscrição não está completa, devia continuar para outra pedra; mas no que resta do desgaste que torna algumas letras irreconhecíveis, lê-se o seguinte:

IMP. CAESAR DI  
XIII TRIB. POTES  
AVGVST. INTER  
SES QOARTCII  
AVSA COGNI



É pena a mutilação da pedra não permitir a leitura integral desta legenda de modo a ficar-se sabendo o seu sentido. Pela forma e por no fragmento existente não haver nenhuma indicação de milhas, não se pode dizer que se trate de um marco miliário, mas talvez de uma inscrição meramente honorífica relacionada com a via romana de que ainda, pelos numerosos troços lageados, existem vestígios no Guardão e noutros pontos da serra não muito distantes da capela de S. Bartolomeu.

Destacava-se esta estrada da importante via romana que, pelas Talhadas e por Lafões ligava a Beira-mar a Viseu e deveria ter por fim estabelecer a ligação com a que, partindo de Viseu, ponto de convergência de numerosas vias de comunicação na época romana, constituía a ligação mais curta, mais directa e, pelo relêvo do terreno, mais fácil e mais cómoda, desta cidade com Conimbriga e com as outras cidades mais importantes do sul do país. Dentro da zona do concelho de Tondela que necessariamente por ela devia ser atravessada não restam actualmente nenhuns vestígios — miliários, pontes e restos de calçada, que permitam identificar o seu traçado, mas conjecturalmente pode êste reconstituir-se na sua quasi totalidade graças às numerosas indicações ministradas pelos documentos medievais <sup>(1)</sup>.

Se outras investigações fôsem levadas a cabo noutros pontos do concelho, por certo viriam a descobrir-se mais vestígios de povoações luso-romanas e da civilização romana.

Dominada a Lusitânia e integrada na organização social imposta pelos seus conquistadores, os progressos de tóda a ordem que derivaram do contacto com um povo tão superior em civilização, a paz e a segurança que êste por tão dilatado tempo soube manter, transformaram por completo a vida dos primitivos habitantes.

A começar pela língua, tudo se romanizou. Dos antigos castros e citânias a população desceu e fixou-se nas planícies; ao comunitarismo agrário dos povos peninsulares applicaram os romanos o seu regime de propriedade dominical e assim, fora dos povoados urbanos, foram surgindo numerosas *villas*, secções, como se sabe, de propriedade individual geralmente de grande extensão, encabeçadas num *dominus*, que por sua vez as repartia em sub-unidades por cultivadores livres e servos acasalados.

Na zona que nos interessa não há memória de ter exis-

---

(1) Cf. artigo do A. *Vias Romanas no concelho de Tondela*, na revista *Beira-Alta*, v. 1, fasc. 1, Viseu, 1842.

tido qualquer centro urbano de notável importância; mas, mesmo abstraindo dos restos do viver romanizado que existem numa ou noutra parte, tendo só em conta as suas boas condições naturais, a riqueza e fertilidade de grande parte do solo, é forçoso admitir que, durante os quatro séculos da dominação romana, estas características unidades culturais foram cobrindo tôda a região como uma rêde de densas malhas, fixando à terra os que nela trabalhavam e dela viviam, de modo a formarem núcleos populacionais com vida própria e com a coesão moral necessária para tenazmente se manterem e resistirem às inúmeras convulsões sociais que daí por diante se operaram.

Houve sucessivas invasões, séculos de guerra devastadora, muitas vezes a terra mudou de dono, mas a grande massa da população aborígene vê-la-emos, na sucessão das idades, inalterável e indissolúvelmente ligada à porção circunscrita de território em que gerações sem conta fixaram a sua existência.

#### IV

Vieram depois as invasões germânicas.

Dos povos de diferente origem que invadiram a Península, aniquilados os alanos e forçados os vândalos a passar para a África, apenas ficaram dominando os suevos e os visigodos. Êstes últimos destruíram o reino suevo, vindo a fundir-se com o elemento hispano-romano, para o que principalmente contribuiu em 589 o reconhecimento do catolicismo no III concílio de Toledo.

O facto de o catolicismo se tornar a religião oficial do estado, a permissão de matrimónios mistos e a publicação de um código aplicável tanto a godos como a romanos conseguiram criar uma unidade nacional que se manteve até à invasão árabe em 711.

A minúscula zona de território de que nos ocupamos devia seguir a sorte comum das outras regiões do ocidente da Península e ter passado portanto pelas profundas trans-



formações que modificaram a estrutura interna da sociedade hispano-goda nesse lapso de tempo.

O estabelecimento «*de duobus partibus goti*» e «*de tertia romani*» em condições que não é fácil determinar com precisão, mas que incontestavelmente originou nova partilha de terras, a formação de uma nova aristocracia territorial, o desaparecimento da pequena propriedade e da classe média e, como a seguir se verá, a progressiva preponderância do clero não só no domínio espiritual, mas também no domínio político e social, tudo isto devia ter uma repercussão natural na vida dos habitantes desta região.

Não devemos, porém, esquecer que a sua grande massa era constituída por gente que obscuramente vivia dispersa pelos campos em pequenos núcleos populacionais, exclusivamente entregue ao seu labor agrícola; portanto se a vinda de homens estranhos, embora em escassa minoria, mas muito mais fortes, a sujeitava a um novo domínio, se nos primeiros tempos irrupções violentas de turbas indisciplinadas lhe talaram as terras e a obrigaram a defender-se ou esconder-se, mais tarde ou mais cedo, mais opressa, menos opressa, voltava à terra nunca inerte donde tirava o seu sustento e o necessário para satisfazer os tributos impostos pelos seus novos senhores.

Cumpre nesta altura assinalar que, antes dos bárbaros e da conseqüente desagregação do império, tóda a Península, evangelizada ainda nos tempos apostólicos, estava já cristianizada. Êste facto, de prodigiosas conseqüências no domínio puramente espiritual, tem, para o nosso caso, especial importância, pois veio fortalecer e dar nova forma aos vínculos de coesão já existentes entre os elementos dispersos — vicos, casais e agros, em que se tinham dissolvido as vilas da colonização romana.

Dos centros urbanos a nova religião espalha-se pelos campos, erigem-se igrejas nos lugares onde por último se refugiara o culto pagão e são êstes focos de vida religiosa que de futuro, em novas organizações sociais, se tornam as sedes da *freguesia rural* que, no dizer de Alberto Sampaio,

criação espontânea e popular, se deve considerar a unidade social por excelência, a *molécula fundamental* da sociedade portuguesa.

«A *Igreja* passou a ser o centro de unidade das freguesias, como o *palatium* o fôra das vilas e o *oppidum* das cidades.

As duas instituições sucedem-se, mas não se confundem: as *vilas* foram propriedade em todo o rigor da palavra; a freguesia é uma espécie de comuna sem carta, que se forma em volta do campanário. Precisar a data em que uma deixa de existir e começa a outra, é impossível; transformações destas efectuam-se lenta e parcialmente» (1).

O que acabo de transcrever é corroborado pelo Dr. Torquato Soares nas suas tão bem documentadas *Notas para o estudo das instituições municipais da Reconquista* (2).

Baseando-se em numerosas fontes diplomáticas, mostram-nos como posteriormente estas pequenas comunidades não só pela assistência permanente do pároco mas também pela própria existência da igreja, onde os vizinhos se haviam de reunir regularmente, de focos de vida religiosa se tornaram grémios de carácter civil e económico; vê-se nalguns documentos que a *collatio* dos fregueses se identifica e confunde com o *concilium*, tão íntimas são as afinidades entre estas duas instituições.

Constituída a nossa nacionalidade, a influência que a própria organização paroquial exerceu na formação do *concelho* é tão considerável que, pelo menos no norte de Portugal, as inquirições nos revelam que é à *freguesia* que alguns concelhos devem a sua origem.

Isto mesmo nos confirma o que adiante se verá sobre as origens do concelho de Besteiros.

Evidentemente, antes de haver freguesias, houve igre-

---

(1) A. Sampaio, *Estudos históricos e económicos*, V. 1., pág. 225.

(2) *Revista Portuguesa de História*, T. 1, 1940.

jas, mas poderá levar-se a origem dêstes primórdios de organização local a épocas tão remotas? Datarão algumas delas, nesta região, do tempo dos visigodos? É possível.

Já no reinado suevo de Teodomiro, pelo concílio de Lugo no ano de 569, se mencionam entre as treze dioceses sufragâneas de *Bracara* as de *Viseo* e *Colimbria*, cujo âmbito devia abranger a nossa região. É de crer que ao princípio a cathedral ou *ecclesia mater* de cada uma destas cidades fôsse a sede exclusiva de tôda a vida litúrgica da grei pastoreada pelo bispo e pelos seus vigários.

Com a progressiva evangelização dos campos, na dependência desta *ecclesia* vieram depois a fundar-se em pequenos centros rurais novas igrejas com baptistério e cemitério e a seu lado, sem carácter paroquial, mas pela devoção privada dos fiéis, outros focos de vida religiosa — *asceteria*, *oratoria villarum*, *monasteria*, que com o andar do tempo vieram a ter a mesma competência e as mesmas funções litúrgicas das igrejas paroquiais.

Sôbre as paróquias dêstes sítios e da sua origem, nada de positivo nos é permitido estabelecer, em virtude da carência de fontes documentais, que só começam a aparecer depois da fundação do mosteiro de Lorvão; mas o que indubitavelmente, em relação a tôdas elas, poderemos conjecturar é a sua grande antiguidade.

É sôbre êste ponto que a hagiotoponímia nos ministra as mais preciosas indicações.

Há, com efeito, uma íntima conexão entre o estudo do povoamento e a toponomástica.

Na parte especialmente consagrada a esta última matéria procurarei expor com o devido desenvolvimento as causas que originaram os topónimos da região, mas notarei desde já que grande número dos seus lugares habitados devem o nome ao orago da sua igreja, usado só por si ou associado a nomes doutra origem.

Com a proficiência que lhe dá o conhecimento especial do assunto, o Sr. P.<sup>o</sup> Pierre David no seu notável estudo *Les Saints Patrons d'églises entre Minho et Mondego jusqu'à*

*la fin du XI<sup>e</sup> siècle* (1), demonstra-nos que a geografia religiosa do norte do país, a que, por maioria de razão, poderemos acrescentar a dos territórios entre o Douro e o Mondego, está em directa continuação com os hábitos litúrgicos dos séculos v ao viii antes das invasões árabes.

Estas, com as suas devastações e a política defensiva dos reis asturianos, perturbaram fundamente a vida religiosa. De muitas matrizes, de outros templos, de velhos mosteiros só ficaram ruínas. Houve presúrias, novos senhores, o repovoamento trouxe colonos, novos elementos de população rural.

Mas estes elementos incorporaram-se nos antigos quadros religiosos das paróquias primitivas; núcleos de cristandade que haviam subsistido, mantinham a lembrança dos primitivos oragos e dos seus santuários; mesmo onde foi preciso reconstruir estes santuários, havia gente que se recordava do nome dos santos que os seus antepassados tinham venerado e sob cuja protecção repousavam as suas cinzas.

No fim do século vii, diz-nos o mesmo A., pode assegurar-se que tôdas as igrejas têm o seu titular e a escolha dêste é um índice valioso para determinar a sua fundação.

*S. Salvador* é a partir do século vii o titular de certas catedrais, donde passou a ser adoptado em igrejas de paróquias rurais.

A tradição cristã muito cedo estabeleceu uma assimilação simbólica entre a Mãe de Cristo e a *Ecclesia mater* e daí o principal motivo por que tantas sés e igrejas se collocaram sob o patrocínio de *Santa Maria*.

As igrejas baptismas escolheram muito cedo *S. João Baptista* e já no século vii o arcanjo *S. Miguel* entra no culto popular tornando-se padroeiro de muitos santuários.

Depois destes grandes titulares, são em regra escolhidos para oragos os apóstolos e os mártires, como *S. Pedro*,

---

(1) *Revista Portuguesa de História*, T. II, Coimbra, 1942.

*Santiago* e com especial devoção na Lusitania, *Santa Eulália* de Mérida.

As mais antigas referências documentais a igrejas desta região encontram-se no Livro dos Testamentos de Lorvão e, depois, além doutros documentos medievais, nas Inquirições de 1288 onde se enumeram as paróquias pelos nomes dos seus oragos bem como numa lista de igrejas, pouco mais ou menos da mesma época a qual com a lotação de cada uma delas, se encontra na Tôrre do Tombo.

Percorrendo essas listas vamos encontrar as seguintes denominações:

- S. Salvador de Tondela
- » » » Castelões
- » » » Fráguas
- Santa Maria de Guardão
- » » » Tondela
- » » » Canas
- » » » Dardavaz
- S. João Baptista do Barreiro
- » » do Monte de Alcoba
- » » de Nandufe
- » » » Vilar
- Santiago de Besteiros
- S. Miguel da Caparrosa
- » » do Outeiro
- Santa Ovaia (de Canas)
- » » (Santa Eulália) de Besteiros
- S. Pedro de Mouraz
- » » » Molelos

Assim, como as denominações actuais são precisamente as mesmas dos antigos documentos, é lícito conjecturar que elas se mantiveram sem alteração desde a sua origem e portanto, adoptando o critério hagiotoponímico do sr. P.<sup>o</sup> P. David temos indícios seguros que nos revelam a alta antiguidade de tôdas estas igrejas e ao mesmo tempo nos fornecem notas interessantes sôbre o estado de espírito religioso do povo e o carácter ainda hoje essencialmente tradicional das suas devoções.

No seguimento dêste estudo referir-me-ei com o devido desenvolvimento aos numerosos topónimos de origem germânica que recebemos, tanto durante êste período como depois na reconquista, devido às presúrias.

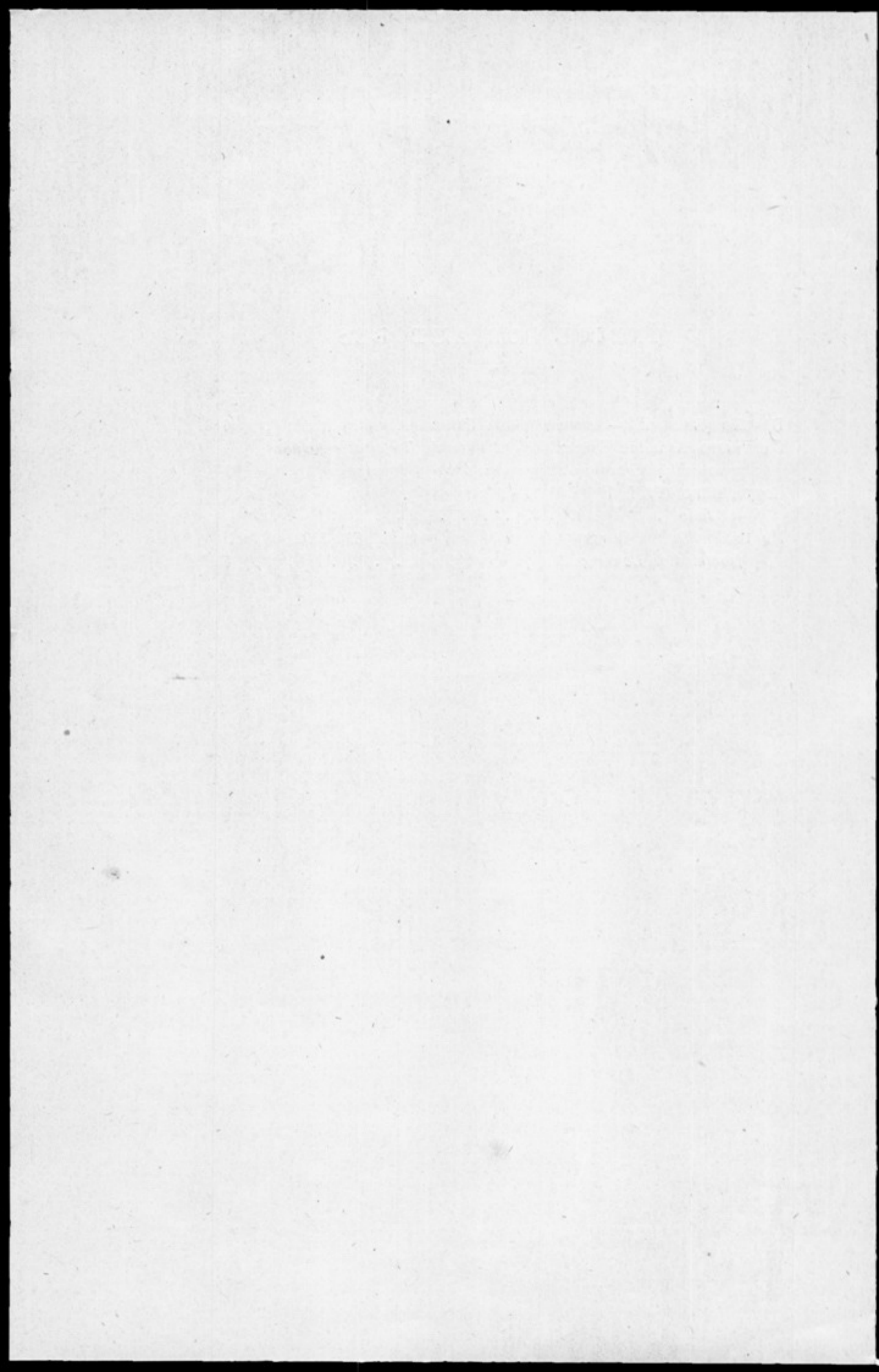
À parte êsse copioso legado, não restam nenhuns vestígios materiais, nada de particular se encontra na região que nos lembre o domínio dos visigodos.

*(Continua)*

AMADEU FERRAZ DE CARVALHO

## ÍNDICE POR AUTORES

	Págs.
BRAZÃO (Eduardo) — <i>Documentos do Vaticano</i> . . . . .	61
CARVALHO (Amadeu Ferraz de) — <i>A terra de Besteiros e o actual concelho de Tondela — Esboço histórico e toponímico</i> . . . .	97
COSTA LÔBO (Prof. F. M. da) — <i>A verdade e a lenda de Pres- tes João</i> . . . . .	1
MACHADO (Carlos Roma) — <i>Guerra anglo-boer de 1899-1902 na fronteira de Lourenço Marques e de Gaza</i> . . . . .	51





## ÍNDICE POR ARTIGOS

	Págs.
<i>Documentos do Vaticano</i> , por EDUARDO BRAZÃO . . . . .	61
<i>Guerra anglo-boer de 1899-1902 na fronteira de Lourenço Marques e de Gaza</i> , por CARLOS ROMA MACHADO . . . . .	51
<i>Terra (A) de Besteiros e o actual concelho de Tondela — Esboço histórico e toponímico</i> , por AMADEU FERRAZ DE CARVALHO.	97
<i>Verdade (A) e a lenda de Prestes João</i> , pelo Prof. F. M. COSTA LÔBO . . . . .	1

